

IDAYANE DA SILVA FERREIRA

**PROCESSOS DE APURAÇÃO JORNALÍSTICA NA COBERTURA DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS PIQUIÁ DE BAIXO E CAJUEIRO ENTRE 2015 E 2021**

Imperatriz
Abril/2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira, Idayane da Silva.

Processos de apuração jornalística na cobertura dos conflitos socioambientais Piquiá de Baixo e Cajueiro entre 2015 e 2021 / Idayane da Silva Ferreira. - 2023.
120 f.

Orientador(a): Roseane Arcanjo Pinheiro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação/ccim, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Análise de Conteúdo Jornalístico. 2. Conflitos socioambientais. 3. Jornalismo Ambiental. 4. Maranhão. 5. Newsmaking. I. Pinheiro, Roseane Arcanjo. II. Título.

Idayane da Silva Ferreira

**PROCESSOS DE APURAÇÃO JORNALÍSTICA NA COBERTURA DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS PIQUIÁ DE BAIXO E CAJUEIRO ENTRE 2015 E 2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa 2: Processos Sociopolíticos na Comunicação Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Roseane Arcanjo Pinheiro

Idayane da Silva Ferreira

**PROCESSOS DE APURAÇÃO JORNALÍSTICA NA COBERTURA DOS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS PIQUIÁ DE BAIXO E CAJUEIRO ENTRE 2015 E 2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCom, da
Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito para obtenção do título de
Mestra em Comunicação.

Aprovação em 29 de maio de 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Roseane Arcanjo Pinheiro

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Examinadora interna: Profa. Dra. Izani Pibernat Mustafá

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Examinadora externa: Dra. Débora Gallas Steigleder

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA)

*Aos moradores de Piquiá e Cajueiro e a
todos e todas que lutam pelos Direitos
Humanos e pela preservação da
Natureza!*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus.

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos e todas que me ajudaram na realização desta dissertação de mestrado.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Agamenon Rodrigues Sena Neto.

À minha orientadora professora Dra. Roseane Arcanjo Pinheiro e ao meu coorientador e amigo Domingos Alves de Almeida, pela paciência, orientação e constante encorajamento ao longo deste processo. Seus conhecimentos e experiências foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Gostaria também de agradecer aos meus colegas de classe que sempre me apoiaram e incentivaram durante os estudos de pós-graduação. Agradeço especialmente àqueles que compartilharam seus conhecimentos e experiências comigo, tornando minha jornada acadêmica ainda mais enriquecedora, em especial Germana Plácido, Daniele Lima e Michele Sousa.

Não poderia deixar de agradecer também às instituições, professoras e professores que contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional. Seus ensinamentos e oportunidades foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço aos meus amigos, em especial à Daniela Souza e ao Alan Eleutério. Agradeço à minha família pelo amor, apoio e encorajamento que sempre me deram, mesmo nos momentos mais desafiadores. Seu incentivo e confiança foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço também a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) que me possibilitou dedicação total a minha pesquisa, a partir da concessão de uma bolsa.

Mais uma vez, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para este trabalho. Espero que este estudo possa ser útil para a comunidade acadêmica e profissional.

RESUMO

Dada a função social do jornalismo, cabe a ele também a investigação e divulgação de conflitos socioambientais. Dessa forma, a presente pesquisa busca compreender as características da cobertura do Jornalismo Ambiental no Maranhão a partir dos conflitos socioambientais de Piquiá de Baixo (Açailândia – MA) e Cajueiro (São Luís – MA), entre 2015 e 2021. O recorte temporal abarca acontecimentos importantes para as duas comunidades, como os despejos em Cajueiro e a visita do relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) na área de “Implicações da gestão e eliminação ambientalmente racional de substâncias e resíduos perigosos” à Piquiá. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho teórico-metodológica com base nas teorias de Newsmaking (produção da notícia) e do Jornalismo Ambiental. No desenvolvimento dessa investigação, adota-se como parte da metodologia a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a Análise de Conteúdo Jornalístico (ACJ), a aplicação de questionário e a entrevista em profundidade com 6 jornalistas. Entre as conclusões da pesquisa verificou-se que os conflitos socioambientais no Maranhão ainda recebem mais cobertura e espaço em veículos independentes e que estão fora do Estado do que em veículos comerciais regionais/locais. Os jornalistas ambientais que cobriram as duas comunidades possuem conhecimento prático do Jornalismo Ambiental, isto é, não possuem uma formação especializada, mas usam as ferramentas do jornalismo e a vivência para atuar na área. A dificuldade de acesso aos dados ambientais no Estado aparece como um dos maiores desafios na cobertura de conflitos no Maranhão, assim como a ausência de posicionamento das empresas e governo quanto às violações de direitos nas duas comunidades. Em síntese, os jornalistas ambientais precisam lidar com a complexidade dos temas, a falta de dados precisos e confiáveis, a pressão de diferentes atores sociais, como governos, empresas e organizações da sociedade civil. Além disso, precisam estar atentos aos desafios do contexto em que estão trabalhando e as limitações ligadas a própria produção jornalística como tempo, espaço e importância que os veículos dão a cobertura jornalística sobre a temática.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Análise de Conteúdo Jornalístico; Newsmaking; Conflitos socioambientais; Maranhão.

ABSTRACT

Given the social function of journalism, it is also responsible for the investigation and dissemination of socio-environmental conflicts. Thus, this research seeks to understand the characteristics of the coverage of Environmental Journalism in Maranhão from the socio-environmental conflicts of Piquiá de Baixo (Açailândia - MA) and Cajueiro (São Luís - MA), between 2015 and 2021. important for both communities, such as the evictions in Cajueiro and the visit of the United Nations (UN) Special Rapporteur in the area of “Implications of the environmentally sound management and disposal of hazardous substances and waste” to Piquiá. This is a qualitative, theoretical-methodological research based on the theories of Newsmaking (news production) and Environmental Journalism. In the development of this investigation, bibliographic research, documentary research, Journalistic Content Analysis (ACJ), questionnaire application and in-depth interviews with 6 journalists were adopted as part of the methodology. Among the conclusions of the research it was verified that the socio-environmental conflicts in Maranhão still receive more coverage and space in independent vehicles and that are outside the state than in regional/local commercial vehicles. The environmental journalists who covered the two communities have practical knowledge of Environmental Journalism, that is, they do not have specialized training, but use journalism tools and experience to work in the area. The difficulty of accessing environmental data in the State appears as one of the biggest challenges in covering conflicts in Maranhão, as well as the lack of positioning by companies and the government regarding violations of rights in both communities. In summary, environmental journalists need to deal with the complexity of the issues, the lack of accurate and reliable data, the pressure from different social actors, such as governments, companies and civil society organizations. In addition, they need to be aware of the challenges of the context in which they are working and the limitations linked to journalistic production itself, such as time, space and the importance that vehicles give to journalistic coverage on the subject.

Keywords: Environmental Journalism; Newsmaking; Socio-environmental conflicts; Maranhão

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Mapa do Maranhão, localização de Açailândia	43
Figura 2 – Casas de Piquiá de Baixo próximas às siderúrgicas	46
Figura 3 – Mapa de localização de Piquiá de Baixo.....	47
Figura 4 – Mapa do Maranhão, localização de São Luís	50
Figura 5 – Mapa de localização de Cajueiro	51
Figura 6 – Despejos em Cajueiro, em 2019.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos jornalistas.....	58
Quadro 2 – Reportagens analisadas.....	59
Quadro 3 – Categorias de Análise com base na ACJ.....	66
Quadro 4 – Resumo da análise das reportagens.....	95

LISTA DE SIGLAS

Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
BASA – Banco da Amazônia
CCCC – China Communications Construction Company
CEF – Caixa Econômica Federal
CIMI – Comissão Indígena Missionária
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DESOC - Departamento de Sociologia e Antropologia
DISAL – Distrito Industrial de São Luís
DPU – Defensoria Pública da União
FETAEMA – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
FIDH – Federação Internacional de Direitos Humanos
GEDMMA – Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
GETAT – Grupo de Execução das Terras do Araguaia-Tocantins
GPJA – Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ISA – Instituto Socioambiental
ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
JnT – Justiça nos Trilhos
LAI – Lei de Acesso à Informação
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MP – Ministério Público
MPF – Ministério Público Federal
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PGC – Programa Grande Carajás

PPGCSoc - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TUP – Terminal de Uso Privado

UHE – Usina Hidrelétrica

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA AMAZÔNIA NO JORNALISMO AMBIENTAL	20
2.1 Conflitos socioambientais como resultado do modelo de desenvolvimento econômico vigente	21
2.2 Meio Ambiente em pauta: o Jornalismo Ambiental, características e rotinas produtivas	26
3. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MARANHÃO E SUAS RELAÇÕES COMOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	33
3.1 Maranhão: Seus contextos e seus conflitos	39
3.2 A luta de Piquiá de Baixo (Açailândia – MA): por uma vida digna longe da poluição	41
3.3 Pelo direito ao território: as disputas socioterritoriais em Cajueiro (São Luís – MA).....	49
4. METODOLOGIA	56
4.1 Newsmaking: a produção da notícia.....	60
4.2 Análise de Conteúdo Jornalístico (ACJ)	64
4.3 Entrevista em profundidade	67
5 JORNALISTAS E A COBERTURA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS SOBRE PIQUIÁ E CAJUEIRO NO MARANHÃO	69
5.1 Perfil dos jornalistas: Trajetória profissional, acesso a dados e o Jornalismo Ambiental	70
5.2 Análise das reportagens sobre Piquiá de Baixo e Cajueiro e os contextos de produção: vínculos do repórter, fontes e características dos veículos	76
CONCLUSÕES.....	100
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	111
APÊNDICE B – Roteiros de entrevistas com os jornalistas ambientais	114
Anexo – Mapa de Impactos socioambientais da Vale no Maranhão	122

1. INTRODUÇÃO

Quantas toneladas exportamos de ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos sem
berro?
(Carlos Drummond de Andrade)

O Brasil é um país fornecedor de matérias-primas e *commodities*¹ agrárias e minerais, com uma economia baseada principalmente na exploração e exportação de mercadorias primárias, como minério de ferro e soja. Ao longo de décadas, o desenvolvimento econômico do país tem enfatizado a vasta e intensificada ocupação da Amazônia e a instalação de megaprojetos produtivos complexos, na busca por integrar o mercado em escala internacional.

Existe uma vasta literatura técnica e científica sobre o impacto desses megaprojetos na Amazônia e os efeitos negativos gerados por suas infraestruturas e lógicas de produção (PINTO *et al.*, 2018; COELHO, 2015; AGUIAR, 2017). Estradas, ferrovias, usinas hidrelétricas e equipamentos destinados à extração de combustíveis fósseis e minérios mostram não apenas seu impacto – muitas vezes devastador e de custo proibitivo – como sua ineficiência para a redução da pobreza e da desigualdade e para a promoção efetiva de desenvolvimento sustentável nas áreas onde estão instaladas (ABRAMOVAY, 2022).

Os territórios são uma complexa síntese entre espaços físicos e ação humana, e suas características físicas condicionam, mas não determinam, a natureza dos territórios. Do ponto de vista humano, os territórios são um bem comum que deve ser compartilhado e são indispensáveis para o modo de vida da população local (GRZYBOWSKI, 2014).

As atividades minerais e metalúrgicas realizadas na Amazônia não conseguiram gerar processos de desenvolvimento local, uma vez que são altamente dependentes de dinâmicas externas, o que impede que se articulem ou mesmo construam arranjos produtivos locais. A cadeia produtiva e logística da mineração exerce pressão sobre os territórios e tem impactos sobre suas formas de sociabilidade e culturas. A chegada de atividades econômicas voltadas à exportação de matérias-primas e/ou ao atendimento de serviços por empresas terceirizadas inviabilizam formas tradicionais de reprodução social.

Os atores sociais ligados à exploração de recursos naturais encaram o território da Amazônia quase sempre como uma fronteira aberta à expansão das atividades econômicas ou

¹ *Commodities* são mercadorias primárias de origem agrícola, pecuária, mineral e ambiental que fornecem matérias-primas para a produção industrial global.

como uma rota onde deve ser instalada a logística para a sua comercialização (SILVA BARROS *et al.*, 2021). No Maranhão, a implementação desses projetos provocou uma pilhagem irrestrita dos recursos naturais com pouco retorno social e econômico em nível local e ameaças aos modos de vida de comunidades tradicionais, o que configura os chamados conflitos socioambientais (JÚNIOR SANT'ANA *et al.*, 2009.).

Com um território composto por 217 municípios, dos quais 181 estão na Amazônia Legal², o Estado possui histórico de implementação de grandes projetos que resultaram na desestruturação da agricultura familiar, em elevados índices de concentração de terras, riquezas e poder político e em altos índice de pobreza³, bem como em um crescente número de conflitos⁴.

Os conflitos socioambientais envolvem diferentes dimensões e atores, além de representações e categorias que buscam legitimar suas lógicas de apropriação econômica e social dos territórios e do Meio Ambiente⁵. Em Piquiá de Baixo (Açailândia) e Cajueiro (São Luís), foco da presente pesquisa, as disputas se dão nos âmbitos territoriais, políticos, socioeconômicos e narrativos – nesse último, o jornalismo tem importante papel ao denunciar os impactos dos grandes projetos e empreendimentos e evidenciar suas contradições.

As duas comunidades estão geograficamente distantes uma da outra e em fases distintas de implementação de projetos, mas possuem muitas similaridades nas estratégias de luta e no modo como operam empresas e governos. A primeira sofre os efeitos negativos de um polo industrial instalado no seu entorno, enquanto a segunda se vê ameaçada de extinção com a construção de um porto de uso privado de uma empresa chinesa.

Piquiá de Baixo é uma comunidade localizada na zona rural da cidade de Açailândia, na região sudeste do Estado do Maranhão, onde mais de 300 famílias convivem há mais de 30 anos com os danos causados pelas siderúrgicas⁶ e pela infraestrutura logística de transporte de minério, a Estrada de Ferro Carajás, operada pela mineradora Vale S.A.

Seus moradores sofrem os efeitos da poluição do ar, solo e água, cercados por indústrias

² O conceito de Amazônia Legal foi criado em 1953 e integra não apenas o ecossistema de selva úmida, mas também limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região. É formada por nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e uma parte do Estado do Maranhão), compreende todo a Amazônia brasileira e também abrange uma pequena porção dos biomas Cerrado e Pantanal.

³ O Mapa da Nova Pobreza (junho/2022), desenvolvido pelo Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), aponta que o Estado do Maranhão possui a maior proporção de pobres do país, com 57,90%. Ver em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>

⁴ Segundo dados do relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2020, o Maranhão liderava o ranking de conflitos no país, com 173 registros, à frente do Pará, com 143, e da Bahia, com 130. Ver em: <https://cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0>

⁵ O autor Wilson Bueno (2007) grafa o termo Meio Ambiente ora com inicial em maiúscula ora em minúscula. Optamos por utilizar o termo apenas com iniciais em maiúscula.

⁶ Açailândia possui cinco siderúrgicas, entretanto, apenas duas estão em funcionamento atualmente.

de siderurgia e pela ferrovia, empreendimentos implementados dentro do contexto do Programa Grande Carajás. Além disso, o território é cortado pela BR-222, que gera outra gama de impactos e é utilizada pelas siderúrgicas para o transporte de ferro-gusa líquido (PEREIRA *et. al.*, 2019).

Ao norte do Estado, na zona rural de São Luís, capital do Maranhão, Cajueiro (também conhecida como Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual) é uma comunidade centenária, habitada por cerca de 350 famílias que vivem basicamente do extrativismo, sobretudo da pesca, da agricultura e da criação de animais de pequeno porte (ARCANGELI, 2020).

Há mais de 10 anos, a localidade sofre tensões geradas pelos interesses de instalação e projetos demandados por governos e empresas. Os conflitos na região se intensificaram principalmente a partir do projeto de construção de um porto privado, iniciado no governo Roseane Sarney (MDB⁷) e posteriormente, retomado no governo Flávio Dino (PCdoB⁸).

Além de reivindicar a permanência no seu território secular, Cajueiro também se soma com outras comunidades pela criação de uma Reserva Extrativista, a Resex Tauá-Mirim. Em Piquiá, a Associação de Moradores iniciou um processo por reparação integral que contempla, entre outras ações, o reassentamento das famílias para um novo bairro, livre da poluição. Nessas lutas, as duas comunidades contam com uma rede de aliados que engloba lideranças, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, grupos de pesquisa como, por exemplo, o GEDMMA⁹, comunicadores e pesquisadores.

Consideramos que se trata de dois conflitos socioambientais emblemáticos que mostram claramente o modelo de desenvolvimento implantado no Maranhão e qual espaço ocupam as pautas e políticas públicas voltadas ao Meio Ambiente no Estado. São comunidades que sofrem os efeitos negativos dos empreendimentos e obtiveram projeção para além do âmbito estadual. Se organizam em prol de reivindicações coletivas, a partir também da atuação de uma complexa rede de atores sociais, ações e lógicas – elementos que permeiam também a cobertura jornalística e a disputa narrativa.

A escolha de estudar a cobertura do Jornalismo Ambiental¹⁰ no Maranhão, a partir dos dois casos, deve-se, primeiramente, à atuação profissional e ao contato da autora com as temáticas ambientais e de violações de direitos humanos e da natureza no Estado. Durante cinco

⁷ Movimento Democrático Brasileiro (MDB), antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

⁸ Sigla de Partido Comunista do Brasil (PcdoB). Atualmente, Flávio Dino é filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

⁹ O Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) é um grupo de pesquisa vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

¹⁰ Alguns autores como Girardi (2013, 2015 e 2018) e Wilson Bueno (2007) grafam o termo Jornalismo Ambiental com iniciais em maiúsculo. Optamos por manter também em maiúsculo nessa pesquisa.

anos (de fevereiro de 2016 a julho de 2021) estive à frente da assessoria de comunicação da Justiça nos Trilhos¹¹ (JnT), organização maranhense que auxilia comunidades impactadas pelo setor de mineração e siderurgia no chamado Corredor Carajás¹². Na função de assessora de comunicação da JnT estive próxima das duas comunidades e de jornalistas ambientais, além de acompanhar os enfoques dados pela mídia aos dois casos.

A periodicidade de recorte da pesquisa (2015 a 2021) abarca a implementação¹³ da Lei de Acesso à Informação (LAI) no Maranhão - que foi tema de trabalho¹⁴ da autora para conclusão de especialização¹⁵ - e importantes desdobramentos sobre Piquiá de Baixo e Cajueiro como, por exemplo, a seleção do projeto urbanístico de Piquiá de Baixo pelo Ministério das Cidades (2015)¹⁶ e a denúncia do Conselho Nacional de Direitos Humanos à Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Governo do Maranhão sobre o caso de Cajueiro (2021)¹⁷.

A pesquisa justifica-se também pela escassez de trabalhos que abordem os conflitos socioambientais, principalmente no Maranhão, do ponto de vista da comunicação, em especial o Jornalismo Ambiental. Ademais, contribui para compreender as nuances e proximidades entre a cobertura de conflitos socioambientais e a cobertura de temas ligados aos direitos humanos.

Desse modo, esta pesquisa visa responder à seguinte pergunta: Quais são as características da cobertura jornalística sobre conflitos socioambientais no Maranhão? Para tanto objetivamos: a) Traçar o perfil dos jornalistas ambientais que cobriram as duas comunidades; b) Verificar os desafios enfrentados na cobertura da temática no Estado desde a produção das pautas, a escolha das técnicas de apuração e checagem até a construção das matérias sobre a temática. Transversalmente, c) Averiguar que ferramentas de apuração e dados os jornalistas utilizam, entre eles a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Abordamos a cobertura de conflitos socioambientais no Maranhão a partir do referencial

¹¹Ver em: <https://justicanostrilhos.org/>

¹²O Corredor Carajás corresponde ao território cortado pela Estrada de Ferro Carajás (EFC): 27 municípios no total, sendo 23 no Maranhão e 4 no Pará.

¹³Regulamentada no Maranhão, em 2015, durante o primeiro mandato de Flávio Dino (PCdoB).

¹⁴LAI e os avanços do direito à informação no Maranhão: Uma análise de respostas do Governo estadual a pedidos da plataforma Achados e Pedidos entre 2015 e 2018. A pesquisa analisou respostas do Governo Estadual do Maranhão aos pedidos de informação disponíveis na Plataforma Achados e Pedidos e que constavam como não atendidos. Além de averiguar a adequação das respostas ao que é previsto pela LAI, avaliou como o governo Flávio Dino aplicou a Lei de Acesso à Informação durante seu primeiro mandato (2015–2018).

¹⁵ Especialização em Assessoria de Comunicação Empresarial e Institucional.

¹⁶Ver em: <https://maranhaonoticiaqui.wordpress.com/2016/01/07/piquia-de-baixo-comemora-projeto-de-reassentamento/>

¹⁷Ver em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/12/08/cajueiro-cndh-faz-denuncia-na-corte-interamericana-de-direitos-humanos-contra-o-governo-do-maranhao.ghtml>

vinculado aos estudos da rotina jornalística e do Jornalismo Ambiental. Utilizamos pesquisa documental e também entrevistas em profundidade, com foco no processo de apuração de sete reportagens e no processo de criação do memorial online “Raízes do Cajueiro”. A análise também destaca a percepção que os jornalistas ambientais têm a respeito da sua própria prática e os desafios enfrentados na cobertura dos conflitos.

Recorremos aos conceitos de conflitos socioambientais (ACSELRAD 2004a, 2004b; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010), aos estudos sobre Newsmaking (produção da notícia) de Mauro Wolf (2008) e sobre Análise de Conteúdo Jornalístico (ACJ), de Silva e Maia (2011). E também aos estudos do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental CNPq¹⁸/ UFRGS¹⁹ (GPJA), a respeito do Jornalismo Ambiental (JA).

Optamos por ocultar as identidades e todo e qualquer elemento que pudesse conduzir à identificação dos profissionais (jornalistas ambientais) que participam da pesquisa, garantido o direito de anonimato. Avaliamos que ocultar as informações sobre os jornalistas não prejudica os objetivos dessa pesquisa, que é entender as características da cobertura e as ferramentas e as estratégias utilizadas. Ao mesmo tempo, oferece mais segurança para que continuem exercendo seus trabalhos.

Dados²⁰ de pesquisa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e do relatório da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)²¹ apontam uma crescente violência contra jornalistas no Brasil. Além disso, nosso país é considerado um dos mais perigosos para defensores das causas ambientais e dos direitos humanos. Cobrir temas ligados ao Meio Ambiente envolve uma gama de desafios, entre eles retaliações e a falta de segurança. E em se tratando de conflitos socioambientais, isso é ainda mais latente²².

Entender o processo de produção do Jornalismo Ambiental no Maranhão, as ferramentas e estratégias utilizadas, pode lançar luz não apenas sobre os conflitos socioambientais existentes no Estado, mas também sobre os desafios que a prática jornalística enfrenta, especialmente quando se trata de temáticas ambientais. Isso demonstra as fragilidades na execução de políticas públicas voltadas ao meio ambiente e a omissão de empresas e governos diante dos impactos

¹⁸ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

¹⁹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²⁰ Relatório Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil. Ver: <https://abraji.org.br/publicacoes/relatorio-monitoramento-de-ataques-a-jornalistas-no-brasil>

²¹ Relatório 2022: Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Ver: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>

²³ Em junho de 2022, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips foram assassinados no Vale do Javari, no Estado do Amazonas. A região onde aconteceu o crime faz fronteira com a Colômbia e o Peru e sofre com organizações criminosas, tráfico de armas, roubo de madeira, caça e pesca ilegais e garimpo.

gerados por grandes empreendimentos.

Esta dissertação se divide em quatro capítulos. O primeiro trata sobre a cobertura de conflitos socioambientais, em especial na Amazônia, evidenciando as características do Jornalismo Ambiental e de suas rotinas produtivas, bem como o uso de ferramentas de apuração, sendo uma delas a Lei de Acesso à Informação (LAI). O segundo capítulo detalha os conflitos socioambientais Piquiá de Baixo e Cajueiro, relacionando-os com grandes projetos de desenvolvimento e seus contextos de implementação no Maranhão. O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa e, por fim, o quarto capítulo traz a análise e as reflexões da pesquisa a partir das entrevistas e do aporte teórico-metodológico.

2. OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA AMAZÔNIA NO JORNALISMO AMBIENTAL

Eu não percebo onde tem alguma coisa
que não seja natureza.
Tudo é natureza.
O cosmos é natureza.
Tudo que eu consigo pensar é natureza.
(Ailton Krenak)

Acselrad (2004b, p.38) define conflitos socioambientais como "conflitos sociais que têm como causa ou objeto a apropriação, o uso ou a gestão dos recursos naturais ou do meio ambiente". O autor destaca que esses conflitos não são apenas questões técnicas, mas também políticas e sociais, uma vez que envolvem relações de poder e interesses diversos.

Zhouri e Laschefski (2010), em texto analítico do GESTA²³, definem que os conflitos ambientais não se restringem às práticas de apropriação do território, mas se iniciam desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade:

Podemos dizer que os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço. Os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o espaço vivido, pois, como lembra a crítica de Lefèbvre (1991), qualquer planejamento, concepção ou representação do espaço é uma redução da realidade conforme a percepção dos seus idealizadores (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p.4)

No Brasil, em especial na região amazônica brasileira, esses conflitos ambientais e sociais são desdobramentos dos grandes projetos de desenvolvimento que remontam o período da ditadura civil militar no país e que previam a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional.

Frequentemente (e de maneira articulada) empresas e Estado atuam como violadores de direitos humanos e da natureza, sendo omissos diante dos impactos e da responsabilidade de mitigação e reparação dos danos. Entretanto, esses impactos e riscos ao Meio Ambiente, provocados por empreendimentos e projetos, não atingem a sociedade de maneira uniforme.

²³ Sigla de Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ver: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>

2.1 Conflitos socioambientais como resultado do modelo de desenvolvimento econômico vigente

Historicamente são os grupos mais vulneráveis que sofrem os efeitos negativos, em especial as populações que se utilizam do território na reprodução dos seus modos de vida não mercantis, tais como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, negros, mulheres etc.

No contexto atual brasileiro, com recente decréscimo econômico resultado da pandemia de Covid-19, há o retorno da noção de desenvolvimento centrada na exploração dos recursos naturais. Júnior Sant’Ana *et. al.* (2009) pontuam que a retomada acelerada desses projetos gera impactos ambientais e sociais e marcam um modelo de desenvolvimento que se baseia numa economia de enclave²⁴.

[...] grande parte dos projetos de infraestrutura planejados nos governos ditatoriais e não implantados ou parcialmente implantados até então, estão sendo retomados, intensificados e novos projetos e programas são, respectivamente, elaborados e implementados, envolvendo agências governamentais e privadas. Mesmo considerando-se todas as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas desde o final dos anos 1970, no Brasil e internacionalmente, que não permitem que se afirme simplesmente a continuidade do modelo de desenvolvimento concebido no período ditatorial, não se pode deixar de perceber permanências e, principalmente, de constatar os efeitos objetivos dos desdobramentos contemporâneos do modelo, que promovem intensas consequências sociais e ambientais (JÚNIOR SANT’ANA *et. al.*, 2009, p.17)

Na imprensa brasileira a cobertura sobre a instalação de empreendimentos pode variar significativamente de acordo com o tipo de mídia e o interesse público envolvido. Estudos, como o de Ruscheinsky (2010) e de Bueno (2011), apontam que os veículos costumam dar destaque às grandes empresas e empreendimentos que prometem gerar empregos e desenvolvimento econômico, mas muitas vezes deixam de considerar os impactos ambientais e sociais desses empreendimentos, bem como as comunidades impactadas.

De modo geral, em se tratando de questões ambientais, a mídia tende a se concentrar em crises e catástrofes. Por oferecer uma perspectiva orientada por eventos, foca em episódios isolados sem interrelacionar os fenômenos com o que geram as questões ambientais (HOLANDA; KÄÄPÄ; COSTA, 2022; BUENO, 2017).

Tragédias e desastres ambientais costumam ter grande repercussão. Sampaio (*et. al.*, 2017) em análise sobre a cobertura do rompimento da barragem de rejeitos no distrito de Bento

²⁴ A economia de enclave é um modelo econômico que se caracteriza pela concentração de atividades produtivas em uma determinada região ou setor econômico, isoladas do resto da economia local. Essas atividades geralmente são voltadas para a exportação, e são controladas por empresas estrangeiras ou grandes empresas nacionais.

Rodrigues, em Mariana²⁵ (MG), aborda algumas características da cobertura do desastre na perspectiva dos enquadramentos noticiosos. A amostra incluiu veículos locais e nacionais de plataformas digitais: Folha de São Paulo, O Globo, Estadão, O Estado de Minas, e os portais de notícia Uol, G1 e R7.

As conclusões da análise foram: 1) há maior espaço para falas de fontes oficiais. 2) há mais destaque nos efeitos ambientais dos desastres. 3) as coberturas não se atêm a denotar as causas, a realizar julgamentos morais ou apresentar soluções para os problemas em questão. 4) a abordagem predominante de Meio Ambiente e crime ambiental é influenciada pelo Ministério Público ou Ministério Público Federal.

Mesmo sendo a maior tragédia ambiental da história do Brasil, a cobertura jornalística manteve uma prática cotidiana de enfatizar a visão e os enquadramentos de fontes oficiais, em contrapartida às vozes e perspectivas dos cidadãos.

Quando se trata de problemas socioambientais, nos quais os impactos persistem por anos sem mudanças ou acontecimentos frequentes que possam despertar interesse para sua cobertura, os veículos de comunicação concentram-se principalmente em manifestações, protestos, mortes e assassinatos relacionados ao modelo²⁶ de desenvolvimento instalado na região (SOUZA, 2016).

Sampaio (*et.al.*, 2017) pontua que quando cobrem Meio Ambiente, os veículos tendem a dar mais espaço para notícias sobre eventos dramáticos, como desastres naturais, do que para questões ambientais de longo prazo. Costumam também privilegiar fontes oficiais, como governos e empresas, em detrimento de grupos ambientalistas e da sociedade civil em geral.

Pesquisas indicam que a cobertura de conflitos socioambientais na Amazônia muitas vezes é limitada e superficial, com uma ênfase excessiva em eventos pontuais e conflitos violentos e uma falta de contextualização e aprofundamento dos fatores estruturais que contribuem para a violência e a degradação ambiental na região. Além disso, há uma tendência de marginalizar vozes indígenas e comunitárias e dar mais destaque a fontes governamentais e empresariais.

O estudo dos conflitos socioambientais na perspectiva do jornalismo pode ser uma ocasião para dar visibilidade aos debates e distintos atores sociais que “resistem aos processos

²⁵Considerado o maior acidente mundial com barragens nos últimos 100 anos, de acordo com a consultora Bowker Associates e o geofísico David Chambers, o rompimento da barragem do Fundão correu no dia 5 de novembro de 2015. Ver em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>

²⁶Um modelo de desenvolvimento capitalista cujo a economia baseia-se na exploração desenfreada dos recursos naturais e dos seres humanos.

de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos" (ACSELRAD *et. al.*, 2004a, p. 15). Ao mesmo tempo que lança um olhar crítico sobre a atividade jornalística e sua cobertura a respeito de temáticas ambientais (BUENO, 2007).

A Amazônia é uma região que abrange nove países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa²⁷, Peru e Suriname), com a maior parte das florestas no Brasil, representando cerca de 60% da área terrestre brasileira. É conhecida pela sua biodiversidade e pelo seu papel fundamental no equilíbrio do clima da Terra. Além de possuir uma riqueza cultural inestimável, abriga uma grande variedade de flora e fauna (MMA, 2021).

No entanto, a Amazônia também é alvo de grandes projetos de exploração e infraestrutura que trazem impactos negativos como o deslocamento de populações tradicionais e a degradação ambiental. É o caso do Projeto Grande Carajás (PGC), que foi implementado na década de 1980 na região sul do Pará. O PGC contemplou a construção de uma ferrovia, uma hidrelétrica e um porto para facilitar a exportação de minérios, principalmente ferro, que são extraídos da região (SANTOS, 2018). Envolveu também a instalação de grandes empresas agropecuárias, o que resultou na expansão da fronteira agrícola.

A região é cenário de diversos conflitos socioambientais envolvendo interesses econômicos, sociais e ambientais, que geram tensões e violência entre comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas e as empresas exploradoras. A disputa pela terra e pelos recursos naturais é constante e frequentemente desencadeia conflitos violentos, ameaça assassinatos.

De acordo com o Atlas dos Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônicos (2020), coordenado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Brasil lidera os conflitos socioambientais. Dos 1.308 confrontos registrados entre 2017 e 2018, 995 ocorreram no país, de acordo com um levantamento inédito que comparou situações em quatro países. A Colômbia registrou 227 conflitos, seguida pelo Peru com 69 e pela Bolívia com 17. A principal causa desses conflitos está relacionada às atividades do agronegócio, como a pecuária e as monoculturas, especialmente a da soja.

Os conflitos socioambientais têm origem na forma como as sociedades produzem e se apropriam dos recursos naturais, o que muitas vezes leva à degradação ambiental e a desigualdades sociais. Ocorrem em diferentes níveis e escalas, desde a disputa por terras entre comunidades locais e empresas até as tensões geopolíticas em torno do controle de recursos naturais estratégicos.

²⁷ A Guiana Francesa não é um país, mas sim um estado da França, mais precisamente um departamento ultramarino e região da França, na costa do Atlântico Norte da América do Sul, nas Guianas.

A Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte²⁸ é um claro exemplo de grande projeto, advindo da ditadura no Brasil, que foi retomado em período democrático sob a égide do desenvolvimento econômico e energético. Sua instalação teve efeitos significativos na região, incluindo impactos ambientais²⁹, sociais³⁰ e econômicos³¹.

Símbolo da inadimplência socioambiental e do desrespeito às populações atingidas, foi a principal obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo petista de Dilma Rousseff (2011-2016) e expulsou³² do território cerca de 55 mil pessoas entre ribeirinhos, quilombolas e etnias indígenas que habitavam a bacia do Xingu.

A obra, que envolveu grandes interesses econômicos e pressões ao poder político, foi construída à revelia das críticas de estudiosos, ambientalistas, movimentos sociais e sociedade civil organizada e seguiu uma sequência de erros e condutas perversas frente às populações que foram retiradas dos seus lares para dar lugar à usina.

Em contextos de implementação de grandes empreendimentos, como a da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, os meios de comunicação podem funcionar como instrumentos de legitimação simbólica e política, se apropriando do discurso do desenvolvimento.

A análise sobre a visibilidade e representação dos povos indígenas atingidos pela Usina de Belo Monte em sites jornalísticos de maior circulação no Brasil e em outros 12 países estrangeiros, Paes *et. al.* (2021) verificou que os povos indígenas foram invisibilizados e que houve a predominância de fontes empresariais e oficiais.

A amostragem foi composta por 54 matérias jornalísticas, publicadas entre 2005 e 2017, em veículos como Folha de São Paulo, O Globo, El País e The Guardian. Os resultados indicaram que, embora os jornais brasileiros mais populares estivessem mais próximos da UHE Belo Monte em comparação com outros países, isso não se refletiu em uma maior presença no

²⁹ A construção da usina trouxe impacto significativo ao meio ambiente com a inundação de uma grande área de floresta, afetando a biodiversidade local e deslocando espécies animais. Além de trazer impacto significativo no fluxo do rio Xingu, afetando a pesca e outras atividades econômicas que dependem do rio. Ver em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2016/07/usina-de-belo-monte-causa-impactos-ambientais-e-sociais-em-altamira-pa.html>

³⁰ A hidrelétrica trouxe impacto significativo nas comunidades locais, especialmente os povos indígenas que vivem na região. Muitos foram deslocados de suas terras ancestrais e forçados a se mudar para áreas desconhecidas, perdendo suas casas, suas culturas e seus meios de subsistência. Além disso, surgiram conflitos entre as comunidades locais e as empresas envolvidas na construção da usina. Ver em: <https://amazoniareal.com.br/o-rastro-de-destruicao-de-belo-monte/>

³¹ A usina trouxe benefícios econômicos, incluindo a criação de empregos e o aumento do investimento na região. No entanto, os impactos negativos na pesca e outras atividades econômicas relacionadas ao rio Xingu podem ter compensado esses benefícios. Ver em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/03/16/pescadores-afetados-pela-construcao-de-usina-hidreletrica-de-belo-monte-protestam-em-altamira.ghtml>

³² Ver em: <https://sumauma.com/a-hora-e-agora-lula-tera-que-decidir-sobre-belo-monte/>

local com reportagens mais abrangentes.

Apesar da maioria das matérias internacionais ter sido produzida no Brasil, isso não significou que os jornalistas estivessem presentes no local dos acontecimentos. Além disso, foi possível constatar que os jornais mais influentes em todo o mundo possuíam uma visão desatualizada e distorcida dos povos indígenas, que muitas vezes foram identificados de maneira inadequada como "índios", "tribos" ou "invasores".

Nesse contexto, os conflitos socioambientais em que as ações ou efeitos não são tão eminentes como nos casos de desastres ambientais, tendem a receber uma cobertura pontual e não um acompanhamento contínuo de seus desdobramentos.

A imprensa brasileira tem sido criticada por sua cobertura superficial e descontextualizada de empreendimentos econômicos, muitas vezes deixando de contextualizar as questões sociais e ambientais envolvidas, desconsiderando os impactos sociais e ambientais e as comunidades afetadas pelos empreendimentos (BODART, MADALENA, 2012; ROUGEMONT, GÓMEZ, 2011).

A socióloga Ângela Camana (2018) defende que a cobertura de conflitos se torna ainda mais importante “já que a defesa da cidadania e dos direitos fundamentais, em especial de minorias, está previsto no código de ética da profissão”. Além disso, as denúncias podem contribuir para “[...] o fim do arbítrio, do autoritarismo e da opressão – também responsabilidade do jornalista” (CAMANA, 2018, p. 129 - 130).

Alguns jornalistas e veículos de mídia têm se destacado por uma cobertura mais crítica e contextualizada, buscando informar a população sobre as consequências desses empreendimentos para o Meio Ambiente e as comunidades locais. Podemos citar o jornalista³³ Lúcio Flávio Pinto, conhecido por seu trabalho investigativo e crítico em relação aos impactos sociais e ambientais da mineração na região amazônica, em particular no Estado do Pará, onde reside. Também temos a repórter e escritora Eliane Brum, que tem feito cobertura de grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Belo Monte e a mineração em Carajás³⁴.

³³ Lúcio Flávio Pinto é um dos fundadores do Jornal Pessoal, publicação independente que circula há mais de 30 anos. Ver em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2017/09/15/jp-uma-historia/>

³⁴ A Serra dos Carajás localizada no Estado do Pará é a maior província mineralógica do planeta. Abriga a maior jazida de minério de ferro explorada do mundo. Além de ferro, ela concentra grande quantidade de manganês, cobre, ouro e níquel.

2.2 Meio Ambiente em pauta: o Jornalismo Ambiental, características e rotinas produtivas

Bueno (2007), conceitua Meio Ambiente como:

[...] o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/ manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.) (BUENO, 2007, p. 35).

O Jornalismo Ambiental (JA) é uma área do jornalismo que se concentra na cobertura de temas relacionados ao Meio Ambiente e à sustentabilidade. Isso inclui a cobertura de eventos e problemas ambientais, bem como questões políticas e econômicas relacionadas à preservação ambiental. É a especialização que dá visibilidade, no contexto acadêmico e/ou de experiência da profissão jornalística, aos fatos relacionados ao Meio Ambiente, à ecologia, à fauna, à flora e à natureza (COLOMBO, 2010). Abrange também assuntos relacionados ao ser humano.

Bueno (2007, p.35) simplifica o JA como “o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado”. O autor pontua ainda que este jornalismo cumpre três funções, necessárias para conscientizar os cidadãos sobre as questões ambientais e seus impactos na qualidade de vida: a informativa, a política e a pedagógica.

A função informativa fornece materiais sobre posturas, processos e modelos que afetam o Meio Ambiente. A função pedagógica explora as causas e soluções para os problemas ambientais e indica caminhos para superá-los. A função política envolve a mobilização dos cidadãos para enfrentar interesses empresariais e governamentais que contribuem para a degradação ambiental (BUENO, 2007).

O Jornalismo Ambiental teve início em 1968, com a Conferência sobre a Biosfera, de Paris, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A reunião intergovernamental tentava reconciliar a conservação e o uso dos recursos naturais.

Essa especialidade surgiu atrelado ao jornalismo científico e começou a se configurar na Europa a partir da década de 1960, acompanhando os debates acerca dos problemas ambientais. A primeira entidade de Jornalismo Ambiental no mundo foi fundada na França em 1969, enquanto nos Estados Unidos foi criada em 1990.

No Brasil, a natureza, paisagem e aventura estavam entre as temáticas constantes das revistas ilustradas nos anos 1960, sendo que a reportagem de José Hamilton Ribeiro sobre uma caçada no Mato Grosso, publicada na Realidade em 1967, é considerada um marco no jornalismo de revista brasileiro. No entanto, essa reportagem hoje seria considerada politicamente e ecologicamente incorreta (BELMONTE, 2017). Em nosso país, a primeira cobertura ambiental foi de Randáu Marques³⁵, na década de 70, sobre a contaminação de sapateiros com chumbo (BELMONTE, 2004).

Belmonte (2017) destaca que o Jornalismo Ambiental está relacionado à necessidade de uma formação permanente por parte dos profissionais, bem como à segmentação do conhecimento e à demanda crescente por profundidade informativa e conteúdo mais bem elaborado.

Girardi (*et. al.*, 2013a; 2013b) propõe uma distinção quanto às abordagens jornalísticas sobre Meio Ambiente: o jornalismo de Meio Ambiente e o Jornalismo Ambiental. No primeiro, os temas ambientais são tratados de maneira superficial, “imparcial”, com foco no viés econômico e político. “A própria noção de ambiente neste caso é bastante restrita, pois ancora-se na crença que separa sociedade e natureza, sendo a segunda o objeto de tal prática jornalística. Matérias que apresentam esse olhar são muito frequentes” (GIRARDI; CAMANA; LOOSE, 2015, p. 377).

O Jornalismo Ambiental é comprometido, desvela a complexidade das temáticas abordadas bem como as interconexões existentes entre os seres, não buscando uma pretensa imparcialidade, de modo que jornalismo especializado se funde às demandas socioambientais.

Já o Jornalismo Ambiental, em nossa perspectiva, exige o cumprimento dos seguintes requisitos: apresentar uma visão sistêmica dos fatos; reconhecer a complexidade dos eventos ambientais que não podem ser reduzidos e formatos simplistas; contemplar a diversidade dos saberes e não ficar refém de fontes oficiais (que são importantes, mas não são as únicas); defender a biodiversidade e a vida em sua plenitude, o que significa deixar de ser imparcial; e assumir seu papel educativo, cidadão e transformador (GIRARDI; CAMANA; LOOSE, 2015, p. 377).

Girardi (2018, p. 21) pontua que, em tempos tão conturbados, de constantes ameaças de danos ambientais, a prática jornalística precisa “imprimir um olhar cuidadoso e comprometido com a defesa da vida em todas suas dimensões”. Para isto, entretanto, faz-se necessário que o

³⁵ Atuante na cobertura ambiental, Randáu também foi um dos fundadores da ONG SOS Mata Atlântica e da organização Oikos, em plena ditadura militar.

jornalista que cobre Meio Ambiente seja engajado e tenha espírito investigativo “[...]para saber utilizar os métodos do próprio Jornalismo na intenção de desvendar processos que encobrem interesses prejudiciais ao meio ambiente e à saúde de todos”.

Bueno (2007) corrobora esse entendimento ao afirmar que o Jornalismo Ambiental deve ser singular, não confundido com marketing verde ou ecopropaganda. Deve ter compromisso com o interesse público, a democratização do conhecimento e a ampliação do debate, estando sintonizado com o pluralismo e a diversidade. É importante potencializar o diálogo entre diferentes fontes, visando contribuir para uma relação saudável e duradoura entre o ser humano e o Meio Ambiente. Além disso, o saber ambiental deve articular os múltiplos saberes, incluindo conhecimentos tradicionais (BUENO, 2007).

Del Vecchio-Lima e Lira (2020) sintetizaram, com base em pesquisadores e jornalistas, algumas características desejáveis na prática do Jornalismo Ambiental e da cobertura sobre Meio Ambiente que incluem, por exemplo, o atendimento ao interesse público e a relativização da imparcialidade para permitir a emergência de visões comprometidas com a racionalidade ambiental:

- a) atendimento ao interesse público e menos à lógica produtivista ou governamental;
- b) apontamento de soluções, rumos e perspectivas e não apenas problemas, enfatizando exemplos de boas práticas;
- c) diversificação de fontes, dando lugar a vozes não especializadas mas com experiências singulares;
- d) clareamento e didática ao mostrar a questão ambiental como parte do cotidiano dos cidadãos e da sociedade;
- e) relativização do valor imparcialidade, permitindo a emergência de visões comprometidas com a racionalidade ambiental, que é afeita a diversas subjetividades, fugindo de uma lógica economicista e tecnicista;
- f) textos menos fragmentados e mais contextualizados à moda de uma visão sistêmica que leva em conta, na medida do possível, o todo e não apenas partes de um problema. (DEL VECCHIO-LIMA, LIRA, 2020, p. 7)

No que diz respeito à pauta ambiental, Bueno (2009) destaca que ela deve seguir atributos básicos. Primeiramente, deve ser consistente e embasada em dados concretos, em vez de opiniões de fontes tendenciosas. Em segundo lugar, deve ser enriquecida pela experiência e conhecimento próprio do repórter. Terceiro, é importante estar aberto a novos ângulos e fontes. Quarto, é necessário sugerir soluções realistas, envolvendo a cooperação de todos. Quinto, é crucial conectar-se com a realidade local, atraindo a atenção do público. Por fim, deve desempenhar uma função educativa, estabelecendo vínculos entre o Jornalismo Ambiental e a educação ambiental.

Bueno (2009) defende que o Jornalismo Ambiental requer "militância cívica" e um compromisso com a ação política, além da coragem de pesquisadores independentes e da

clareza da mídia ambiental. Ele enfatiza a importância de evitar elitismo na escolha das fontes e adaptar o discurso ao público.

O autor também estabelece que os jornalistas ambientais devem estar comprometidos com a conscientização, mobilização, superação das desigualdades e defesa da qualidade de vida dos cidadãos. Isso implica em rejeitar a neutralidade, investigar as causas e consequências da degradação ambiental por grupos econômicos e politizar o debate (BUENO, 2007).

Entretanto, de maneira prática, o jornalista ambiental assim como qualquer jornalista está sujeito a uma série de desafios e constrangimentos inerentes à produção da notícia enquanto produto de mercado (SILVA, 2022). Ainda que tenha qualificações, crenças e boas intenções profissionais, nem sempre consegue obter reportagens significativas “pois a cobertura ambiental ainda é influenciada por questões econômicas que conduzem e limitam a maneira como as notícias são produzidas e disponibilizadas ao grande público” (HOLANDA; KÄÄPÄ; COSTA, 2022, p. 7). O jornalismo não é um espelho da realidade, mas sim uma instituição que está enraizada no ambiente em que atua, o qual configura relações e práticas sociais.

Enquanto agente social, o jornalista reporta aos fatos transformando-os em notícias, a partir da visão de seus óculos especiais. Refletindo “[...]o *ethos* especializado da comunidade jornalística”, seus membros “partilham não só uma maneira de ver, mas também uma maneira de agir e uma maneira de falar” (TRAQUINA, 2008, p. 30).

A notícia, produto da atividade jornalística, situa-se entre o ‘conhecimento de’ (senso comum) e o ‘conhecimento sobre’ (científico). Esta gradação, entre um conhecimento e outro, na qual o jornalismo se insere, deve-se “à profundidade de análise” e à “velocidade de produção” inerente à atividade (MEDITSCH, 1997).

Os constrangimentos organizacionais no jornalismo são fatores que limitam a capacidade dos profissionais de imprensa de realizarem um trabalho independente e crítico. Eles incluem pressões comerciais, políticas e ideológicas exercidas pelas empresas jornalísticas em que os jornalistas trabalham, bem como restrições de tempo, recursos e acesso a informações importantes. Esses constrangimentos podem levar à autocensura, à produção de um jornalismo superficial e sensacionalista, à falta de diversidade de opiniões e perspectivas e à perda de credibilidade dos meios de comunicação (SILVA, 2022).

Alguns exemplos comuns de constrangimentos organizacionais no jornalismo incluem pressões para produzir conteúdo que atraia mais audiência e anunciantes, restrições à cobertura de assuntos sensíveis ou críticos para os interesses da empresa jornalística ou de seus patrocinadores e o uso de recursos limitados para a cobertura de eventos importantes e

complexos (SILVA, 2022).

Neste contexto, a cobertura de temas ambientais – principalmente em se tratando de conflitos socioambientais – pode ser ainda mais desafiadora para os jornalistas, além de constrangimentos organizacionais, eles precisam equilibrar a necessidade de relatar os fatos de forma objetiva com a necessidade de proteger as fontes e as comunidades locais envolvidas. Precisam entender o contexto cultural e político local para garantir que estejam noticiando a situação de forma precisa e responsável. Além de lidar com a complexidade das questões ambientais e apresentá-las de forma clara e acessível, traduzindo a linguagem técnica científica para o público leigo, sem perder a precisão e a qualidade da informação.

O processo de apuração e produção de reportagens sobre o Meio Ambiente muitas vezes exige mais tempo e infraestrutura dispendiosa: viagens e grande número de entrevistas em locais de difícil acesso, o que pode transformar reportagens ambientais uma produção cara.

A rotina produtiva de jornalistas ambientais envolve pesquisa, entrevistas, redação e edição de matérias, além de um conhecimento multidisciplinar sobre questões ambientais, políticas, econômicas e sociais, e a capacidade de apresentar informações de forma clara e acessível ao público (BUENO, 2007).

Terezinha Silva (2022) pontua que a apuração de informações é uma etapa importante no jornalismo e envolve a verificação dos dados apresentados pelas fontes, a checagem de documentos e a investigação de possíveis interesses ocultos.

A apuração jornalística é um conjunto de práticas e procedimentos através dos quais o(a) jornalista realiza a captação e checagem de informações para compor a matéria jornalística, seja ela um texto para jornais e revistas impressas, portal ou site de notícias na internet, noticiários de rádio e televisão. Cada um desses suportes e dispositivos midiáticos requer alguns procedimentos específicos de levantamento de informações, devido a especificidades de linguagens (escrita, sonora, imagética etc.) para a composição da matéria. Mas, de modo geral, o conjunto de práticas e de possibilidades de apuração é semelhante e comum ao fazer jornalístico em qualquer mídia. A forma mais abrangente ou mais restrita através da qual cada jornalista recorre às diferentes formas de captação de informações (contato com fontes e referências diversas, realização de entrevistas, pesquisa a documentos e dados, observação in loco) condiciona o conteúdo final produzido e as possibilidades de compreensão e interpretação por parte dos públicos. (SILVA, 2022, p. 28)

No processo de coleta de informações, os jornalistas ambientais costumam fazer uso de diversas fontes, como dados de órgãos governamentais, relatórios de ONGs, entrevistas com especialistas, pesquisadores e ativistas, além de informações divulgadas em eventos e reuniões.

Para a busca por fontes confiáveis, os jornalistas ambientais também podem recorrer aos cidadãos, cientistas, representantes de instituições e organizações e autoridades governamentais. É importante verificar a credibilidade e o interesse das fontes em relação à pauta em questão, bem como buscar opiniões diversas para oferecer ao leitor uma visão plural do assunto.

No campo jornalístico, a Lei de Acesso à Informação (LAI) tem se mostrado uma importante ferramenta para apuração, levantamento de dados e de documentos (MECHLER, 2017). Resultado de um longo processo de regulamentação do direito à informação pública no Brasil, já faz parte da rotina produtiva de alguns jornalistas (GONÇALVES, 2019) e traz um leque de novas possibilidades, facilitando a construção de reportagens investigativas “que se utilizam de informações públicas, com temas como gastos, licitações e contratações realizadas pelos governos Federal, Estaduais e Municipais” (MECHLER, 2017, p. 7).

A LAI (Lei nº 12.527/2011), aprovada em 2011, pode ser também uma importante ferramenta para monitorar e influenciar políticas públicas, desde que se some às ações de *Advocacy*³⁶, nas quais há um processo de reivindicação de direitos, de modo a influenciar na formulação e implementação de políticas públicas. Ela prevê a disponibilidade ativa de dados nos sites oficiais e no dados.gov.br [transparência ativa³⁷], e também a possibilidade de se fazer pedidos de acesso à informação via e-SIC [transparência passiva³⁸] aos órgãos públicos (BRASIL, 2011).

Por fim, a elaboração de textos e a divulgação de notícias e reportagens envolvem a aplicação das técnicas de redação jornalística, a seleção de fotos e outros recursos visuais, bem como a escolha dos canais de divulgação mais adequados para cada tipo de público. De modo que, a eficácia do Jornalismo Ambiental depende não apenas da qualidade da informação, mas também da capacidade do jornalista de traduzir essas informações de forma clara e acessível.

Além das rotinas de apuração e redação, os jornalistas ambientais precisam estar atentos às mudanças no cenário ambiental, tanto em termos de políticas públicas quanto em relação aos impactos ambientais provocados por atividades econômicas. Isso implica em uma atualização constante sobre temas como mudanças climáticas, desmatamento, poluição, gestão de resíduos

³⁶ Ver em: <https://ittc.org.br/o-que-e-advocacy/>

³⁷ Transparência ativa é o conjunto de informações que o governo tem obrigação de publicar, de forma acessível ao cidadão, sem a necessidade de que os dados sejam pedidos por alguém. Fazem parte desse conjunto de informações, dados sobre receitas e despesas, pagamento de servidores, entre outras.

³⁸ Transparência passiva é quando o cidadão solicita acesso a informações que não estão disponíveis em páginas oficiais de órgãos públicos por transparência ativa. Para isso, existem ferramentas como o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), onde qualquer pessoa pode registrar um pedido de informação ao poder público.

e recursos hídricos.

De modo geral, a visibilidade da cobertura jornalística e consumo de notícias sobre temas ambientais permitem que eles sejam pautados pela opinião pública e façam parte da agenda governamental e de políticas públicas. Assim, no campo ambiental, a mídia tem papel didático, “em especial quando as pessoas necessitam de orientação, promovendo, assim, [a] eco-alfabetização” (SOUSA, 2008, p. 29).

É a partir do acesso amplo às informações públicas sobre o Meio Ambiente que um cidadão ou cidadã terá condições de tomar decisões ambientalmente conscientes, “participar ativamente da construção de políticas públicas ambientais e denunciar eventuais abusos neste campo” (LAZO *et al*, 2020, p. 6).

O Jornalismo Ambiental tem um papel fundamental na cobertura e na análise dos conflitos socioambientais, pois é através dele que a sociedade pode ter acesso a informações e a diferentes perspectivas sobre o tema. Além disso, pode contribuir para a compreensão das causas, dos impactos e das possíveis soluções.

3. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MARANHÃO E SUAS RELAÇÕES COMOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Dizem que a mineração traz
desenvolvimento e riqueza.
Mas, o que se pode constatar é que não é
para todos nem por muito tempo.
De fato, esta é uma atividade
insustentável, uma vez que depende da
extração de recursos naturais não
renováveis.
(Bruno Milanez)

O Projeto Grande Carajás (PGC) foi um grande empreendimento iniciado na década de 1980 pelo governo brasileiro em parceria com empresas estrangeiras, visando a extração de minério na região de Carajás, no Pará. O PGC foi implementado entre 1979 e 1986, no governo Figueiredo e abrangia uma área de mais de 900 mil km² na região amazônica do Brasil (área que corresponde a um décimo do território brasileiro), englobando o sudoeste do Pará, norte do Tocantins e oeste do Maranhão (SILVA, 2023).

O PGC foi uma iniciativa do regime civil-militar que visava integrar a região Norte do país ao mercado nacional e internacional por meio da exploração de recursos minerais, agropecuários e florestais. O projeto pretendia explorar as riquezas minerais, como ferro, cobre, ouro e manganês, além de promover o desenvolvimento econômico da região. Para isso, foram realizados investimentos em infraestrutura, como rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, para transportar o minério até o litoral e, posteriormente, para outros países. Também foram construídas hidrelétricas para fornecer energia elétrica às siderúrgicas nacionais que trabalhavam com o ferro-gusa produzido no país.

O projeto alterou profundamente a política, a história, a cultura e a geografia da Amazônia, além de ter provocado intensas alterações nos biomas e paisagens. Embora tenha sido oficialmente extinto em 1991, suas consequências continuam presentes na vida cotidiana de cidades, povoados rurais e de grupos sociais tradicionais (povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e etc.).

Um dos resultados do PGC para a microrregião de Imperatriz, uma das vinte e uma microrregiões do Maranhão, situada a oeste do Estado, foi a montagem de empresas de reflorestamento de eucalipto e indústrias siderúrgicas nos municípios de Imperatriz e Açailândia, distantes setenta quilômetros um do outro. Esses empreendimentos são responsáveis pela concentração de terras, devastação florestal, mudanças nas relações de trabalho e uma série de outras

mudanças, que se dão, em parte, pela imposição dos grandes empreendimentos e, por outro lado, pela aceitação por parte dessas populações. (SOUSA, 2009, p.2)

Sousa (2009) discorre sobre a influência das empresas estrangeiras na exploração dos minérios brasileiros desde o século XX, com destaque para a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1943, que representou uma relativa independência do país em relação ao controle dos seus minérios. No entanto, durante os governos militares, essa política de aproximação com os estrangeiros atingiu o seu auge.

Em 1970, o Projeto Radam, radar da Amazônia, foi aprovado para mapear praticamente toda a região amazônica, com especial atenção para a existência de minérios. O conhecimento adquirido permitiu que grupos estrangeiros realizassem uma nova empreitada de exploração mineral, com a criação de projetos como a mineração Rio do Norte³⁹, Alunorte⁴⁰, Albrás⁴¹ e Alcoa⁴² que abrangiam áreas como a agricultura, a pecuária, o reflorestamento e o minero-metalúrgico.

A Amazônia, especialmente a oriental⁴³, foi considerada um local propício para esses investimentos devido à abundância de energia e mão-de-obra, além de uma legislação tolerante quanto às atividades poluentes e devastadoras dos recursos naturais. O governo federal titulou cerca de 90 milhões de hectares de terras do Projeto Grande Carajás (PGC), com seis milhões em Goiás, trinta e um milhões no Maranhão e cinquenta e três no Pará. O Grupo de Execução das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) foi o órgão responsável pelo controle das terras da região (SILVA, 2023).

Santos (2009) pontua que dois órgãos importantes para os empresários foram a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA), que aprovavam projetos e liberavam recursos financeiros. O programa visava exportar minério de ferro barato para a Comunidade Europeia (CE) por 15 anos, suprimindo metade da demanda da CE ou 13,6 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

³⁹ Ver: <https://mrn.gupy.io/>

⁴⁰ Atualmente Hydro Alunorte. Ver: <https://www.hydro.com/pt-BR/sobre-a-hydro/a-hydro-no-mundo/north-america/brasil/barcarena/alunorte/>

⁴¹ Atualmente é parceira da Hydro Alunorte. Ver: <https://www.hydro.com/pt-BR/sobre-a-hydro/a-hydro-no-mundo/north-america/brasil/barcarena/albras/>

⁴² Ver: <https://www.alcoa.com/global/en/home/>

⁴³ A Amazônia Legal é dividida em Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental. A Amazônia Ocidental ocupa uma área de 2.194.599 km², correspondendo a 25,7% do território brasileiro, e é composta pelos estados de Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. A Amazônia Oriental é composta pelos estados de Amapá, Maranhão, Mato Grosso e Pará.

Coelho (2015, p. 30) sinaliza que com o PGC, o governo militar cumpriu a função de colocar o país como fornecedor de matérias-primas do sistema internacional: “O regime civil-militar, que por muitos é conhecido como desenvolvimentismo autoritário, ao mesmo tempo em que apostou no processo de industrialização do país, lançou as bases para a especialização minério-exportadora”. Ele chama a atenção ainda para o aporte de investimentos advindos dos grandes projetos.

A especialização na produção de matérias-primas recebeu um imenso aporte através dos grandes projetos instalados durante fins da década de 1970 e início dos anos 1980. Entre eles estava o Programa Grande Carajás, além da construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí (UHT), a Mineração Rio do Norte (MRN), a Albras e a Alunorte. Seus investimentos eram de quase US\$ 230 bilhões, quantia que na época era comparável a todas as riquezas produzidas pelos brasileiros durante um ano. (COELHO, 2015, p. 30)

A pretensão da CVRD era produzir, anualmente, 35 milhões de toneladas de minério de ferro, sob a forma de ferro-gusa. Os objetivos do PGC seriam a exploração dos recursos naturais, saldar⁴⁴ os compromissos externos, executar empreendimentos produtivos, com favorecimento a empresas nacionais e estrangeiras na obtenção de lucros financeiros. Os projetos foram classificados em quatro setores que correspondem ao minério-metalúrgico, reflorestamento, agricultura e pecuária.

Projetou-se um conjunto infraestrutural composto de portos, aeroportos, rodovias, hidrovias e hidrelétricas para o empreendimento, além de um capital social de mais de cinco milhões de pessoas e um território de 1,7 milhão de quilômetros quadrados ou 35% da Amazônia Legal (SANTOS, 2009).

O Programa Grande Carajás previa a construção de ferrovias, ampliação de portos e hidrovias, além da geração de energia por meio do aproveitamento de recursos hídricos. Dentre as principais obras, destacam-se a Estrada de Ferro Carajás (EFC), a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e investimentos portuários em São Luís (SILVA, 2023).

Apesar de ter gerado empregos e renda para a região, a implementação do PGC também trouxe diversos impactos socioambientais negativos. Por exemplo, a construção de ferrovias, rodovias e hidrelétricas para atender às necessidades do projeto causou a degradação de áreas naturais e a perda de biodiversidade.

A exploração mineral em si trouxe impactos diretos para as comunidades locais, como

⁴⁴ O Projeto Grande Carajás foi elaborado em meio a uma crise financeira no Brasil, com o objetivo de atrair investimentos externos para superar a crise e integrar a Amazônia. Havia uma preocupação em utilizá-lo para pagar a dívida externa e resolver os problemas sociais e econômicos do país.

o deslocamento forçado de populações e a contaminação da água e do solo com substâncias tóxicas. A construção da ferrovia e da estrada de ferro resultou na abertura de áreas antes intocadas da Floresta Amazônica, o que levou ao desmatamento e à perda de habitat para diversas espécies. Além disso, a instalação de grandes empresas agropecuárias na região resultou na expansão da fronteira agrícola e em conflitos com as comunidades locais, que muitas vezes foram expulsas de suas terras.

Diversos pesquisadores interpretam que a Companhia Vale do Rio Doce a principal responsável pela organização do Programa Grande Carajás dos empreendimentos decorrentes dessa iniciativa, embora diferentes agentes estatais tenham colaborado para a instalação da exploração mineral de Carajás e para o fomento das outras atividades produtivas.

De acordo com Coelho (2015), a mineradora é resultado de acordos internacionais para a venda de minério de ferro extraído de territórios brasileiros para países como Inglaterra e Estados Unidos. Sua história remonta a 1943, quando o governo brasileiro criou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para extrair e comercializar minério de ferro da região de Minas Gerais. Posteriormente, ela expandiu suas explorações minerais para o Norte do Brasil e passou a exportar minério de ferro para a produção de aço durante a Segunda Guerra Mundial (COELHO, 2015).

A partir da década de 1960, a CRVD já estava exportando para a Alemanha e o Japão, tendo se destacado no cenário de exportações de minério de ferro. Com a implantação do Programa Grande Carajás, a empresa se tornou a principal exportadora do país na década de 1970, com a prioridade na extração de minério de ferro.

A mineradora foi privatizada por R\$ 3,338 bilhões, em 1997, em meio a protestos e manifestações contrárias à privatização e sob o pretexto de que a venda ajudaria a reduzir a dívida pública, entretanto, o valor foi considerado insuficiente para sanar as dívidas do governo. Ao longo das décadas seguintes, a empresa expandiu suas atividades para outros metais e minerais, além de diversificar seus negócios em setores como energia, logística e siderurgia.

Em 2007, a CVRD mudou seu nome para Vale S.A e tornou-se uma empresa privada, com ações negociadas nas bolsas de valores do Brasil e de Nova York. Atualmente é uma das principais mineradoras do mundo, com operações em mais de 30 países e cerca de 120 mil funcionários. A mineradora é reconhecida por sua expertise em mineração, logística e tecnologia.

De acordo com a análise de Carneiro (2019) sobre a trajetória dos investimentos realizados pela empresa nas atividades minerais de Carajás e em outros setores na área de

influência da Estrada de Ferro Carajás, a Vale obteve sucesso em sua estratégia econômica, como evidenciado por projetos recentes, como a duplicação da ferrovia Carajás (que corta 27 municípios entre o Pará e o Maranhão), a ampliação da ferrovia Norte-Sul e a ampliação das instalações do Porto de Ponta da Madeira, em São Luís – MA.

Entretanto, segundo o autor, a questão dos resultados sociais e ambientais produzidos pelos investimentos permanece relevante. Enquanto os estudos socioambientais indicam impactos negativos significativos, outro ponto de discussão é a possibilidade efetiva de verticalização da atividade mineral na região de Carajás e seu potencial para dinamizar a economia regional, uma questão que, segundo diversos autores, não tem sido satisfatoriamente resolvida.

Os principais impactos negativos sofridos pelas comunidades da Amazônia no campo das atividades de mineração da Vale S.A. são: poluição do ar e sonora, impedimento do direito de ir e vir, remoções forçadas, rachaduras nas casas, trepidações, assoreamento de rios e riachos, entupimento de igarapés, criminalizações, impedimento do direito de expressão e manifestação, espionagem, atropelamentos com mortes, interferência nos modos de vida e expressões culturais, etc. (SANTOS, 2018).

De acordo com o sociólogo Cândido Grzybowski (2014), a decisão de explorar o minério de Carajás foi tomada sem levar em consideração os antepassados e a população atual do território. Foi concebida como um projeto voltado para fora, visando extrair o minério local e transformá-lo em riqueza para interesses externos. Embora o Complexo Carajás tenha se tornado parte do território, ele foi integrado segundo a lógica do capital externo investido nele, o que criou uma grande contradição entre a população local, a empresa Vale e os capitais associados a ela.

A Amazônia é uma região de extrema importância para o planeta, que abriga a maior floresta tropical do mundo e uma enorme biodiversidade. Os grandes projetos de desenvolvimento trouxeram consigo uma série de impactos, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico, que geram conflitos e disputas territoriais e reverberam em novos ciclos exploratórios (SANT'ANA JÚNIOR, 2009).

Em geral, esses conflitos envolvem a atuação articulada do Estado e das empresas, sendo que o Estado muitas vezes se omite e as empresas não assumem a responsabilidade pela mitigação e reparação dos danos causados. As populações em desvantagem nesse contexto incluem indígenas, quilombolas, moradores de periferias urbanas, pescadores artesanais, negros e mulheres, que utilizam o território para garantir seus modos de vida não mercantis, tanto em contextos rurais quanto urbanos.

No caso do PGC foram gerados impactos econômicos significativos, especialmente no que diz respeito à concentração de renda e à dependência da região em relação às atividades econômicas primárias. O projeto contribuiu para a formação de um modelo econômico extrativista, que gerou uma forte dependência dos recursos naturais, em detrimento da diversificação da economia regional (SOUSA, 2009).

Coelho (2015) pontua que a mineração no Brasil foi desenvolvida sob um capitalismo dependente, subdesenvolvido e um modelo econômico primário-exportador de matéria-prima de baixa intensidade tecnológica, ou seja, com baixo valor agregado. Isso resultou em uma violência crescente e em uma camada social marginalizada. Devido ao modelo desenvolvimentista e extrativista que tem a terra como principal fonte de exploração econômica no Brasil, tem havido um aumento nos conflitos relacionados ao direito à terra e ao território (CPT, 2020b).

A distribuição dos benefícios e das cargas trazidas com a implementação de grandes projetos é desigual entre os atores sociais, de modo que, muitas vezes, tais projetos e políticas, “acabam por discriminar, impactar e vulnerabilizar as populações que vivem e trabalham nesses territórios” (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013, p. 30).

Desse modo, o PGC gerou impactos sociais, econômicos e ambientais significativos na região. Mas é diante dos impactos negativos e da disputa entre grupos com posições sociais desiguais que surgem a organização e a mobilização dos impactados negativamente pela atividade, assim como os movimentos sociais que se mobilizam para denunciar a situação e exigir medidas para minimizar os danos causados. Com vistas a denunciar as contradições desse desenvolvimento e os conflitos ambientais dos quais as vítimas não só são excluídas como também assumem todo o ônus dele resultante (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

É o caso, por exemplo, da Rede Justiça nos Trilhos (JnT), organização que atua na defesa dos direitos humanos e ambientais dos povos impactados pela exploração mineral no Estado do Maranhão, em especial nas regiões próximas à Estrada de Ferro Carajás, controlada pela mineradora Vale S.A. (SANTOS, 2018).

A JnT nasceu como uma campanha de denúncia, a partir do trabalho dos Missionários Combonianos⁴³, que ofereciam assistência pastoral aos moradores de Piquiá de Baixo, comunidade fortemente impactada pela poluição industrial. A partir da chegada do padre Dario Bossi e outros combonianos em 2007, houve uma maior atenção à defesa do Meio Ambiente e à luta pelos direitos das comunidades (CARVALHO; PINHEIRO, 2017).

Atualmente, a organização atua em cerca de 20 comunidades no Maranhão e trabalha

em quatro eixos: Assessoria Jurídica, Educação Popular, Comunicação Popular e Alternativas Econômicas. Realiza ações coletivas, defesa de defensores e defensoras processados, fortalecimento comunitário, mobilização social e popular, formação, denúncia e anúncio do Bem Viver, formação e agroecologia (FERREIRA, 2021).

3.1 Maranhão: Seus contextos e seus conflitos

O Projeto Grande Carajás gerou diversos impactos sociais, econômicos e ambientais na Amazônia, especialmente no Maranhão, onde foi responsável por intensificar o processo de expulsão dos camponeses e comunidades tradicionais da região, causando conflitos fundiários e agravando as desigualdades sociais. Esses impactos ainda são sentidos atualmente e evidenciam a necessidade de políticas públicas que garantam a proteção dos direitos das populações tradicionais e a sustentabilidade ambiental da região.

O projeto incentivou a instalação de grandes empreendimentos agropecuários, o que levou à degradação ambiental, como o desmatamento e a poluição dos recursos hídricos. Outro impacto significativo foi o agravamento da situação de pobreza e exclusão social, especialmente das populações indígenas e quilombolas. Essas populações foram afetadas pelo projeto devido à perda de seus territórios e à falta de políticas públicas que garantissem seus direitos e a proteção de suas culturas (COELHO, 2015).

Situado na região Nordeste, o Maranhão apresenta uma grande diversidade econômica, cultural e ambiental. Ao mesmo tempo enfrenta uma série de desafios, além de problemas estruturais como falta de infraestrutura, baixa escolaridade e escassez de investimentos sociais. Possui grande potencial de desenvolvimento e altos índices de pobreza, desigualdade social e ambiental.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010), a economia maranhense é baseada principalmente na agropecuária e na indústria extrativa, com destaque para a produção de soja, milho e algodão, além da criação de gado. O Estado é altamente dependente da exportação desses produtos, o que o torna vulnerável às flutuações do mercado internacional.

Está inserido em um contexto complexo principalmente em relação à implementação de grandes projetos de desenvolvimento. Rico em recursos naturais, como a biodiversidade da Amazônia e o potencial energético da hidroeletricidade, tem sido alvo de grandes projetos de infraestrutura, como a construção de portos, ferrovias e usinas hidrelétricas. Além disso, faz

parte da nova fronteira agrícola do país, baseada principalmente no monocultivo que vem se intensificando a partir da década de 1980: o MATOPIBA⁴⁵.

No Maranhão, o Projeto Grande Carajás teve impactos significativos na economia local, como a geração de empregos e o aumento das receitas. Entretanto, também houve impactos ambientais negativos, como o desmatamento, a poluição de rios e a contaminação do solo. Além disso, gerou conflitos sociais com as comunidades locais que foram desalojadas de suas terras e não receberam compensação adequada.

Os conflitos foram intensificadas pelas dinâmicas dos projetos e pelas medidas coercitivas implantadas por governos e empresas que apresentam os empreendimentos como benéficos e prioritários nos seus programas de desenvolvimento diante da população, ignorando seus impactos negativos (MADEIRA FILHO, 2013).

Carvalho e Cidade (2011) traçam um paralelo entre os grandes projetos estatais e sua relação com o desenvolvimento econômico, gestão do território e efeitos ambientais com foco no Estado para demonstrar que a lógica produtiva nacional reflete localmente, na forma de organização e gestão territorial e nos impactos sociais e ambientais.

[...] o “estado de coisas” que se encontra o Maranhão, não está relacionado à ausência de investimentos na economia, mas sim na sua forte presença. Com significativa participação do Estado, essas ações, no entanto, tendem a assumir um caráter de enclaves, com beneficiamento predominantemente externo e pouca atenção à escala local. (CARVALHO, 2011, p.13)

Segundo os autores, nos últimos anos, o investimento em grandes projetos e a infraestrutura de rede têm fortalecido a conexão do país com a economia global. No entanto, esses investimentos governamentais no Maranhão, especialmente nas áreas produtivas, têm gerado pressões ambientais significativas que afetam tanto as áreas naturais quanto as urbanas.

Nas últimas décadas, o equipamento do território, por meio de redes de infraestrutura, e os investimentos em grandes projetos têm reforçado a articulação do país ao quadro internacional. Em anos recentes, o Maranhão, situado na Região Nordeste e com parte expressiva de seus municípios na Amazônia Legal, tem recebido elevados investimentos governamentais. Voltados para a inserção produtiva da região, grandes projetos localizados nesse Estado resultam em pressões ambientais significativas (CARVALHO, CIDADE, 2011, p. 29).

Podemos citar a Usina Hidrelétrica de Estreito, construída no rio Tocantins, na divisa entre o Maranhão e o Tocantins, e que foi inaugurada em outubro de 2012. O projeto gerou

⁴⁵ Acrônimo das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia: MA+TO+PI+BA

controvérsias devido ao seu potencial impacto ambiental e social, especialmente sobre as populações indígenas e quilombolas que vivem na região. A construção da usina, iniciada em 2007, também foi associada a preocupações com a falta de consulta e participação das comunidades locais afetadas pelo projeto (LAMONTAGNE, 2012).

Outro projeto que tem causado controvérsia é o Complexo Portuário de São Luís, que prevê a construção de um porto de águas profundas e a ampliação do Porto do Itaqui. O projeto tem sido criticado por ambientalistas e comunidades tradicionais, que argumentam que a obra causará impactos ambientais significativos, como a degradação de manguezais e a contaminação de rios e marés. Além disso, a construção do porto pode afetar a pesca artesanal e o modo de vida das comunidades quilombolas e indígenas.

Projetos como a construção da Usina de Estreito e do Porto São Luís, atendem a implementação de grandes e complexos projetos na região, em moldes correspondentes à economia de enclave, que é definido como um sistema econômico baseado predominantemente na exploração de recursos que visa atender a um mercado externo, sem integração local. Como pontua Oliveira (2019, p. 313-314), trata-se de “um modelo econômico de mercado globalizado no qual as atividades produtivas localizadas em regiões periféricas destinam sua produção quase que essencialmente para a exportação.”

A instalação do PGC no Maranhão coincidiu com o processo de implantação da comunicação eletrônica estadual, que era bastante centralizado, diferentemente de outras regiões. O poder político, representado por grandes investidores privados, como as famílias Sarney e Lobão, utilizou-se dessa concessão para controlar os meios de comunicação em nível regional/nacional e fortalecer seus impérios comunicacionais, tendo controle técnico, político e de conteúdo. A presença desses grandes projetos no Estado contribuiu, por exemplo, para o fortalecimento do sistema de comunicação Mirante, que possui emissoras em São Luís, Imperatriz, Açailândia e Santa Inês (FIGUEIREDO, 2016; FERREIRA, 2018).

3.2 A luta de Piquiá de Baixo (Açailândia – MA): por uma vida digna longe da poluição

Açailândia é um município na região da Pré-Amazônia Maranhense, que possui uma população de 113 mil habitantes, de acordo com estimativas do IBGE em 2021. A cidade é a 8ª maior do Estado do Maranhão e é conhecida tanto pela sua pujança econômica desde seu reconhecimento político em 1981 quanto pela instabilidade política costumeira (SILVA, 2023).

A cidade está localizada a cerca de 600 km da capital São Luís e possui uma área de 5.820 km², sendo cortada pelas rodovias BR-010 e BR-222. De acordo com Silva (2023), os

primeiros registros de povoamento datam da década de 1950, impulsionados pela construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-010), projeto do presidente Juscelino Kubitschek que ligava o norte ao sul do país.

Piquiá é o bairro mais antigo de Açailândia e possui aproximadamente 10 mil habitantes. Com a instalação das indústrias, o bairro foi transformado em distrito industrial e passou a ser chamado de "PEQUIÁ", acrônimo de "Petroquímico Açailândia". Embora as empresas de ferro gusa sustentem que a ocupação humana na região é posterior à instalação das indústrias, a comunidade adota a grafia com a letra "i" em seu processo de luta pelo reconhecimento de sua história (USINA – CTAH, 2016).

Desde a abertura da BR-222 que existe uma subdivisão do bairro: a parte baixa (Piquiá de Baixo) e a parte alta (Piquiá de Cima), sendo que Piquiá de Baixo é a parte mais antiga do bairro, mais próxima do rio e mais afetada pela poluição. Já Piquiá de Cima foi ocupado a partir da chegada das siderúrgicas, o que provocou uma explosão populacional na região (SILVA, 2023).

Piquiá de Baixo é composta por cerca de 300 famílias (aproximadamente 1.100 pessoas) e fica localizada a 15km do centro de Açailândia, em uma área rica em recursos naturais às margens do Rio Pequiá⁴⁶. Recebeu esse nome em função de uma espécie florestal amazônica que existia na região, mas que acabou sendo devastada pela extração da madeira para a produção de móveis e carvão vegetal para a produção de ferro-gusa: o pequizeiro ou “pé de piqui” (PEREIRA *et. al.*, 2019).

De acordo com Silva (2023), o processo de ocupação se deu em final dos anos de 1960 e início de 1970, quando a região ainda fazia parte da cidade de Imperatriz⁴⁷. Pereira (*et. al.*, 2019), pontua que a povoação teve início com a chegada de pessoas de várias regiões do Maranhão e de outros estados, em busca de terras para cultivo e moradia, após a construção da BR-010 (Belém-Brasília), que transformou Açailândia em um canteiro de obras na década de 50. Antes disso, a região era caracterizada pela ocupação e trabalho camponês, com o cultivo de arroz, milho, mandioca e feijão.

A presença de grandes indústrias em Piquiá após a instalação do Projeto Grande Carajás, incluindo a Estrada de Ferro Carajás (EFC), um entreposto de minério operado pela Vale S.A. e diversas empresas siderúrgicas que transformam o minério em ferro gusa, produzem energia,

⁴⁶ Também conhecido como Rio Piquiá é uma afluente do Rio Gurupi.

⁴⁷ Açailândia pertencia geograficamente ao município de Imperatriz (MA) e foi emancipada em 06 de junho de 1981, pelo então governador João Castelo (PSDB).

cimento e aço, tem sido um desafio para a comunidade de Piquiá de Baixo, que luta por reconhecimento e reparação pelos danos causados à saúde e ao Meio Ambiente.

A instalação do Projeto de Mineração Carajás, na década de 80, provocou alterações significativas na comunidade, que passou a ter que conviver com a Estrada de Ferro Carajás e o entreposto de minério operado pela Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale S.A.) e com um polo de transformação de minério de ferro em ferro gusa e posteriormente com produção de energia (através de uma central termoeletrica), de cimento e aço, integrado pelas empresas Viena Siderúrgica S/A, Siderúrgica do Maranhão S/A (SIMASA), Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré, Ferro Gusa do Maranhão Ltda. (FERGUMAR), Gusa Nordeste S/A e posteriormente também pela Guarany Siderúrgica e Mineração S.A., Cimento Verde do Brasil Ltda. e Aço Verde Brasil (USINA – CTAH, 2016).

Silva (2023) pontua que, embora tenha se convencionado dizer que Açailândia tem uma localização geográfica e estratégica para os empreendimentos que se instalaram na região, essa posição não é algo natural, mas sim resultado de escolhas racionais e da construção de infraestrutura para atender a esses projetos. Além disso, ao redor do projeto inicial (Programa Grande Carajás) implantado na região, outras 24 infraestruturas foram construídas, tornando Açailândia um importante ponto de conexão logística e atraindo diversos investimentos para a cidade.

Figura 1: Mapa do Maranhão, localização de Açailândia



Fonte: IBGE, 2023

Se por um lado os empreendimentos e investimentos financeiros contribuíram para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) regional, por outro isso não significou melhora nos indicadores de desenvolvimento humano na cidade, além de terem gerado impactos ambientais

por causa da exploração dos recursos naturais e problemas sociais através do crescimento desordenado do local.

Os impactos sociais do Projeto Grande Carajás em Açailândia são significativos. A migração de pessoas em busca de trabalho na região levou ao aumento da população, o que gerou problemas de habitação e infraestrutura básica. Além disso, a falta de planejamento na ocupação do espaço urbano levou à formação de bairros precários, sem saneamento básico e com altos índices de violência.

Quanto aos impactos ambientais, a mineração e a agropecuária são as atividades que mais afetam o Meio Ambiente em Açailândia e região. Já a agropecuária contribui para o desmatamento e para a degradação do solo.

As atividades ligadas à mineração de ferro e à siderurgia constituem-se como as principais fontes econômicas na região e têm gerado empregos e renda para a população local. No entanto, a dependência econômica da cidade em relação a essas atividades também é um risco, uma vez que a exploração mineral tem prazo de validade limitado e pode levar a uma crise econômica quando a mineração chegar ao fim.

Antes da implantação desses projetos a economia da região era baseada na extração de madeira e na agricultura. Com os empreendimentos houve modificação social, econômica e política. O aumento da urbanização sem planejamento e com déficit habitacional resultou numa organização espacial que aprofunda as desigualdades (SILVA, 2023).

O discurso desenvolvimentista que acompanhou a chegada da Estrada de Ferro Carajás, Norte-Sul, das Siderúrgicas e investimentos associados estava marcado pela promessa de crescimento, emprego e estabilidade econômica, é verdade que gerou novos postos de trabalho e impulsionou economicamente a recém-emancipada cidade de Açailândia com o aumento da renda média da população, a chegada de novos habitantes gerou uma explosão populacional no bairro em torno das siderúrgicas e a demanda por mais espaço supervalorizou terrenos e imóveis, o que era fazenda deu lugar a loteamentos nas redondezas de Piquiá e provocou o aparecimento de novos bairros pela cidade (SILVA, 2023, p. 50).

A comunidade de Piquiá de Baixo acabou por se tornar uma zona de sacrifício, um “pequeno preço” pelo desenvolvimento e pelo progresso da região. As zonas de sacrifício são áreas geográficas que sofrem de mudanças ambientais significativas ou desinvestimento econômico constante, geralmente como resultado do uso inadequado do solo local, que frequentemente afetam as comunidades de baixa renda e minorias (DE OLIVEIRA, 2017). As práticas corporativas contribuem para a criação dessas zonas, principalmente em áreas usadas

para atividades de mineração e indústria pesada.

Há mais de 10 anos a comunidade de Piquiá de Baixo tem lutado por soluções dos problemas. Uma delas é o reassentamento dos moradores para um novo bairro, longe da poluição, que tem sua base de monitoramento e coordenação no Inquérito Civil Público nº. 001/2011 que tramita na 2.^a Promotoria de Justiça, em Açailândia. No entanto, a implementação dos acordos tem sido lenta e os moradores continuam a sofrer com a poluição (FERREIRA, PINHEIRO, 2019).

O relatório “Direitos Humanos e Empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero” (2020), produzido pela Justiça nos Trilhos e de autoria da pesquisadora Mariana Lucena Sousa Santos, resume assim as violações de direitos humanos e da natureza na Comunidade de Piquiá de Baixo:

- A comunidade de Piquiá de Baixo sofre com a poluição do ar, da água, do solo e a poluição sonora decorrente de empresas siderúrgicas que se instalaram na região desde os anos 1980.
- As atividades cotidianas de transporte, descarregamento e carregamento de minério de ferro e lingotes de ferro-gusa pela empresa Vale têm afetado a população.
- As indústrias de ferro-gusa ainda não estão cumprindo com as normas ambientais e as fiscalizações e monitoramentos adequados não são realizados, apesar das solicitações do Ministério Público e da Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá (ACMP).
- O Rio Pequiá, principal rio da comunidade, tem recebido desde a década de 1980 água utilizada pelas siderúrgicas para processos de lavagem e resfriamento do ferro, que é descartada sem tratamento adequado, contendo resíduos tóxicos e com temperatura de 37°C⁴⁸.
- A comunidade de Piquiá de Baixo tem sofrido com várias doenças relacionadas à poluição do ar e da água, sendo as crianças as principais vítimas, inclusive com casos de morte.

⁴⁸ Poucas espécies sobrevivem a temperaturas acima de 35°C devido à diminuição do oxigênio dissolvido no meio, aumento da taxa respiratória e afetando o metabolismo dos peixes. Essas condições geralmente levam à morte dos peixes por asfixia.

Figura 2 – Casas de Piquiá de Baixo próximas às siderúrgicas.



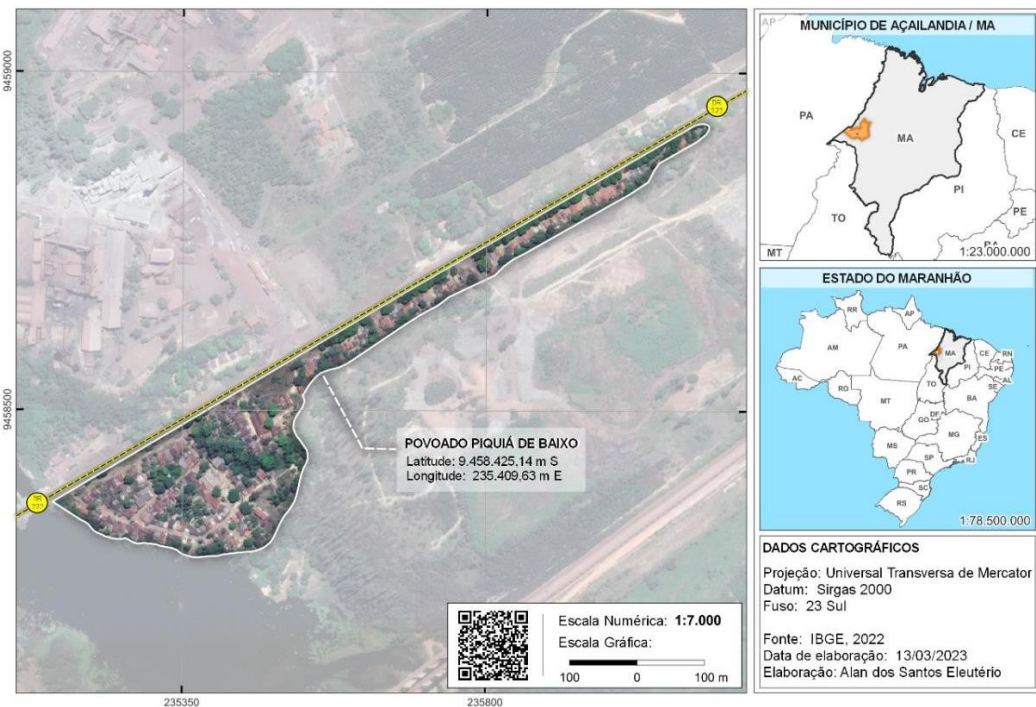
Fonte: Marcelo Cruz, 2017.

De acordo com Nobre (2021), o processo de reassentamento não é considerado como objeto de compensação ou reparação sob a perspectiva jurídica, nos termos definidos pela Política Nacional do Meio Ambiente. A legislação brasileira não impõe a obrigatoriedade de empresas ou órgãos públicos reassentarem comunidades impactadas por grandes empreendimentos, tampouco existem políticas públicas voltadas para essa finalidade.

Existe, sim, a Lei 6.938/1981, art. 4º, VII, referente ao princípio do “poluidor-pagador”, que se refere à imposição de responsabilidade do poluidor pelos custos de proteção do meio ambiente relacionados à prevenção e reparação da poluição. No entanto, a morosidade do processo jurídico que leva à concretização dessa ferramenta, ou seja, a uma reparação através do pagamento por danos morais e materiais, às vezes, se torna ineficiente quando dadas às devidas proporções de urgência do dano causado. Portanto, outras alternativas se fazem necessárias nesse sentido. (NOBRE, 2021, p. 54)

A autora analisa a construção de uma alternativa de reparação através do reassentamento da comunidade de Piquiá de Baixo, a partir da abordagem processual dos dispositivos que evocam as possibilidades de mobilização, expectativas diversas e repertórios normativos relacionados ao quadro de ambientalização dos conflitos sociais.

Figura 3 – Mapa de localização de Piquiá de Baixo



Fonte: IBGE, 2022

Em relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) e da Rede Justiça nos Trilhos (JnT) em 2011, intitulado "Quanto valem os Direitos Humanos", foram denunciadas violações cometidas pelas empresas em Piquiá de Baixo. O relatório fez recomendações a serem adotadas por várias partes interessadas, incluindo as siderúrgicas, a mineradora Vale e os governos estadual e municipal. No entanto, uma nova pesquisa realizada pelas mesmas organizações em 2019, intitulada "Piquiá foi à luta: um balanço do cumprimento das recomendações para abordar as violações aos direitos humanos relacionadas à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia", demonstrou que nenhuma das recomendações foi totalmente implementada.

Apesar disso, Piquiá de Baixo resistiu e se organizou, decidindo por unanimidade em 2008 que a solução mais eficaz seria a comunidade ser reassentada em local livre dos impactos socioambientais. O processo enfrentou muitas dificuldades, incluindo a defasagem orçamentária e a política de cortes de gastos públicos adotada pelo Governo Federal em 2019, que atrasou as obras. A luta continua em defesa do Rio Pequió, da memória do lugar e do destino das famílias que não estão no programa de reassentamento.

Porto (*et. al.*, 2018) no "Mapa dos conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil" (2017), da Fundação Oswaldo Cruz, detalha o caso de Piquiá de Baixo e sua cronologia⁵⁰

até 2018. Citamos aqui alguns momentos emblemáticos com base no Mapa:

- 2005 - 21 famílias de Piquiá movem ação coletiva contra a siderúrgica Gusa Nordeste pela poluição do ar e da água.
- Entre 2007 e 2012 - a comunidade lutou para formar uma mesa de negociação com as siderúrgicas, a Vale S.A., o município e o Estado, e alguns acordos foram firmados.
- 2008 - moradores de Piquiá denunciam contaminação por material particulado emitido pela empresa Gusa Nordeste, associando à poluição a problemas respiratórios e mortalidade infantil.
- 2011 - Equipe do Centro de Referência em Doenças Infecciosas e Parasitárias da Universidade Federal do Maranhão divulga parecer técnico sobre as condições de saúde da comunidade.
- 2013 - O plano urbanístico do novo bairro foi apresentado em audiências públicas; houve diversos protestos exigindo soluções para os problemas de Piquiá de Baixo, incluindo a ocupação da Prefeitura e o fechamento da BR-222.
- 2014 - Moradores da comunidade fecham acesso às empresas Queiroz Galvão e Gusa Nordeste exigindo atendimento de suas reivindicações.
- 2015 - Ministério das Cidades seleciona projeto da Associação Comunitária de Moradores de Piquiá (ACMP) para reassentamento.
- 2016 - Caixa Econômica Federal (CEF) e ACMP firmam contrato da "Fase 1" do projeto de reassentamento.
- 2017 - ACMP protocola resultado final do projeto urbanístico junto à CEF.
- 2018 - ACMP e CEF assinam contrato para liberação de 4% do dinheiro disponível para iniciar as obras em Piquiá da Conquista (o reassentamento); Inicia-se as obras de Piquiá da Conquista.

Em 2019, a comunidade de Piquiá de Baixo vivenciou mais um momento emblemático com a visita⁴⁹ do relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU). O relatório apresentado em 2020, na 45ª Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos (CDH), na sede das Nações Unidas, em Genebra cobrava o Estado brasileiro pelas violações de direitos ocorridas na comunidade.

Entre as recomendações estava a celeridade na finalização do reassentamento de Piquiá.

⁴⁹ Ver em: <https://www.cnbb.org.br/em-relatorio-onu-cobra-responsabilidade-do-governo-brasileiro-em-relacao-a-comunidade-de-piquia-acailandia-ma/>

O novo bairro deveria ter sido entregue em dezembro de 2020, entretanto, só em maio de 2023, as obras chegaram a 70%⁵⁰.

3.3 Pelo direito ao território: as disputas socioterritoriais em Cajueiro (São Luís – MA)

Capital do Estado, São Luís é um dos 181 municípios maranhenses que compõem a Amazônia Legal. Está localizado no litoral, na ilha de Upaon-Açu no Atlântico Sul, entre as baías de São Marcos e São José de Ribamar, no Golfão Maranhense. É o município mais populoso do Maranhão e o quarto da Região Nordeste, com uma população estimada em 1.115.932 habitantes (IBGE, 2021) e área de 583 km², sendo 166 km² em perímetro urbano.

Ageografia local é fortemente influenciada pelo Oceano Atlântico, por meio do clima tropical úmido e da vegetação litorânea. Em termos econômicos, é dependente do setor terciário, como em atividades do setor público e de comércio e serviços. Já em termos de infraestrutura, é um importante entroncamento logístico de ferrovias e possui grandes portos marítimos.

O Estado recebeu relevantes investimentos governamentais para a inserção produtiva, resultando em significativas pressões ambientais. São Luís despontou no cenário econômico regional nos últimos anos, impulsionando a expansão industrial e portuária em prol do desenvolvimento econômico devido à crescente exportação de matéria-prima produzida nas regiões do Maranhão e do restante do país, cujo escoamento ocorre pelos portos da cidade (REIS, 2022). O município foi afetado por esse processo, não apenas em áreas naturais, mas também em áreas urbanas

Carvalho e Cidade (2011) exploram diferentes fases de desenvolvimento econômico no Maranhão, com foco em São Luís. Entre essas fases (desenvolvimentista, neoliberal e logística), o Estado promoveu um processo de gestão do território voltado para o beneficiamento do contexto nacional por meio das instalações industriais para a exportação mineral, o desenvolvimento do agronegócio, especialmente da soja, e a implementação de infraestrutura para superar os gargalos físicos existentes no território nacional. Todas essas fases trouxeram uma gama de efeitos negativos, afetando as comunidades que residem nas áreas de instalação das empresas.

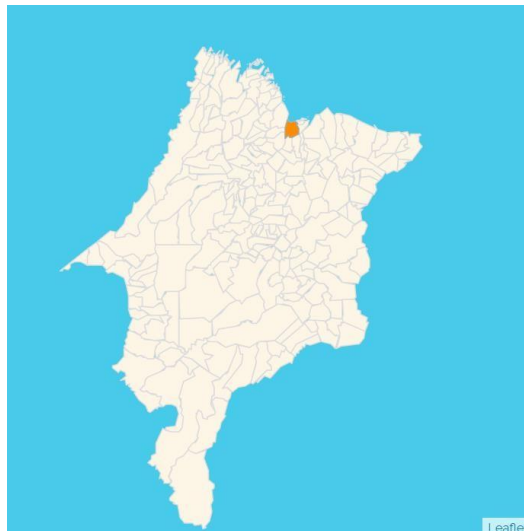
A primeira fase analisada pelos autores é o período de desenvolvimento de 1964 a 1989, marcado pela instalação de capital industrial através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD),

⁵⁰ Ver em: <https://piquiadebaixo.com.br/atualizacao-das-obras-de-piquia-da-conquista-maio-de-2023/>

do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) e da construção do Porto de Itaqui, formando o complexo portuário. Esses projetos estão ligados à lógica de desenvolvimento econômico vinculada às exportações, causando impactos ambientais negativos, como a poluição dos rios e as emissões de gases, e afetando a população com a expropriação dos habitantes que viviam no oeste da ilha.

A segunda fase compreende o período neoliberal de 1990 a 2002, enquanto a terceira fase, denominada logística, abrange o período de 2003 até os dias atuais. A urbanização de São Luís ocorreu de forma dependente, com um modelo de concentração de renda. A implantação desses grandes projetos atraiu um fluxo significativo de pessoas, resultando no aumento de favelas desprovidas de infraestrutura, saneamento e planejamento urbano (CARVALHO, CIDADE, 2011).

Figura 4: Mapa do Maranhão, localização de São Luís



Fonte: IBGE, 2023

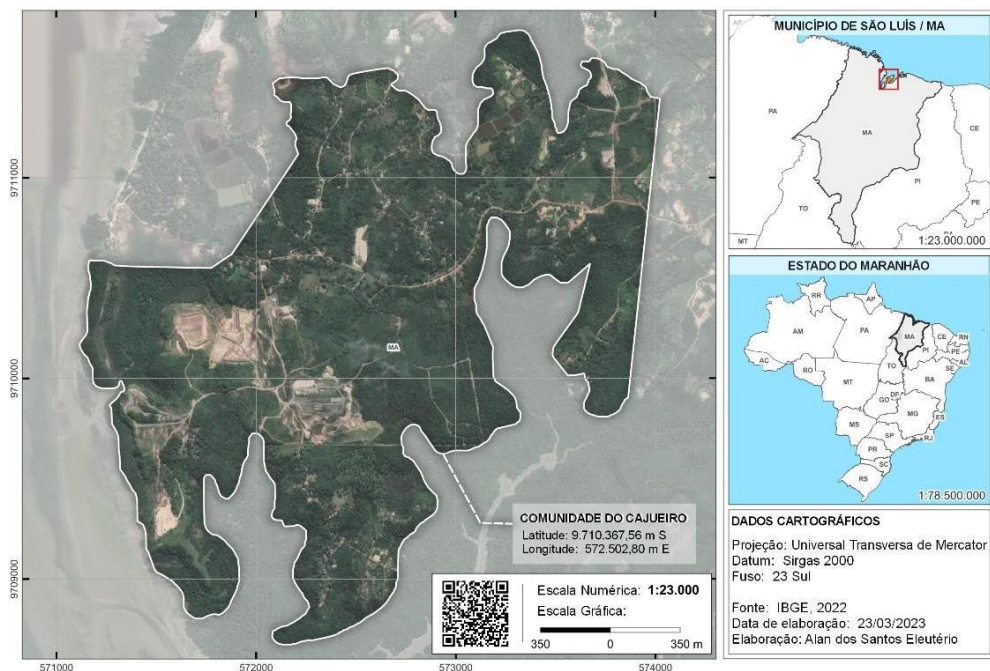
Os autores destacam que as atividades econômicas tradicionais declinaram durante esse período. A cidade foi preparada para se tornar um centro industrial com base em mineração, aço e metais. No entanto, esse resultado foi alcançado apenas por meio de investimento público, sem ser planejado como instrumento de crescimento econômico local. Os efeitos dessa fase inauguraram um novo modelo de gestão ambiental e territorial em São Luís.

Embora esteja passando por uma expansão urbana, a cidade ainda possui grandes áreas ocupadas por povoados rurais, cuja economia se baseia na pesca, agricultura familiar e pequeno comércio. Essas comunidades foram construídas em relações de parentesco e compadrio e têm enfrentado a supressão de seus territórios devido ao avanço da urbanização, industrialização e

especulação fundiária desde os anos 1970 (MENDONÇA; MARINHO, 2016).

É o caso de Cajueiro, comunidade rural centenária, habitada por 350 famílias que, segundo Arcangeli (2020), dependem principalmente de atividades extrativistas como pesca, agricultura e criação de animais de pequeno porte. A comunidade sofre com o pouco investimento dos governos municipais e estaduais em infraestrutura básica para garantir a permanência de seus moradores em seus territórios. Ao mesmo tempo está cercada por fábricas de cimento, por uma usina termoelétrica, duas fábricas de fertilizantes, usinas e refinarias da Vale, cuja Estrada de Ferro Carajás passa ao lado.

Figura 5: Mapa de localização de Cajueiro



Fonte: IBGE, 2022

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os conflitos com a comunidade remontam aos anos 90. Na ocasião o Governo, por intermédio do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), ente responsável pela reforma agrária no Estado, transferiu o domínio útil das terras aos moradores do Cajueiro para fins de implantação de um projeto de quadroassentamento. Entretanto, em 2004, um Decreto reformulou a área do Distrito Industrial de São Luís fortalecendo o processo de instalação de grandes empreendimentos na localidade.

As tensões na região se intensificaram principalmente a partir do projeto de construção de um porto privado durante o segundo mandato da Roseane Sarney (MDB), entre 2009 e 2014, quando a governadora decretou utilidade pública da área onde está localizada Cajueiro, para

fins de desapropriação total e instalação de projetos da empresa Suzano Papel e Celulose⁵¹.

Posteriormente, no governo de Flávio Dino (Pcdob), entre 2015 a 2021, o projeto de construção de um porto privado é retomado pela empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda, que a partir de 2014 passa a se apresentar como proprietária empreendedora da área. Começam as intimidações, violências e desmatamento do território. A situação fica mais crítica em agosto de 2019, quando ocorre uma ação de despejo, após uma determinação judicial movida pela empresa⁵².

Figura 6: Despejos em Cajueiro, em 2019



Fonte: Vias de Fato (2019)

A repercussão do caso obrigou o então governador Flávio Dino (PCdoB) a se pronunciar no seu perfil pessoal do twitter, se eximindo de culpa⁵³. Criticado por moradores e movimentos sociais, ele se limitou a explicar que o Governo estadual acompanhava o caso e o processo de mediação havia se esgotado, cabendo o cumprimento da determinação judicial⁵⁴.

Em setembro de 2019⁵⁵, as obras do porto foram suspensas por determinação do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual para investigação de

⁵¹Ver: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidade-do-cajueiro-luta-contr-construcao-de-porto-em-seu-territorio/>

⁵²A ação de despejo envolveu cerca de 200 policiais da Polícia Militar e de membros do Batalhão de Choque, na destruição das casas de famílias que viviam em 22 propriedades.

⁵³Ver: <https://twitter.com/FlavioDino/status/1160927546575339520>

⁵⁴Ver: <https://agroecologia.org.br/2019/08/12/comunidade-do-cajueiro-ma-ameacada-de-despejo/>

⁵⁵Ver em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/09/23/dpu-pede-suspensao-das-obras-de-porto-na-comunidade-cajueiro-em-sao-luis.ghtml>

irregularidades na venda do terreno onde será instalado o porto privado. Entretanto, Cajueiro ainda enfrenta o descaso da Justiça, a pressão política, econômica e midiática exercida pelas empresas interessadas na instalação do Porto São Luís em parceria com o Governo do Maranhão.

A construção do porto privado era uma parceria entre a transnacional chinesa de infraestrutura China Communications Construction Company (CCCC) e a empresa brasileira Terminal de Uso Privado Porto São Luís, conhecida como TUP (antiga WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais S/A, comandada pelo mesmo presidente do grupo WTorre, de São Paulo). Em 2021, o terminal foi adquirido pelo grupo Cosan para exportar minério de ferro da Serra dos Carajás, localizada no Pará.

A população tradicional da área, que vive da pesca, agricultura e criação de animais, sentiu-se ameaçada pelos grandes projetos de desenvolvimento na região e promoveu um abaixo-assinado para garantir seus direitos. Articuladas, as comunidades têm buscado a aprovação e o reconhecimento da Reserva⁵⁶ Extrativista (Resex) de Tauá-Mirim. A Reserva abrange cerca de 6 comunidades e povoados, cada um com suas particularidades e conflitos. Com seus 16.663,55 hectares possui uma vasta extensão de manguezais, remanescentes de mata amazônica e babaquais.

Segundo Garcia (2021), a luta pelo reconhecimento da Resex de Tauá-Mirim remonta a década de 1990. Apesar das condições favoráveis apontadas pelo laudo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 2007, o reconhecimento não foi concedido, levando a população a se autointitular como Reserva Extrativista em 2015, para proteger seu modo de vida e o Meio Ambiente.

Porto (*et. al.*, 2015) detalha o caso de Cajueiro e sua cronologia⁵⁷ até 2015, no “Mapa dos conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil”. A partir dessa cronologia apontamos alguns momentos emblemáticos da comunidade.

- Décadas de 1970 e 1980 – Os povoados de São Luís passam a sofrer diversos impactos promovidos por projetos desenvolvimentistas, tais como a construção de estradas, um complexo portuário e a instalação de grandes indústrias do ramo siderúrgico e de minério; Aprovação do Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980, cria o Distrito Industrial de São Luís; Cria-se o Programa Grande

⁵⁶Ver em: <https://oeco.org.br/reportagens/abacaxi-judicial-deixa-pessoas-e-17-mil-ha-de-amazonia-desprotegidos-no-maranhao/>

⁵⁷ Ver cronologia completa em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidade-do-cajueiro-luta-contr-construcao-de-porto-em-seu-territorio/>

Carajás, pela Companhia Vale do Rio Doce.

- Anos 90 – Lideranças e moradores dos povoados do Taim, Rio dos Cachorros e outros grupos sociais, discutem a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim; Circulam notícias da pretensão de instalação de um polo siderúrgico na região de São Luís; O Estado do Maranhão, por intermédio do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão transfere o domínio útil das terras de Cajueiro para os moradores locais, para fins de implantação de um projeto de assentamento.
- 2001 – O Governo do Maranhão assina um protocolo de intenções com a Companhia Vale do Rio Doce sobre o planejamento da instalação de um polo siderúrgico em São Luís.
- 2004 – Aprova-se o Decreto nº 20.727 que reformula a área do Distrito Industrial de São Luís (DISAL), declarando a região demandada ao polo siderúrgico como de utilidade pública. Determina a desapropriação de mais de 14.000 pessoas que moram na área ou a utilizam de forma produtiva.
- 2007 – O IBAMA conclui os estudos socioambientais e socioeconômicos e atestam a viabilidade e a importância de criação de uma unidade de conservação na região de São Luís.
- 2011 – A governadora Roseana Sarney, por intermédio do Decreto de nº 27.291 de 05 de abril de 2011, declara de utilidade pública a região do Cajueiro, para fins de desapropriação total, em favor da empresa Suzano Papel e Celulose.
- 2013 – Abertura da empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA. Que passa a ser responsável pela construção do Terminal Portuário de São Luís.
- 2014 – A Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA) concede o licenciamento ambiental prévio para a empresa WPR, referente ao Terminal Portuário de São Luís; Os moradores de Cajueiro fazem grande mobilização e bloqueiam o acesso ao Porto do Itaqui; É publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão a Ação Cautelar de nº 730494772014, de forma a impedir o Estado de dar seguimento ao processo licenciatório do Terminal Portuário de São Luís WPR até o julgamento final da ação; É publicada a desapropriação da área da comunidade do Cajueiro, feita pelo governador em nome da WPR.
- 2015 – O decreto que declarava a desapropriação da área é revogado; A Secretaria de Meio Ambiente suspende a licença prévia da WPR para o empreendimento

portuário na comunidade de Cajueiro.

Mesmo com indefinições, a primeira etapa de construção do Porto São Luís teve início em 2018⁵⁸, quando foi realizado um evento de lançamento da pedra fundamental da obra. Na ocasião estiveram presentes representantes das empresas e do Governo estadual.

Em agosto de 2019⁵⁹, o Batalhão de Choque cumpriu uma ação de reintegração de posse em Cajueiro a pedido da TUP Porto São Luís. No mesmo ano, as obras foram suspensas⁶⁰ e passaram a ser investigadas pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual sob suspeita de grilagem das terras.

Em dezembro de 2021⁶¹, o Conselho Nacional de Direitos Humanos fez denúncia junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Governo do Maranhão por omissão em relação ao porto e aos moradores de Cajueiro.

Cajueiro juntamente com outras comunidades lutam organizadas para garantir o título de suas terras, investimentos para suas atividades e melhorias dos serviços públicos. Entretanto, os governos e grandes empreendimentos pouco têm trabalhado para melhorar as condições dos serviços públicos, o que aumenta a insegurança fundiária da região (MENDONÇA; MARINHO, 2016).

A comunidade conta com o apoio de organizações e movimentos sociais como a Justiça nos Trilhos (JnT), a Comissão Indígena Missionária (CIMI) e o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) - ligado ao curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de São Luís.

⁵⁸ Ver em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2018/03/evento-marca-inicio-das-obras-do-novo-porto-de-sao-luis/>

⁵⁹ Ver em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/12/pm-age-com-violencia-em-despejo-para-construcao-de-porto-no-cajueiro-ma>

⁶⁰ Ver em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/12/08/cajueiro-cndh-faz-denuncia-na-corte-interamericana-de-direitos-humanos-contra-o-governo-do-maranhao.ghtml>

⁶¹ Ver em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/12/08/cajueiro-cndh-faz-denuncia-na-corte-interamericana-de-direitos-humanos-contra-o-governo-do-maranhao.ghtml>

4. METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa qualitativa na qual adota-se o aporte teórico-metodológico sobre *newsmaking* (WOLF, 2005) aplicado ao Jornalismo Ambiental. Busca compreender as características da cobertura jornalística sobre conflitos ambientais no Maranhão, entre 2015 e 2021, e os processos de produção de jornalistas que cobrem Meio Ambiente no Estado.

Antes, contudo, cabe ressaltar que não se trata de um estudo etnográfico em *newsmaking* ou uma pesquisa participante, isto é, em que se realiza atividades de campo e o acompanhamento das rotinas produtivas dos jornalistas. Busca-se trazer elementos da produção de reportagens sobre as comunidades de Cajueiro e Piquiá de Baixo, na vertente do Jornalismo Ambiental, a partir da teoria do *newsmaking*, de Mauro Wolf (2008), da Análise de Conteúdo Jornalístico (SILVA; MAIA, 2011) e da entrevista em profundidade com os jornalistas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a princípio realizou-se a pesquisa bibliográfica sobre Jornalismo Ambiental e conflitos socioambientais no Maranhão. A primeira fase da pesquisa foi o mapeamento e delineamento de pesquisas já consolidadas, fundamentando as questões vinculadas aos objetivos aqui propostos.

Por meio da pesquisa bibliográfica o pesquisador descobre novas possibilidades. Nesse sentido, “ao proceder à leitura, é importante ficar atento aos dados que venham reforçar, justificar ou ilustrar as ideias e os posicionamentos que se quer apresentar coletando” (STUMPF, 2009, p. 60). Ida Regina Stumpf (2009) define a pesquisa bibliográfica como sendo:

O planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões (STUMPF, 2009, p.51).

Foi indispensável a realização de pesquisa documental para levantar materiais jornalísticos e informações sobre as comunidades de Piquiá de Baixo e Cajueiro, veiculadas na internet. Este levantamento inicial tinha como objetivo a identificação de jornalistas que cobriram os dois casos de conflitos entre 2015 e 2021. O recorte diz respeito a períodos importantes para as duas comunidades e parte da regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no Maranhão.

Para um primeiro levantamento foi utilizada a ferramenta de busca Google News⁶², pesquisando os termos “Piquiá de Baixo Açailândia (MA)” e “Cajueiro São Luís (MA)” levantou-se 12 matérias sobre Piquiá e 45 sobre Cajueiro. A partir da leitura minuciosa do material foram descartadas aquelas que não abordavam os conflitos socioambientais ou não abarcavam o período estudado.

Ao final deste segundo levantamento foram selecionadas 8 matérias sobre Cajueiro e 5 sobre Piquiá de Baixo e identificados 13 jornalistas e um coletivo de comunicação chamado Raízes do Cajueiro. Após uma triagem, optou-se por incluir na pesquisa apenas 7 dos 13 jornalistas – 5 destes pertenciam ao mesmo veículo e abordavam o caso de Cajueiro. Os outros dois foram descartados pelo formato do produto jornalístico (entrevista).

Dessa forma, após a identificação dos profissionais, fechamos em número de 7 jornalistas de diferentes veículos, com foco no formato reportagem em vídeo e/ou texto. Vale ressaltar ainda que neste número está incluso uma integrante do coletivo Raízes do Cajueiro. Realizamos entrevista com 6 dos 7 jornalistas – conseguimos contato com todos/as, porém uma jornalista que inicialmente demonstrou interesse em participar da pesquisa, não deu retorno.

Sobre o processo de coleta documental, Moreira (2009) pontua como a disposição e legitimidade dos documentos pode interferir nos resultados finais da pesquisa.

[...] ainda que exista um objeto, ao qual se aplica um método para explorá-lo na dimensão pretendida, a disposição dos documentos e a legibilidade das referências são elementos que interferem no processo da coleta de dados e que, de alguma forma, afetam mais tarde a análise crítica do material documental (MOREIRA, 2009, p. 275).

Identificados e selecionados todos os jornalistas, a próxima etapa foi contatá-los e verificar o interesse em participar da pesquisa. Os jornalistas receberam um documento do Google Forms contendo as seguintes 15 perguntas, listadas abaixo:

1. Nome e sobrenome
2. Idade
3. Sexo
4. Onde reside (Cidade e Estado)
5. E-mail

⁶² Google Notícias é um agregador de notícias e aplicativo desenvolvido pela Google. Ele apresenta um fluxo contínuo e personalizável de artigos organizados a partir de milhares de editores e revistas. O Google Notícias está disponível no Android, no iOS e na Web. A ferramenta capta principalmente notícias em texto. Ver: <https://news.google.com/home?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR:pt-419>

6. Tempo de atuação profissional
7. Quais temas costuma cobrir?
8. Com qual frequência você cobre pautas ligadas ao Meio Ambiente ou a Direitos Humanos? (Muita frequência, ocasionalmente, raramente, nunca)
9. Você possui formação acadêmica? (Sim ou não)
10. Se a resposta anterior for sim. Qual a sua área de formação?
11. Atualmente trabalha como freelancer ou como carteira assinada?
12. Para qual (ou quais veículos) você trabalha atualmente (Seja como freelancer ou como carteira assinada)?
13. Conhece a Lei de Acesso à Informação (LAI)? (Sim ou não)
14. Caso a resposta anterior tenha sido sim. Já usou a LAI como ferramenta de apuração? (Sim, não, não conheço a LAI)
15. Quais ferramentas de apuração você costuma utilizar no seu dia a dia? (Exemplo: LAI, Google imagem, buscadores na internet, bancos de dados, participação em fóruns de debate etc.).

O objetivo do formulário era identificar o perfil dos profissionais e os processos de apuração e produção das reportagens. Foram obtidos retorno de 6 dos 7 jornalistas, dos quais 3 eram homens e 3 eram mulheres. Optamos por ocultar os verdadeiros nomes dos/as jornalistas e os/as identificar por nomes de árvores da Amazônia (pseudônimos): Castanheira, Jatobá, Jacarandá, Maçaranduba, Tatajuba, Sumaúma e Embaúba. O perfil dos jornalistas que responderam ao questionário está descrito no quadro 1.

QUADRO 1 – PERFIL DOS JORNALISTAS

Jornalista (pseudônimo)	Idade	Sexo	Formação	Atuação profissional	Residência
Jatobá	25 anos	Feminino	Comunicação Social com habilitação em Jornalismo	4 anos	São Luís (MA)
Maçaranduba	36 anos	Masculino	Jornalismo e Letras	17 anos	São Paulo (SP)
Embaúba	48 anos	Feminino	Comunicação Social - Jornalismo e MBA Gerente de Projetos	25 anos	São Luís (MA)
Jacarandá	32 anos	Feminino	Comunicação Social com habilitação em Jornalismo	10 anos	Imperatriz (MA)
Tatajuba	61 anos	Masculino	Jornalismo	36 anos	São Luís (MA)
Sumaúma	41 anos	Masculino	Jornalismo	24 anos	São Luís (MA)

Fonte: Autora (2022)

A próxima etapa foi a Análise de Conteúdo Jornalístico (ACJ) de 7 reportagens (4 sobre Piquiá e três sobre Cajueiro) e o memorial online da comunidade de Cajueiro (Raízes do Cajueiro). Conforme quadro 2.

QUADRO 2 – REPORTAGENS ANALISADAS

Descrição da reportagem	Jornalista	Mês e Ano de publicação	Formato	Comunidade
Trata sobre o relatório da Federação Internacional de Direitos Humanos a respeito de Piquiá e da falta de cumprimento das recomendações do relatório anterior (2011).	Jatobá	Maio de 2019	Texto	Piquiá de Baixo
A reportagem fala dos problemas e acidentes causados por rejeito incandescente (munha) resultante da produção do ferro-gusa e de outros impactos em Piquiá.	Castanheira	Abril de 2019	Texto e vídeo	Piquiá de Baixo
Trata sobre o silêncio do então presidente Bolsonaro (PL) a respeito da comunidade de Piquiá e o relatório apresentado em sessão da ONU.	Jacarandá	Setembro de 2020	Texto	Piquiá de Baixo
Trata sobre os problemas ambientais de Piquiá e a demora na finalização das obras do reassentamento.	Tatajuba	Dezembro de 2020	Texto e vídeo	Piquiá de Baixo
Trata-se de um texto acompanhado de videodocumentário que aborda a tensão na comunidade devido à presença da empresa que irá construir o porto.	Maçaranduba	Abril de 2018	Texto e vídeo	Cajueiro
Reportagem investigativa que trata sobre as ações do governo estadual que culminaram no despejo das famílias.	Sumaúma	Fevereiro de 2020	Texto	Cajueiro
A reportagem trata sobre o lançamento do memorial online a respeito de Cajueiro, lembra um ano de despejo de moradores da comunidade e contextualiza a situação até agosto de 2020.	Jacarandá	Setembro de 2020	Texto	Cajueiro
Trata-se do memorial online Raízes do Cajueiro	Embaúba	Agosto de 2020	Textos e vídeos	Cajueiro

Fonte: Autora (2022)

A etapa seguinte foi a realização das entrevistas em profundidade, realizadas em formato virtual pelo Zoom, entre 28 de fevereiro e 13 de março de 2023. Para as entrevistas foram elaborados 6 roteiros semiestruturados, adaptados ao contexto das reportagens analisadas, que contemplaram três linhas de força: Trajetória profissional e o Jornalismo Ambiental (Linha de força 1); Produção das reportagens (Linha de força 2); Uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) e os dados do governo estadual sobre os conflitos (Linha de força 3). Posteriormente as falas dos entrevistados foram sistematizadas e analisadas conforme as linhas de força: atuação profissional/Jornalismo Ambiental, processo de produção da reportagem e acesso à informação ambiental.

4.1 *Newsmaking*: a produção da notícia

O *newsmaking* é uma teoria do jornalismo que enfatiza a produção de informações e a transformação de acontecimentos em notícias. É estudada sob a perspectiva comunicacional e inclui o relacionamento entre fontes e jornalistas, bem como as diferentes etapas da produção informacional. De acordo com Hohlfeldt (2008), os estudos em torno do *newsmaking* surgiram em torno dos processos de *gatekeeping*⁶³ verificados por Kurt Lewin já em 1947.

Conforme Wolf (2008) assinala, o *newsmaking* está articulado à cultura profissional do jornalista, no formato de organização do trabalho e no processo de produção. O autor pontua ainda que “as exigências de organização e de estrutura e as características técnico-expressivas, próprias de cada meio de comunicação de massa” (WOLF, 2008, p.190) se constituem como elementos determinantes à representação fornecida pela mídia sobre a realidade social.

Wolf (2008, p. 196) define os critérios de noticiabilidade como sendo “o conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias”.

Silva (2005) sinaliza que é necessário investigar a rede de critérios de noticiabilidade ao longo da cadeia produtiva da notícia, compreendendo a noticiabilidade como todo e qualquer

⁶³ *Gatekeeping* é um processo de seleção e filtragem de informações que ocorre dentro da mídia em que os profissionais responsáveis pela produção de conteúdo selecionam e determinam quais informações são importantes o suficiente para serem divulgadas e quais devem ser descartadas. O termo foi introduzido pela primeira vez na literatura de comunicação em 1947, pelo sociólogo Kurt Lewin, e considera fatores individuais, como a experiência, a formação e as crenças dos profissionais envolvidos.

fator que possa influenciar no processo da produção da notícia, incluindo as características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material e relação com as fontes.

A autora diferencia os valores-notícias dos critérios de noticiabilidade:

Delimitar valores-notícia separadamente do conceito de seleção de notícias, definir valores-notícia como atributos do acontecimento e reconhecê-los ao mesmo tempo como construção social e cultural é apenas um primeiro procedimento para pensar a noticiabilidade, cujo processo exige muitas outras reflexões, passando, como etapas seguintes, pelo tratamento dos fatos noticiosos e pela interpretação que a notícia faz desses acontecimentos (SILVA, 2005, p. 106).

Assim, os valores-notícia são critérios usados pela mídia para selecionar e organizar informações consideradas relevantes e merecedoras de serem divulgadas. Esses valores incluem atualidade, ineditismo, proximidade geográfica, magnitude, continuidade, personificação, negatividade, simplicidade e consonância com interesses do público e dos veículos de comunicação. Noticiabilidade, por sua vez, é a possibilidade ou probabilidade de um acontecimento ser considerado notícia de acordo com os valores-notícia vigentes na sociedade. Isso envolve também a capacidade de chamar a atenção dos jornalistas e do público em geral, e pode ser influenciado por diversos fatores (SILVA, 2005).

A abordagem do *newsmaking* se refere à organização do trabalho e aos processos produtivos nas redações e à cultura profissional dos jornalistas. A definição e escolha do que é noticiável depende de uma série de fatores. A cultura profissional, nesta perspectiva, é um emaranhado de retóricas e táticas, códigos, estereótipos e símbolos relativos aos meios de comunicação, que criam e mantêm paradigmas profissionais e autoimagem. As convenções de organização deste trabalho determinam e definem o que seja notícia e legitimam o processo produtivo (HOHLFELDT, 2008).

A definição e a escolha do que é noticiável encontra-se dirigida para a “condição factível” do produto informativo, a ser realizado em tempos e com recursos limitados, introduzindo práticas de produção estáveis numa matéria-prima (os acontecimentos do mundo), por sua natureza variável e imprevisível (WOLF, 2008).

O estudo dos valores-notícia esteve entre as preocupações de diversos autores, como Galtung e Ruge (1965), Hartley (1982), Ericson, Baranek, Chan (1987), Wolf (2003), Herbert Gans (2005) e Traquina (2008), para citar alguns que elaboraram conjuntos de valores-notícia, que incluíam fatores culturais, organizacionais e econômicos que também podem influenciar a filtragem dos fatos. Analisar os valores-notícia contribui para uma seleção mais transparente e

compreensível de como é feito o trabalho diário dos jornalistas e como são os critérios compartilhados entre eles (SILVA, 2005).

Os valores-notícias se constituem como referências claras e disponíveis utilizadas para facilitar a escolha dos acontecimentos e a elaboração das notícias. Sendo assim, há critérios concernentes à avaliação direta do acontecimento do ponto de vista da importância e interesse como notícia. Outros critérios referem-se ao contexto de produção da notícia, que segundo Traquina (2008, p.78) funcionam como “linhas-guias para a apresentação do material, sugerido o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia”.

Hohlfeldt (2008) indica que os valores-notícia são praticamente infinitos, mas os agrupa e os sistematiza em cinco grandes categorias, por sua vez subdivididas em outras tantas. São elas:

1 – categorias substantivas: que estão ligadas ao acontecimento e seus personagens:

a) *importância*: I-grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento;

II - impacto sobre a nação e o interesse nacional; III - quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento; IV - relevância e significação do acontecimento quanto à sua potencial evolução e consequência;

b) *interesse*: I- capacidade de entretenimento; II - interesse humano; III - composição equilibrada do noticiário;

2 – categorias relativas ao produto (notícia) – dizem respeito à disponibilidade de materiais e características específicas do produto informativo: a – brevidade; b – condição de desvio da informação; c – atualidade; d – atualidade interna; e – qualidade; f – equilíbrio;

3 – categorias relativas aos meios de informação: têm a ver com quantidade de tempo usado para a veiculação da informação: a- bom material visual x texto verbal; b – frequência; c– formato;

4 – categorias relativas ao público: referem-se à imagem que o profissional ou o veículo possuem de seus receptores e o modo pelo qual se preocupam em (bem) atendê-los: a – estruturanarrativa; b – protetividade;

5 – categorias relativas à concorrência – os meios de comunicação concorrem entre si e buscam saber de maneira antecipada a pauta do concorrente: a - exclusividade ou furo; b – geração de expectativas recíprocas; c – desencorajamento sobre inovações; d – estabelecimentode padrões profissionais, ou de modelos referenciais;

Silva (2005) pontua que os valores-notícia entram em atuação em momentos sucessivos

do processo produtivo: na pauta; no trabalho de apuração; na edição das matérias; na paginação/ destaque dentro do veículo/formato onde será noticiado. Isto é, a seleção e hierarquização de notícias na produção jornalística utilizam os valores-notícia como um dos critérios.

No Jornalismo Ambiental, os valores-notícia estão relacionados às questões ambientais, tais como a magnitude dos impactos ambientais, a novidade das descobertas científicas, a proximidade geográfica dos acontecimentos, a personificação das histórias de vida dos afetados pelos problemas ambientais, a negatividade dos impactos, a continuidade das histórias e a consonância com os valores da sustentabilidade e da preservação ambiental. Além disso, a noticiabilidade no Jornalismo Ambiental pode ser influenciada pela capacidade dos acontecimentos de gerar interesse público, especialmente quando envolvem questões que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas e a saúde do planeta.

Ao cobrir conflitos socioambientais, os critérios de noticiabilidade podem desempenhar um papel importante na seleção e apresentação das notícias. Alguns dos critérios que podem ser aplicados incluem a importância do conflito para a sociedade, o impacto ambiental envolvido, o grau de violência, o envolvimento de figuras públicas ou políticas.

Há outros fatores de noticiabilidade, como formato do produto, qualidade da imagem, linha editorial, custo e público-alvo. "Na prática da produção noticiosa, todos esses critérios variados de noticiabilidade atuam concomitantemente" (SILVA, 2005, p. 96). Estudara seleção implica rastrear os julgamentos de cada seletor, influências organizacionais, sociais e culturais, agentes das escolhas, fontes e público nas decisões.

Como assinala Hohlfeldt (2008), o processo de produção de informação jornalística envolve a coleta de informações de várias fontes, a seleção das informações relevantes, a edição e a distribuição da notícia. As tecnologias modernas, como telefones celulares e departamentos de pesquisa, mudaram a forma como os jornalistas coletam informações.

Jorge Pedro Sousa (2008, p. 29) pontua que a cobertura de temas ambientais, tende a ser cíclica, uma vez que os jornalistas se norteiam pelos critérios de noticiabilidade, "até porque em muitas notícias ambientais estão presentes a luta pela sobrevivência e a sua derivação na morte e o impacto das questões em causa sobre a vida das pessoas". Nesse sentido, os valores-notícia e a noticiabilidade são fundamentais para que o Jornalismo Ambiental possa cumprir sua função de informar, educar e mobilizar a sociedade em relação aos desafios e oportunidades ambientais que enfrentamos.

É importante lembrar que esses critérios são também influenciados por fatores organizacionais, como interesses políticos ou econômicos da empresa de mídia. Além disso, os

critérios podem ser diferentes entre diferentes veículos de comunicação e entre jornalistas individuais, com base em suas próprias perspectivas e julgamentos. Além disso, os critérios são variáveis, mudam com o tempo, são singulares a cada meio, rotina, equipe, e sofrem interferência das tecnologias da comunicação e da informação. Não excluem processos nem lógicas profissionais e organizacionais que fazem parte da construção social das notícias.

4.2 Análise de Conteúdo Jornalístico (ACJ)

A compreensão de características da cobertura do jornalista ambiental sobre conflitos socioambientais no Maranhão parte inicialmente da análise do produto final (reportagem) com base no método de Análise de Conteúdo Jornalístico (ACJ), desenvolvido por Silva e Maia (2011). O objetivo é apreender do próprio texto e/ou vídeo marcas das estratégias e ferramentas de apuração bem como desafios da produção da reportagem, angulações e critérios de noticiabilidade utilizados.

Silva e Maia (2011) partem das similaridades entre o jornalismo e a tradução para pensar na construção da notícia como tradução da realidade, de modo que o jornalista é uma espécie de “tradutor cultural”.

É por essas marcas culturais presentes nos textos jornalísticos, que somos levadas a aproximar o jornalista da figura do tradutor, que realiza uma espécie de “tradução cultural” nos moldes daquela apontada por M. Zipsper e caracterizando se, assim, como uma das formas narrativas voltadas à fabulação do cotidiano (SILVA; MAIA, 2011b, p. 90)

A ACJ analisa no produto jornalístico uma das três instâncias do circuito comunicativo (produção, produto ou recepção) de modo a inferir dinâmicas que informem sobre as demais. Trata-se de um protocolo capaz de “mostrar a viabilidade de se investigar no produto publicado elementos do processo de elaboração do acontecimento como notícia, um método de investigação complementar aos estudos de *newsmaking* realizados nas redações e às análises de conteúdo e de discurso dos textos” (SILVA; MAIA, 2011b, p.42).

A Análise de Conteúdo Jornalístico fornece uma visão geral das principais marcas da pesquisa jornalística e se organiza em três níveis analíticos: marcas da apuração; marcas da composição do produto e aspectos da caracterização contextual. Segundo Silva e Maia (2011, p. 32) as análises dos elementos que compõe cada nível “podem demonstrar como o acontecimento foi sendo apreendido, e daí pode-se verificar ou inferir as relações entre o modo como foi coberto o acontecimento e sua configuração final como acontecimento narrado,

construído para ser lido”.

O primeiro nível de análise (marcas de apuração) inclui os seguintes traços: (1) assinatura, indicando a localização e natureza do repórter que escreveu a história, (2) localização da pesquisa, se foi feita no local ou remotamente, (3) origem da informação, que se refere às fontes consultadas pelo jornalista.

A origem da informação é dividida em duas subcategorias, que Silva e Maia (2011) definem como: informações obtidas em primeira mão de fontes diretas (exemplo: autoridades públicas ou testemunhas oculares), e informações obtidas em segunda mão (exemplo: agências de notícias ou outros veículos de mídia). Essas marcas permitem uma análise do processo de pesquisa jornalística e do esforço dedicado à investigação e relato de uma história, de uma notícia (SILVA; SOARES, 2013).

O segundo nível, as marcas da composição do produto jornalístico, incluem os gêneros jornalísticos (Nota; Notícia; Fotonotícia/fotolegenda; Entrevista; Reportagem; Reportagem especial/dossiê), a localização no veículo e destaque, e recursos visuais como gráficos e imagens.

O terceiro nível da análise de um texto jornalístico (aspectos da caracterização contextual) envolve os aspectos do contexto da publicação, tanto interno quanto externo. O contexto interno inclui a caracterização visual, editorial e organizacional do veículo ou empresa, enquanto o contexto externo se refere ao tema específico da cobertura e à conjuntura sócio-histórico-cultural envolvente (SILVA; SOARES, 2013).

A ACJ foi pensada inicialmente para o jornalismo impresso, mas é um método adaptável para outros produtos noticiosos em outros dispositivos como a web e a TV. Ao identificar e tipificar especificidades do jornalismo, mapeia tendências e possíveis lacunas na obtenção, averiguação e apresentação das informações. Em combinação com técnicas como a entrevista em profundidade, permite o confronto entre o que mostra a publicação e o que diz o jornalista a respeito (SILVA; SOARES, 2013).

Adaptamos os elementos da ACJ aos produtos de web e televisão, desse modo buscamos a localização do texto/vídeo dentro do site em que foi publicado; recursos visuais utilizados nos textos/vídeos (uso de fotografias, tabelas, boxes, infográficos e imagens não-fotográficas) e na duração do material (vídeo). Com base nos três níveis de análise e nas adaptações propomos as seguintes categorias para análise das reportagens. Conforme o quadro 3.

QUADRO 3 – CATEGORIAS DE ANÁLISE COM BASE NA ACJ

<p>Vínculos do repórter</p>	<p>Vínculos do repórter e local de apuração/acesso do jornalista ao local do acontecimento</p>	<p>1) Assinatura: Local (repórter da matriz da redação); Correspondente; Enviado especial; Colaborador; Agência de notícias; Não assinado.</p> <p>2) Local de apuração: Interno (redação) ou indefinido; Externo (jornalista foi ao local do acontecimento)</p>
<p>Fontes</p>	<p>Origem da informação e fontes utilizadas</p>	<p>3) (a) forma como a informação foi obtida (direta ou indiretamente);</p> <p>(b) a natureza das fontes (humana, documental ou eletrônica);</p> <p>(c) a posição das fontes no contexto dos acontecimentos</p> <p>(d) Informações de primeira mão (são obtidas diretamente pelos autores do texto): Fontes do poder público; Fontes Institucionais; Fontes cidadãs; Fontes especializadas/comentadores; Assessoria de imprensa; Fontes não-convencionais (Off); Recursos alternativos.</p> <p>Informações de segunda mão: Agências de notícias. Outros veículos jornalísticos; Documentos impressos e eletrônicos; Ciberespaço; Reedição; Republicação.</p>
<p>Características da publicação e dos veículos</p>	<p>Composição do produto e aspectos dos veículos</p>	<p>4) Gênero jornalístico/natureza do texto informativo: Reportagem</p> <p>5) Localização do texto no veículo/destaque: Localização do texto/vídeo dentro do site em que foi publicado; Recursos visuais utilizados nos textos/vídeos (uso de fotografias, tabelas, boxes, infográficos e imagens não-fotográficas); Duração do material (vídeo).</p> <p>6) Caracterização contextual: Contexto interno: caracterização visual, editorial e organizacional do veículo/empresa.</p> <p>Contexto externo: caracterização do tema/acontecimento/assunto específico da cobertura e da conjuntura sócio-histórico-cultural envolvente.</p>

Fonte: SILVA e MAIA (2011), adaptada pela autora

É possível utilizar a análise dos diferentes elementos da cobertura jornalística para compreender como o acontecimento foi percebido e, a partir disso, avaliar as relações entre a

forma como a cobertura foi feita e a construção final do acontecimento como narrativa destinada à leitura.

4.3 Entrevista em profundidade

Como técnica foi utilizada a entrevista em profundidade a partir de um roteiro semiestruturado com perguntas que abordaram a atuação profissional, os processos de produção, a apuração e as ferramentas utilizadas pelos jornalistas na elaboração das reportagens. As entrevistas foram realizadas individualmente, por meio de videochamadas com duração média de 2 horas, utilizando a plataforma Zoom, no período de 28 de fevereiro a 13 de março de 2023.

Segundo Duarte (2009, p. 63), a entrevista em profundidade é uma técnica qualitativa “que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”. Por meio de um roteiro de perguntas que abarque o problema de pesquisa ou o referencial teórico, busca-se obter dados sobre aspectos sociais, de vivências ou experiências.

A entrevista é uma técnica flexível que permite que o informante defina os termos da resposta e que o entrevistador ajuste livremente as perguntas. Busca-se intensidade nas respostas e não-quantificação ou representação estatística. A entrevista em profundidade é usada para recolher respostas baseadas na experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações relevantes para a pesquisa, permite ao pesquisador explorar um tema ou problema de forma detalhada e compreender a percepção e experiência dos entrevistados.

Duarte (2009) pontua ainda que a entrevista não tem como objetivo testar hipóteses ou estabelecer conclusões precisas e definitivas, mas sim fornecer elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. A entrevista em profundidade permite identificar padrões, micro interações, detalhes e obter interpretações e juízos de valor. Além de permitir a criação de uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes.

Para a presente pesquisa foram elaborados 6 roteiros de entrevista, um para cada jornalista, levando em consideração elementos específicos das reportagens de cada um, bem como elementos do perfil levantado via Google Forms. Os roteiros abordaram perguntas em comum a todos, bem como perguntas específicas (Verificar em Apêndice B). Os jornalistas entrevistados relataram sua trajetória profissional, os desafios e estratégias para a cobertura dos

conflitos socioambientais e elementos da produção das reportagens analisadas.

Para a transcrição e sistematização das entrevistas foi utilizado o Pinpoint⁶⁴, ferramenta gratuita que usa o mesmo motor de inteligência artificial do Google para identificar automaticamente nomes de pessoas, locais e instituições mencionadas em arquivos de texto e áudio. Para a análise das falas dos jornalistas, dividiu-se por categorias temáticas, relacionadas as três linhas de forças: trajetória/perfil dos jornalistas, produção das reportagens e recursos de apuração, aplicação da LAI e acesso a dados ambientais no Maranhão.

⁶⁴ Ver: <https://journaliststudio.google.com/pinpoint/about>

5 JORNALISTAS E A COBERTURA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS SOBRE PIQUIÁ E CAJUEIRO NO MARANHÃO

O Jornalismo Ambiental desempenha importante papel social na atualidade, em especial diante da crise climática, mas pouco sabemos sobre seus limites, as dificuldades para exercê-lo, o que é papel reconhecido e o que é esperado, mas não está nas suas funções.

Neste capítulo, discorremos e refletimos sobre as características da cobertura do Jornalismo Ambiental e os desafios enfrentados por jornalistas ambientais que cobriram as comunidades de Piquiá de Baixo (Açailândia – MA) e Cajueiro (São Luís – MA) entre 2015 e 2021. A análise traz elementos do processo de produção de reportagens e das percepções sobre a prática dos jornalistas e estratégias e ferramentas utilizadas por eles na cobertura dos conflitos.

Utilizamos como método a Análise de Conteúdo Jornalística (ACJ) proposta por Silva e Maia (2011) para a análise de 7 reportagens e do memorial online sobre Cajueiro (Raízes de Cajueiro) e realizamos entrevistas em profundidade com 6 jornalistas, sendo três mulheres e três homens. Para a entrevista foi utilizado um roteiro semiestruturado, com perguntas divididas entre três eixos de força: Linha de força 1 - Trajetória profissional e o Jornalismo Ambiental; Linha de força 2 - Produção das reportagens; Linha de força 3 – Uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) e os dados do governo estadual sobre os conflitos.

Ressaltamos que não foi possível conversar com uma das jornalistas que escreveu reportagem sobre Piquiá de Baixo, entretanto, optamos por manter a reportagem nesta análise. Além disso, uma das entrevistadas se trata de uma jornalista que faz parte do coletivo Raízes do Cajueiro. O veículo faz a cobertura do caso na perspectiva dos moradores e a entrevista buscou compreender o processo.

Optamos por preservar os/as entrevistados/as e, por conta disso, eles serão identificados por nome de árvores: Castanheira, Jatobá, Jacarandá, Maçaranduba, Tatajuba, Sumaúma e Embaúba. Para não fornecer elementos que possam identificar os/as jornalistas também não identificamos os títulos e os veículos onde foram publicadas as reportagens.

Refletimos o produto (reportagens) e a prática dos jornalistas partir da perspectiva da teoria do *newsmaking* voltada ao Jornalismo Ambiental. No primeiro tópico (5.1 Perfil dos jornalistas: Trajetória profissional, acesso a dados e o Jornalismo Ambiental) optamos por fazer uma sistematização geral das respostas, sem identificar diretamente a quem elas pertencem, o intuito é trazer elementos do perfil dos jornalistas, suas trajetórias profissionais, os desafios, as estratégias utilizadas para acesso a dados ambientais e vivências na cobertura de conflitos,

além de dicas para a cobertura desse tipo de temática.

No segundo tópico (5.2 Análise de Conteúdo Jornalístico e o processo de produção das reportagens sobre Piquiá de Baixo e Cajueiro) apreendemos os elementos do processo de produção existentes no produto (reportagens) e complementamos as informações com dados fornecidos pelos/as jornalistas entrevistados/as.

5.1 Perfil dos jornalistas: Trajetória profissional, acesso a dados e o Jornalismo Ambiental

Os jornalistas entrevistados são homens e mulheres entre 25 e 61 anos, com tempo de atuação profissional entre 4 anos e 36 anos, residentes em São Luís (MA), São Paulo (SP) e Imperatriz (MA). Todos têm formação em Jornalismo e atuam em diferentes veículos. Indicaram cobrir com muita frequência temáticas ligadas a Meio Ambiente e direitos humanos, entre os quais aparecem: movimentos sociais, conflitos, direito à cidade, povos e comunidades tradicionais, política, denúncias e cultura.

Dentre os entrevistados, apenas um apontou ter formação em cobertura de Meio Ambiente, com um MBA em Desenvolvimento e Sustentabilidade. Os demais jornalistas disseram não possuir formação específica para a cobertura ambiental, mas expressaram interesse em fazer uma especialização. Eles adquiriram conhecimento na prática e/ou por meio de trocas com outros colegas jornalistas.

Embora a temática ambiental tenha ganhado maior atenção devido às emergências, urgências e grandes tragédias ao longo dos anos, a maioria dos entrevistados acredita que, de modo geral, os veículos jornalísticos ainda não têm coberto adequadamente o Meio Ambiente nem dado a importância necessária a temas como mudanças climáticas e conflitos socioambientais, principalmente em nível local. No entanto, verificam-se avanços com o surgimento de veículos especializados e a consolidação de mídias independentes ligadas a pautas ambientais ou agrárias, como, por exemplo, "InfoAmazônia", "Eco Jornalismo", "Repórter Brasil", "The Intercept Brasil" e "De olho nos ruralistas".

Ao serem questionados sobre sua compreensão do Jornalismo Ambiental, as respostas foram bastante variadas. Uma profissional mencionou que só percebeu que seu trabalho se encaixava na proposta do Jornalismo Ambiental após entrar em contato com o tema desta pesquisa. Essa jornalista entendia que as matérias e reportagens que ela escrevia abrangiam uma variedade de assuntos, mas estavam principalmente na editoria de Direitos Humanos. Além disso, por se concentrarem na Amazônia, essas matérias estavam mais relacionadas a conflitos

e à questão socioambiental.

Os entrevistados apontaram que compreendem o Jornalismo Ambiental como aquele que cobre não apenas os prejuízos e impactos causados à fauna, à flora e à dimensão social da destruição da natureza. Eles destacaram especialmente como esses impactos afetam as populações tradicionais e o equilíbrio ambiental. Pontuaram como características necessárias para quem cobre Meio Ambiente: sensibilidade para o que ocorre ao redor, em especial para a dimensão humana dos conflitos; habilidades de escuta, olhar atento e fazer perguntas relevantes; presença física nos territórios; curiosidade e prática ativa da escuta; ser cidadão para nunca perder de vista a indignação, buscando ao mesmo tempo ser justo e saber ouvir o contraditório e o outro lado.

A Lei de Acesso à Informação (LAI) pouco aparece como ferramenta de apuração entre os entrevistados. Todos os jornalistas conhecem a LAI, mas apenas um usa com frequência em suas coberturas. O pouco uso, segundo os jornalistas se deve a inúmeros fatores: falta de conhecimento de como fazer os pedidos via LAI, maior praticidade no contato direto com as assessorias de imprensa, os tempos da LAI (as respostas podem demorar entre 20 e 30 dias) não se encaixam na rotina de produção das redações que exigem informações rápidas.

Na falta dos dados governamentais locais, os jornalistas dizem optar por bancos de dados federais como IBAMA⁶⁵ e INPE⁶⁶ (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais); Relatórios de instituições especializadas como Mapbiomas⁶⁷ e Imazon⁶⁸ (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia); Pesquisas de grupos universitários e levantamentos feitos por movimentos e organizações do terceiro setor, organizações não governamentais, sindicatos e associações, como por exemplo o GEDMMA⁶⁹ (Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente), a Justiça nos Trilhos⁷⁰, a FETAEMA⁷¹ (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão) e a CPT⁷² (Pastoral da Terra, que todos os anos edita um relatório sobre conflitos e violências no campo).

No que trata a acesso aos dados ambientais do Estado, os entrevistados relataram muita dificuldade de acesso aos dados e documentos da SEMA⁷³ (Secretaria de Estado do Meio

⁶⁵ Ver: <http://ibama.gov.br/>

⁶⁶ Ver: <https://www.gov.br/inpe/pt-br>

⁶⁷ Ver: <https://mapbiomas.org/>

⁶⁸ Ver: <https://imazon.org.br/>

⁶⁹ Ver: <https://gedmma.webnode.page/>

⁷⁰ Ver: <https://justicanostrilhos.org/>

⁷¹ Ver: <http://www.fetaema.org/>

⁷² Ver: <https://cptnacional.org.br/>

⁷³ Ver: <https://www.sema.ma.gov.br/>

Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão), principalmente quando se trata de informações sobre os licenciamentos ambientais. Um jornalista citou também que acessa a Junta Comercial para encontrar dados sobre empresas e sobre sócios de empresas envolvidos em desmatamento e utiliza uma ferramenta desenvolvida pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), o Cruzagrafos⁷⁴.

Os profissionais apontaram também que as organizações e movimentos que apoiam as comunidades são essenciais na cobertura dos conflitos, pois além de conhecer bem a realidade delas e estarem presentes nos territórios, se esforçam por produzir e sistematizar dados que muitas vezes dão suporte as produções das reportagens. Nos casos de Piquiá e Cajueiro, os jornalistas citaram a Justiça nos Trilhos, o GEDMMA e a CPT.

Um dos jornalistas pontou que entende que há interesses por parte das organizações e movimentos sociais assim como ocorre com as empresas e governos. Por conta disso, recebe material de todos os atores envolvidos, mas prefere verificar pessoalmente a situação e dar espaço para que todos possam falar.

Órgãos governamentais e empresas, em especial quando estão em posição de denunciados, tendem a se pronunciar por meio de notas institucionais e declaratórias, em formato protocolar. Ocorre também de não responderem aos pedidos de posicionamento. Segundo os entrevistados, tanto as notas quanto o silêncio podem reforçar aquilo que está sendo denunciado, uma vez que mostram que não há um interesse real de transparência ou de resolver o conflito retratado.

De modo geral, os jornalistas afirmaram que, na ocasião de produções das reportagens desfrutavam de certa autonomia na escolha das pautas, mas logicamente precisavam atender a linha editorial dos veículos para os quais trabalhavam/trabalham.

Uma das jornalistas era estagiária na época de produção da reportagem e explicou que tinha que cumprir meta de cliques nas matérias, por isso intercalava notícias “caça-cliques” (em formato de lista, notícias culturais e notícias de serviços) com pautas mais sociais. Segundo ela, as reportagens com temáticas ambientais não recebiam tanta visibilidade do público. Outro entrevistado sinalizou que seu interesse em cobrir temas ambientais e sua longa trajetória de atuação profissional no veículo onde trabalha o permitiram ter mais espaço para produção sobre essas temáticas e nas escolhas de pautas socioambientais. Nos dois casos tratava-se de

⁷⁴ Trata-se de uma ferramenta gráfica de software livre para verificações cruzadas e investigações avançadas de dados, possibilitando a visualização em grafos, que permitem interligar diversas informações em uma espécie de teia. Ver em: <https://www.abraji.org.br/projetos/cruzagrafos>

veículos tradicionais, com viés mais comercial e com sede no Maranhão.

Os demais jornalistas atuam ou atuavam na produção de reportagens para veículos independentes com sede principalmente no Estado de São Paulo e com foco nas coberturas de direitos humanos e Meio Ambiente. Desse modo, embora a escolha das pautas seja feita pelos jornalistas, ela precisa passar pelo crivo dos veículos para que possam prosseguir com a produção.

Pelo menos duas das seis reportagens analisadas foram produzidas por jornalistas que não moravam no Maranhão, desse modo, o aval dos veículos é o que possibilita o recurso financeiro para que a cobertura seja feita. Por outro lado, o fato destes veículos terem interesse em cobrir mais regiões do país, onde não possuem sede, possibilita que residentes no Estado possam contribuir com veículos independentes de maior projeção como, por exemplo, a Agência Pública.

Uma das jornalistas afirmou que, atuar diretamente no Maranhão, mas produzindo para um veículo com sede em outro Estado, a faz se sentir mais segurança. Ela explica que durante sua experiência com a produção de denúncias para veículo independente e local sofreu várias represálias de políticos e funcionários ligados a eles, o que não ocorre atualmente. Além disso, no veículo para o qual trabalha pode contar com o apoio e cobertura de colegas de outros estados se avaliar que a produção possa gerar riscos, pelo fato de ela residir localmente.

Como desafios para a cobertura de conflitos socioambientais, os entrevistados pontuaram: a dificuldade de acesso a dados oficiais; o clima de insegurança nos territórios que atinge principalmente defensoras e defensores do Meio Ambiente; a estrutura que é feita para viabilizar negócios do agronegócio e que gera mortes no campo; cobrir os conflitos a partir da redação sem a estrutura e recursos para fazer diretamente do local; falta de transparência por parte dos governos e empresas; ataques e tentativas de descredibilizar o profissional e as informações depois da publicação das matérias e reportagens; a cultura do clientelismo (relação de troca de favores entre a população e os políticos que oferecem benefícios em forma de empregos, obras e objetos em troca de apoio político);

Destacaram ainda: a dificuldade de financiamento/recursos para cobrir direito as pautas, para poder fazer campo ou pesquisa aprofundada sobre os assuntos; a perseguição à jornalistas e veículos; a dificuldade de trazer as contradições e impactos quando se trata de temas já consolidados como, por exemplo, que a energia eólica é limpa, quando na verdade ela modifica os modos de vida das pessoas que estão nos territórios onde os parques são instalados; a falta de cumprimento das leis ambientais.

Os entrevistados acreditam que estão mais suscetíveis a sofrer violência por cobrirem conflitos ambientais, a exemplo do jornalista inglês Dom Phillips que foi morto em 2022, durante produção sobre a terra indígena Vale do Javari (localizada no extremo noroeste do Estado do Amazonas, na fronteira com o Peru e próximo da Colômbia). Encaram com preocupação a situação crescente de violência contra jornalistas, entretanto, avaliam que são as comunidades e lideranças que mais sofrem com a violência nos territórios.

Para minimizar a situação de possível violência ao cobrir conflitos, os jornalistas disseram que buscam seguir alguns rituais tais como: criar um protocolo de segurança detalhado específico para a cobertura; sempre estar nos locais com acompanhamento de moradores e pessoas das comunidades; ficar atentos a movimentações suspeitas; evitar utilizar veículos de terceiros e realizar viagens noturnas; manter contato com pessoas dos jornais e/ou de confiança; não chamar atenção; deixar o celular carregado e com bastante bateria; a depender da situação, a utilização de crachá pode criar uma camada a mais de proteção e dá sinal de profissionalismo.

Segundo os entrevistados, a segurança absoluta não existe, mas é possível minimizar os riscos adotando mais estratégias tanto de segurança física como digital. Então é importante utilizar senhas no celular e no computador e ter noções também de segurança digital. Protocolos devem abarcar também lugares que os jornalistas consideram seguros, como a chegada em casa ou no trabalho.

Um dos jornalistas apontou que, embora tenha anos de atuação profissional não utiliza um protocolo de segurança formalizado, entretanto, sempre faz as viagens com um carro sem identificação de imprensa. Ao chegar no hotel se concentra em produzir a matéria e ir embora em seguida. Por trabalhar no telejornalismo busca chamar o mínimo de atenção possível, mas eventualmente, ocorre de ser reconhecido. Sempre que possível envia ao jornal sua localização e avisa quando há mudanças de rota. Entende que essas ações, por si, servem para minimizar os perigos e não para extingui-los. Quando era mais jovem fazia produção na mata só com a equipe e sem avisar ninguém, não sentia medo de entrar em garimpo, floresta ou áreas de riscos, mas atualmente é mais prudente e evita se colocar em situações arriscadas.

Para jornalistas iniciantes interessados em cobrir temáticas ambientais, em especial ligados a conflitos, os entrevistados indicaram que: é essencial ir aos territórios e ouvir as pessoas; na cobertura em territórios indígenas ou quilombolas, optar por ficar nas comunidades e juntos aos moradores do que em hotéis na cidade, pois estas pessoas sabem do local e de possíveis perigos; é importante estabelecer protocolo de segurança de acordo com cada território, não é possível utilizar um protocolo geral para todas as situações; Ter pessoas de

confiança para quem avisar remotamente sobre os passos da cobertura;

O planejamento é uma etapa essencial para quem quer cobrir Meio Ambiente e conflitos. De modo geral, antes de ir para o território, os jornalistas precisam investir tempo em uma boa pesquisa; Planejar um roteiro de viagem; Ter cuidado com os equipamentos e registros; Utilizar um pen drive ou um HD com materiais aleatórios e não relacionados ao que está sendo coberto, em caso de uma eventualidade, trocar esses arquivos e manter em lugar seguro os arquivos importantes; Cuidar da saúde mental e física também são essenciais para manter a atenção plena e evitar se tornar presa fácil em situações adversas.

Os entrevistados concluíram ainda que é importante: Cultivar contatos com outros jornalistas e comunicadores de organização que estão presentes nos territórios, bem como com as próprias pessoas das comunidades. Ter contatos com instituições acadêmicas, pesquisadores e especialistas, organismos de proteção de direitos coletivos (como Ministérios Públicos e Defensorias). Se manter bem-informado quanto às questões nacionais sobre Meio Ambiente, tais como leis, decretos, legislações e ações governamentais.

Os jornalistas pontuaram ainda que não se deve ir sozinho para as comunidades, principalmente àquelas em que não se conhece. De modo que é necessário: estar sempre acompanhado de alguém que conhece a localidade; nunca deixar para apurar apenas no local, a presença física do jornalista produz a vivência sobre a situação a ser noticiada, mas é essencial conhecimento prévio sobre as pessoas, sobre a comunidade e os envolvidos na situação; a pesquisa prévia permite ao jornalista apontar nomes (qual a empresa, o gerenciador, o movimento social que acompanha a comunidade, os nomes das lideranças etc).

Segundo os entrevistados, quanto a cobertura for de situações de protesto e conflitos ou ao cobrir espaços onde há aglomerações, conflitos urbanos ou rurais onde haja muitas pessoas, o jornalista precisa ir descaracterizado (sem bandeiras, camiseta ou crachá), principalmente se utilizar o transporte público. Em caso de fazer parte de algum veículo, providenciar um crachá do jornal pode ser útil, principalmente, quando ocorre atividades policiais; ter o contato do setor jurídico do veículo onde atua ou de algum/a amigo/a advogado/a.

Quanto ao processo de apuração e escrita dos textos, os entrevistados indicaram que é necessário ter uma escuta ativa e um olhar atento para os territórios; cobrar governos e empresas; utilizar linguagem clara e acessível durante as entrevistas e na escrita dos textos, evitando a linguagem excessivamente militante, além de buscar entender termos e conceitos que estão ligados à cobertura ambiental.

5.2 Análise das reportagens sobre Piquiá de Baixo e Cajueiro e os contextos de produção: vínculos do repórter, fontes e características dos veículos

Aqui são analisadas quatro reportagens sobre Piquiá de Baixo e três reportagens sobre Cajueiro. Elas foram publicadas em cinco veículos, nos formatos de reportagens de texto e/ou vídeo. Uma delas foi publicada no ano de 2018, duas em 2019 e quatro em 2020. As reportagens tratam de momentos e assuntos distintos das duas comunidades e foram publicadas em diferentes tipos de veículos, tanto tradicionais quanto independentes, com abrangência local, regional e nacional.

A primeira reportagem analisada é de abril de 2019. Foi publicada em veículo independente, localizado em São Paulo, de projeção nacional, especializado em denúncias de violações de direitos humanos e investigações sobre cadeias produtivas. Como não conseguimos entrevistar a jornalista, ficaremos apenas na análise do produto.

É assinada por Castanheira⁷⁵ e trata sobre as vítimas da munha⁷⁶, o descarte inapropriado do rejeito inflamável e outras violações ocorridas em Piquiá de Baixo. O texto é acompanhado de um vídeo com duração de 3 minutos e 5 segundos.

Pela riqueza na descrição do local é possível inferir que Castanheira tenha feito a cobertura diretamente da comunidade. Como o veículo onde a reportagem foi publicada não possui sede no Maranhão e opta, em geral, pela produção de conteúdo próprio, se intui também que se trata de uma enviada especial com experiência em reportagens investigativas.

São utilizadas uma série de fontes tanto humanas quanto documentais. As informações foram obtidas principalmente de maneira direta (fala de moradores, vítimas, especialistas etc.). Pela quantidade de fontes consultadas (15) é possível verificar que houve esforço na apuração dos fatos e na construção do contexto das violações de direitos humanos e ambientais vivenciadas pela comunidade de Piquiá de Baixo.

A reportagem utiliza informações de primeira mão fornecidas por fontes como o poder público (defensora), institucional (advogado da Justiça nos Trilhos), especializadas (engenheiro ambiental, acadêmico em engenharia e metalurgia, enfermeira que atendeu as vítimas), não-convencional (fonte anônima que faz parte das investigações), cidadãs (moradores e vítimas) e assessoria de imprensa (nota da empresa Vale). Também são utilizadas informações de segunda mão, obtidas a partir de documentos como relatórios (laudo de vistoria da Secretaria Estadual

⁷⁵ Optou-se por identificar as jornalistas e os jornalistas entrevistados por nomes de árvores.

⁷⁶ Resíduo incandescente produzido durante o processo de transformação de minério em ferro gusa.

de Meio Ambiente, parecer técnico da Fiocruz), documentos públicos (publicações do Diário Oficial) e Lei (lei complementar federal nº 140/2011).

As fontes cidadãs (moradores e vítimas) vieram em primeiro lugar na construção da reportagem, estão em maior número e detém mais espaço de fala dentro do texto em comparação com as demais fontes.

A reportagem foi publicada na seção Jornalismo, a segunda de oito seções do site. Utiliza recursos visuais, como um vídeo de mais de 3 minutos com imagens que reforçam o conteúdo do texto, incluindo fala dos moradores, imagens aéreas da comunidade e das siderúrgicas, além de seis fotografias coloridas tiradas por um fotógrafo do próprio veículo.

O veículo em questão existe há mais de 20 anos e é reconhecido nacional e internacionalmente por sua cobertura de temas sociais e denúncias de violações de direitos humanos. Conta com a colaboração de jornalistas investigativos com ampla experiência na cobertura desse tipo de assunto.

Os fatos e violações retratadas na reportagem são conhecidos e já foram abordados e denunciados por outros veículos. Não ocorreram eventos novos na comunidade e nenhuma nova vítima da munha, por exemplo. No entanto, quatro meses antes da publicação, em janeiro de 2019, houve o rompimento⁷⁷ da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), de responsabilidade da mineradora Vale.

Esse rompimento gerou impactos ambientais e humanos incalculáveis e ocorreu quase 4 anos depois do rompimento da barragem de Fundão⁷⁸, no distrito de Bento Rodrigues (Mariana – MG), colocando novamente a empresa Vale em evidência negativa como violadora de direitos humanos e ambientais.

A reportagem se aproveita da visibilidade e repercussão do caso de Brumadinho para estabelecer uma conexão entre as violações ocorridas na cidade mineira com as violações em Piquiá de Baixo, utilizando até mesmo a lama e o rejeito como referência. Além do conflito, critério de noticiabilidade que aborda as disputas entre grupos distintos, a reportagem ganha um caráter de novidade ao relacionar lama de rejeito (em Brumadinho) com a lama que queima (em Piquiá de Baixo) e as violações causadas pela mineradora Vale nas duas localidades.

Esse é mais um recurso utilizado na construção da reportagem do que uma característica do fato noticiado, uma vez que a munha não se constitui de uma espécie de lama, mas sim de

⁷⁷ Considerado o maior acidente de trabalho no Brasil, o rompimento em Brumadinho (MG) ocasionou a morte de 270 pessoas e espalhou resíduos de minério pela bacia do Rio Paraopeba.

⁷⁸ Rompimento ocorrido em novembro de 2015, em uma barragem da Samarco, cujas donas são a Vale e BHP Billiton. O evento ocasionou a destruição do meio ambiente, a contaminação do rio, do solo e um saldo de 19 mortos. Ao todo, 39 municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde moram 1,2 milhões de pessoas foram afetadas.

uma escória(resíduo) incandescente proveniente da produção do ferro gusa, matéria-prima do aço. Quando depositada no solo, ela adquire o aspecto de um monte de terra que queima ao simples toque.As siderúrgicas são as principais responsáveis pelo descarte inadequado desse resíduo, que causa graves acidentes. A Vale é indiretamente responsável, pois fornece o minério que é processado pelas siderúrgicas.

O título, o subtítulo e a reportagem como um todo reforçam e evidenciam a relação existente entre as siderúrgicas e a empresa Vale, contextualizando as violações em Piquiá de Baixo além das vítimas da munha e o descarte inadequado do resíduo. Chama a atenção para a poluição e seus impactos na vida dos moradores, bem como para outro perigo que é causado pela siderúrgica Gusa Nordeste: o transporte⁷⁹ de gusa líquido pela BR-222 que corta a comunidade.

A segunda reportagem analisada é de maio de 2019. Foi publicada na versão online de veículo tradicional e comercial, localizado em São Luís (MA), que produz conteúdo regional. É assinada por Jatobá e trata sobre relatório da Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) a respeito de Piquiá de Baixo e a falta de cumprimento de 39 recomendações de 2011 às empresas e ao Estado em relação as violações sofridas pela comunidade.

Pela reportagem é possível verificar que a repórter não teve acesso ao local da apuração, pois não há descrições de ambiente ou de pessoas; são utilizadas fontes humanas e documentais (5 no total); as informações foram obtidas principalmente de segunda mão (é possível verificar traços e informações da reportagem de Castanheira). Verifica-se também o esforço em contextualizar as violações socioambientais vivenciadas pela comunidade e que são relatadas no relatório da FIDH.

A reportagem utiliza fontes institucionais (assessor jurídico da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo; representante da FIDH), cidadã (moradora da comunidade), assessoria de imprensa (SEMA) e documental (relatório da FIDH). Foi publicada na seção Últimas notícias, que é a segunda editoria de um total de nove existentes na versão digital do veículo. Como recursos visuais são utilizadas três fotos coloridas creditadas à FIDH. Como critérios de noticiabilidade foca no conflito e na novidade.

O veículo possui 97 anos de existência e nasceu no formato impresso (ainda em circulação com uma tiragem de cerca de 8 mil unidades na semana e 11 mil aos domingos e distribuição em 82 municípios maranhenses). O jornal não possui editoria voltada a cobertura

⁷⁹ O transporte é feito pelo “panelão”, caminhões que transportam até 50 toneladas de gusa ou aço líquido a cerca de 1300°C.

de Meio Ambiente nem espaço voltado a grandes reportagens.

Jatobá explicou que embora a reportagem tenha sido escrita há quase 3 anos, lembra do contexto em que a pauta chegou até ela.

Nessa pauta, especificamente dessa matéria, lembro que a gente estava na redação e aí o meu chefe de lá, [...] ele recebeu a visita de duas pessoas, mais uma pessoa que é comunicadora de direitos humanos aqui do Maranhão e minha amiga também. A gente recebeu essas três pessoas justamente para falar sobre essa situação[...]. Duas delas eram moradoras da comunidade e elas vieram cobrar justamente o fato de que existiam entidades que tinham recomendado ao Estado, ao Ministério Público e às autoridades que revisem aquela situação e que eles não reviram por tantos anos. Esse é o teor da matéria, né? Nessa matéria específica, as duas pessoas que eram da comunidade foram lá na redação para fazer a denúncia, foi uma coisa que foi inédita, porque de resto eu conversava de fato por telefone, eu ia atrás eu falava com a pessoa e perguntava assim se alguém da comunidade queria falar, mas nesse caso específico essas duas pessoas foram lá na redação dá os depoimentos e eu fiz a entrevista com elas e depois escrevi a matéria. Eles me deram o nome dos documentos e eu cheguei por conta própria.⁸⁰

Na ocasião, Jatobá era estagiária no jornal e conciliava as aulas na faculdade com o período na redação. Em tese, deveria cumprir cinco horas por dia de carga horária, mas já chegou a ficar das 8h da manhã até as 8h da noite produzindo material que tinha se proposto a fazer e que talvez não fosse "dar a quantidade de cliques como o jornal esperava". Em sua rotina de produção, tentava conciliar "notícias caça-cliques" que cumpriam a meta do jornal com materiais mais elaborados.

Ela explica que o empenho em construir materiais mais elaborados não se devia a uma exigência do jornal, mas ao interesse em pautar o assunto, a procura por deixar sua marca e fazer o seu nome enquanto repórter. Mesmo que não fosse certa sua contratação ao final do estágio, se empenhava em realizar a melhor apuração possível dentro do prazo que tinha, ainda que isso significasse levar trabalho para casa.

Embora não se lembre quanto tempo tenha demorado para produzir a reportagem sobre Piquiá de Baixo, explica que é possível que tenha gasto de dois a três dias e levado trabalho para casa. "Eles [jornal] cobravam muito isso, sabe? de publicar três matérias por dia. Eu lembro que tinha que publicar no mínimo três matérias por dia, sendo que uma dessas matérias complexas assim [como por exemplo sobre Piquiá], eu tinha que ficar o dia inteiro na redação" (JATOBÁ, 2023)⁸¹.

⁸⁰ Jatobá (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 28 de fevereiro de 2023.

⁸¹ Jatobá (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 28 de fevereiro de 2023.

Quando se tratava de temas sobre comunidades tradicionais e direitos humanos, Jatobá recorria ao pesquisador Diogo Cabral, também advogado da Federação Trabalhadores Rurais do Maranhão (FETAEMA). A repórter explica que não tinha proximidade com a comunidade de Piquiá de Baixo, mas já havia lido a respeito em um veículo de projeção nacional.

Não conhecia na verdade, não foi dessa reportagem, eu tinha lido outra reportagem [...] de pessoas que nem são daqui. Pessoas que nem pisaram aqui no Maranhão que estão noticiando sobre isso em portais nacionais e aqui no Maranhão, a gente não notícia. Eu pesquisei a situação [...], eu li as matérias que já tinham sido escritas, outros repórteres fora daqui já tinha escrito sobre isso, para me aprofundar no assunto e para daí poder escrever sobre essa situação que essas duas pessoas da comunidade tinham ido lá relatar sobre.⁸⁴

Jatobá explica que sua reportagem sobre Piquiá de Baixo (assim como as demais matérias produzidas para o veículo) não passou por nenhum tipo de edição de algum superior e foi publicada tal qual ela havia escrito. Além disso, teve uma quantidade considerável de cliques para uma reportagem sobre Meio Ambiente. Ela também recorda que não sofreu nenhum tipo de retaliação por conta dessa reportagem.

A terceira reportagem analisada é de setembro de 2020. Foi publicada em veículo independente com projeção nacional e sede em São Paulo, mas que possui filiais em nove estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Pernambuco, Ceará, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul). O veículo cobre temas diversos entre eles direitos humanos, cultura, política e saúde.

O texto trata da frustração das famílias de Piquiá diante do pronunciamento em vídeo de Bolsonaro (PL) na Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas). Na ocasião, esperava-se pelos resultados de um relatório produzido por um relator especial da ONU que havia visitado comunidades brasileiras, incluindo Piquiá de Baixo, em dezembro de 2019. Embora o relatório tenha sido contundente sobre as violações de direitos na comunidade, o então presidente do Brasil negou qualquer problema ambiental e sequer mencionou a mineração ou Piquiá de Baixo.

O texto é assinado por Jacarandá. Dentre as quatro reportagens analisadas sobre a comunidade é a única que a localiza na Amazônia Brasileira. Contextualiza as violações e detalha o processo de reassentamento, o que pode indicar proximidade com o tema. Não há elementos descritivos na reportagem e a jornalista não esteve presencialmente na comunidade para falar com as fontes.

São utilizadas fontes humanas e documentais (9 no total); as informações foram obtidas principalmente de primeira mão por fontes: cidadã (moradora de Piquiá), especializada (coordenador da obra; arquiteta), assessoria de imprensa (prefeitura de Açailândia; governo estadual; Vale), institucional (coordenadora política da Justiça nos Trilhos), poder público (Bolsonaro em pronunciamento por vídeo) e documental (relatório da ONU).

A reportagem foi publicada na editoria de Direitos Humanos, que é a terceira seção em um total de 10 existentes no veículo. Utiliza como recursos visuais quatro fotografias creditadas a Justiça nos Trilhos e ao fotógrafo Marcelo Cruz. Como critérios de noticiabilidade foca no conflito e na novidade.

O veículo onde a reportagem foi publicada é independente, de abrangência nacional, possui 10 anos de existência e conta com jornalistas correspondentes em diferentes lugares do Brasil, entre eles o Maranhão. Atua também na produção radiofônica de notícias, por isso todas as matérias possuem versão em texto e em áudio. Os temas tratados são de política, economia, direitos humanos, cotidiano e cultura, além de produções de serviços.

Jacarandá explica que é correspondente da região Amazônica. Ela conhece a realidade de Piquiá e acompanha a situação da comunidade por morar geograficamente perto de Açailândia.

Então, no caso do Piquiá já tinha um conhecimento prévio, né? Eu conheço pessoalmente o caso, conheço a comunidade, já tive uma relação muito forte com a rede Justiça nos Trilhos e com as pessoas que seguem acompanhando o caso. Então, sempre que eu vejo em pauta algo relacionado, já tenho alguma ligação com esse tipo de matéria, com esse tipo de pauta. E aí logo eu entrei em contato com a assessoria de comunicação da Justiça nos Trilhos também e assim como no caso do Cajueiro, né? São conflitos ambientais que já estão relacionados com grandes empreendimentos e aqui muito próximo da minha cidade também, Imperatriz do Maranhão.⁸²

Jacarandá pontua que todas as sextas-feiras ocorrem reuniões de pauta, onde geralmente são sugeridas duas opções. No caso da reportagem sobre Piquiá, a pauta foi prontamente aceita e, assim que aprovada, deu-se início à apuração, sendo o suporte fornecido pela Justiça nos Trilhos essencial.

A repórter destaca que, em matérias ambientais e de direitos humanos, não é possível agir de forma imediata, sendo necessário investigar informações e consultar várias pessoas. No veículo de comunicação, o prazo mínimo para entrega é de uma semana, podendo ser solicitada uma semana adicional, se necessário, dependendo do caso.

⁸² Jacarandá (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 13 de março de 2023.

Na reportagem sobre Piquiá, em que já havia muita informação e um recorte específico, (a questão da visita da ONU na comunidade e o fato de Bolsonaro ter ido a ONU e não ter mencionado a comunidade) não era necessário realizar um resgate muito aprofundado do caso, de modo que cumpriu a produção dentro do prazo de uma semana. Segundo a repórter, a Justiça nos Trilhos indicou pessoas que poderiam falar sobre o caso e a conversa foi feita por telefone, as demais fontes foram acionadas diretamente pela jornalista, como no caso da empresa Vale (JACARANDÁ, 2023)⁸³.

Segundo Jacarandá, todos os textos passam por revisão dos superiores, mas, em geral, as mudanças são poucas. Geralmente, ocorrem alterações quando falta alguma informação, e o processo costuma ser rápido, com os editores fornecendo feedback em cerca de um dia. A reportagem sobre Piquiá foi revisada por dois editores da sede em São Paulo.

Além da reportagem sobre Piquiá, Jacarandá também produziu material sobre a comunidade de Cajueiro, publicada no mesmo veículo em setembro de 2020. A reportagem trata sobre um ano de despejo de moradores e o lançamento de um memorial online sobre a comunidade.

A principal fonte é o próprio memorial online, mas a reportagem também apresenta fontes cidadãs (moradores), especializada (pesquisador do GEDMMA) e institucional (presidente da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade). É possível verificar que Jacarandá não teve acesso ao local para fazer a apuração. Assim como na reportagem sobre Piquiá, o texto também foi publicado na editoria de Direitos Humanos. Usa como recurso visual cinco fotografias de diferentes autorias, a maioria reprodução do memorial sobre a comunidade. Os critérios de noticiabilidade também são o conflito e a novidade.

Jacarandá disse não conhecer pessoalmente o território, mas acompanha e conhece a situação da comunidade, além de acompanhar organizações, movimentos e pesquisadores que prestam assessoria para Cajueiro, foi assim que ficou sabendo do lançamento do memorial e aproveitou o período:

É um trabalho muito bonito que me chamou atenção pela riqueza de detalhes, tanto visuais quanto no aspecto de depoimentos das pessoas que resistem ali na região [...]. Eu entrei em contato com o GEDMMA, para pedir alguns depoimentos a mais. Pedi algumas outras informações, além do que estava já publicado. Então, com esse suporte, com acesso a alguns documentos foi que eu fiz aquela parte mais histórica ali, lembrando o que é o Cajueiro, né? O porquê do nome Raízes, relacionando com a resistência e com eles terem fincado raízes naquele lugar e aí a matéria se destaca, principalmente por essa

⁸³Jacarandá (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 13 de março de 2023.

questão humana. Por essa questão mais de trazer as pessoas, quem são eles né?⁸⁴

Tanto na reportagem sobre Piquiá quanto na reportagem sobre Cajueiro, Jacarandá contextualiza as violações de direitos relacionando-as com os projetos de desenvolvimento instalado no Maranhão e com a presença da mineradora Vale, embora no caso da segunda comunidade os conflitos estejam ligados a construção de um porto privado.

[...] as duas aí tem uma ligação muito forte tanto Pequiá quanto Cajueiro porque os processos de conflitos iniciam justamente a partir do processo de desenvolvimento, do que é chamado desenvolvimento que é a construção da Estrada de Ferro Carajás. Lá no Cajueiro é mais específico em relação aos portos, mas ambos estão relacionados com a Estrada de Ferro e com o processo de exportação de matéria-prima aqui da região. Então, assim são projetos que não levam muitas vezes em consideração as comunidades tradicionais, os povos locais, né? Então os dois casos têm muito a ver um com o outro, a metodologia de conflito e de tentativas de resolução também, né? Acho eles muito, muito próximos.⁸⁵

Jacarandá pontua que uma das maiores dificuldade em cobrir conflitos está na falta de respostas, muitas vezes pede-se um maior prazo de entrega para que se possa ouvir os governos e empresas, pois é dever do jornalista ouvir o outro lado, perguntar para as empresas o porquê da situação, mas existe sempre uma negativa:

Ou eles não respondem ou respondem de maneira muito superficial, né? Em todos os casos quando há a resposta é de maneira superficial no sentido de cumprir o pedido de resposta. Então assim, é algo como dito que as respostas quase que se batem uma com a outra, né? ‘Estamos acompanhando’. ‘O caso será resolvido’, mas não informa quando e nem como. [...] Então assim, a gente sempre inclui aquilo que é respondido e ultimamente aqui no Maranhão, pelo menos, a gente até tem tido respostas do Estado, nesse sentido também sem todo esse comprometimento. Mas das empresas é ainda mais difícil do que o Estado. A gente percebe do Estado, porque são várias secretarias, a gente acaba recebendo resposta de uma ou outra já. Quando é a empresa é muito mais difícil, especialmente nesses casos que são relacionados a multinacionais, né? Como as do porto, como a Vale... com a Vale a gente conseguiu uma abertura maior com a assessoria, mas ainda é uma resposta superficial, né? Mas isso é uma dificuldade muito grande é o acesso a resposta das empresas.⁸⁶

Sempre é necessário contextualizar os conflitos, mas tratando-se de eventos prolongados (que se arrastam por mais de 10 anos), há o desafio de enxugar as informações. Portanto,

⁸⁴ Jacarandá (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 13 de março de 2023.

⁸⁵ Jacarandá (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 13 de março de 2023.

⁸⁶ Jacarandá (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 13 de março de 2023.

utilizam-se links de outros materiais e estudos.

A quinta reportagem analisada foi veiculada em abril de 2018, no mesmo veículo das reportagens de Jacarandá. É assinada por Maçaranduba e trata sobre a luta de Cajueiro contra a construção do porto privado. É um material especial em vídeo, produzido por uma agência paulista independente e que foi publicado na seção Geral.

O vídeo foi veiculado com um texto de quatro parágrafos que faz uma pequena introdução ao tema. Mas vamos nos concentrar em analisar apenas o audiovisual que tem duração de 12 minutos e 19 segundos. As primeiras imagens contrastam a devastação causada pela empresa, a natureza e os modos de vida da comunidade. O contexto sobre a situação de Cajueiro aparece ao longo do vídeo como pequenos textos. São utilizadas imagens de arquivos, gravações e recurso alternativo (câmera escondida que coleta falas de um funcionário da empresa). O enfoque está em fontes cidadãs, principalmente no relato de três moradores antigos que permanecem na comunidade mesmo com as investidas da empresa.

As imagens, tanto dos moradores quanto das situações de protesto com a presença de policiais, apontam constantemente para um contexto de conflitos e falta de diálogo entre as partes envolvidas. Além disso, há um contraste evidente entre a vivência da comunidade, marcada pelo respeito à natureza, e a instalação de diversos empreendimentos nas proximidades de Cajueiro, que enfatizam a poluição, o sufocamento e a falta de infraestrutura básica para os moradores.

Maçaranduba teve dificuldade em lembrar detalhes do processo de produção, pois o vídeo foi publicado há 5 anos. No entanto, recorda-se de que entrou em contato com o assunto primeiro por meio das produções de outro jornalista e depois pessoalmente na comunidade, através de um coletivo com comunicadores locais. Ele é morador de São Paulo e um dos coordenadores de um projeto de produção audiovisual. Foi convidado para participar de um encontro de comunicadores populares no Maranhão, em setembro de 2017.

A agência que coordenava e do qual era co-fundador atuava fazendo vídeos sobre temas sociais, denúncias e direitos humanos, posteriormente estes vídeos eram oferecidos e vendidos para outros veículos maiores como, por exemplo, o El País.

Após o encontro, a convite do coletivo foi conhecer o território dos Gamelas⁸⁷ e depois realizar as gravações em Cajueiro. Maçaranduba não se recorda quantos foram os dias de gravação, nem quanto tempo foi necessário para a edição do material, mas enquanto o trabalho

⁸⁷ Em maio de 2017, em Viana (Maranhão), indígenas gamela que lutam pela retomada do território tradicional, foram brutalmente atacados. O caso teve repercussão nacional.

de gravação foi mais coletivo e envolveu pelo menos quatro pessoas. A parte de edição ficou ao encargo da agência, entre Maçaranduba e outro colega.

Algumas imagens foram gravadas depois por comunicadores locais para que a agência adicionasse ao vídeo. Era um fato novo: o governo havia inaugurado a pedra fundamental da obra. “Em março de 2018 foi meio importante para refrescar a pauta, né? Então a gente pegou como gancho e pegou esse material que já *tava* em processo avançado de edição e finalizou com essas imagens” (MAÇARANDUBA, 2023)⁸⁸. Posteriormente, o vídeo foi finalizado, vendido e publicado.

A sexta reportagem analisada foi veiculada em dezembro de 2020, em telejornal de abrangência nacional. Trata sobre a demora da finalização das obras de reassentamento de Piquiá de Baixo. Foi produzida pela filial maranhense do veículo e é assinada por Tatajuba. A reportagem está disponível em vídeo e em texto (sendo que este último é uma transcrição exata do audiovisual).

O vídeo tem 5 minutos e 29 segundos de duração e aborda os problemas ambientais da comunidade, assim como a paralisação das obras do novo bairro, que deveriam ter sido concluídas em dezembro de 2020. As imagens destacam principalmente os impactos e efeitos da poluição na vida dos moradores, nas obras do novo bairro e no processo de produção do ferro gusa. A narrativa começa mostrando o impacto do ponto de vista dos moradores, como o pó de minério e o uso de lonas nos tetos das casas. Em seguida, aborda a obra parada e com aspecto abandonado, terminando com imagens de arquivo do ferro gusa incandescente.

Por se tratar de uma reportagem de TV, ela está assinada pelo repórter. Fica clara a presença de Tatajuba no território (as primeiras imagens mostram justamente o repórter furando um ponto na lona no teto de uma casa e mostrando o pó de ferro acumulado); As informações foram obtidas principalmente em primeira mão por meio de fontes humanas e documentais.

Sendo fontes cidadãos (moradores de Piquiá), especialista (metalúrgico), institucionais (presidente da Associação de Moradores; coordenador da obra/Justiça nos Trilhos; representante das siderúrgicas), assessorias de imprensa (Vale, Caixa Federal, Governo Estadual, SEMA) e documentais (trechos de relatório da ONU; trecho de carta da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil enviada ao ministro de Desenvolvimento Regional). As fontes cidadãos aparecem primeiro na reportagem e falam por quase dois minutos; as demais fontes são distribuídas ao longo do vídeo, sendo que ao final ficaram apenas as notas de assessorias de

⁸⁸ Maçaranduba (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 10 de março de 2023.

imprensa dos órgãos e empresas.

A reportagem foi produzida pela equipe local e posteriormente veiculada em rede nacional, no principal telejornal do país. Utilizou recursos visuais, como animações dos documentos, imagens de arquivo e gravações no local. O tempo de duração da reportagem é longo para TV. Dos mais de 5 minutos totais, aproximadamente 1 minuto e meio é destinado à bancada do jornal, para fazer a chamada da reportagem e ler as notas de assessoria das instituições. A maior parte do tempo da reportagem é dedicada às falas dos moradores e à exposição da poluição causada pelo pó de minério e pelas obras paradas.

O veículo que produziu a reportagem é filiado maranhense de um grupo brasileiro de conglomerado de mídia. Pertence à família Sarney e é composto por TV, rádio, jornal impresso e site. A rede de TV é composta por 4 emissoras (São Luís, Imperatriz, Caxias/Codó e Balsas). Embora haja uma emissora próxima de Açailândia (em Imperatriz), a reportagem foi produzida pela emissora de São Luís. Assim como as demais reportagens sobre Piquiá de Baixo analisadas nesta pesquisa, parte dos critérios de noticiabilidade conflito e novidade e retrata uma situação que perdura por mais de 10 anos (tomando como ponto de partida o processo de reassentamento da comunidade).

Tatajuba já fez outras notícias e reportagens sobre Piquiá de Baixo em anos anteriores, portanto conhece a realidade de violação de direitos que ocorre na comunidade. Como parte de sua rotina profissional, ele circula por vários municípios no Maranhão, incluindo Imperatriz e região (como Açailândia, cidade vizinha). Nessa pauta específica, ele observou que as obras do novo estavam paradas.

Na TV eu tenho essa missão de prestar atenção no que acontece no Maranhão inteiro, né? A gente, por exemplo, assim a gente na rede, a gente tem, por exemplo, para cuidar... o Piauí cuida do Piauí, o Ceará cuida do Ceará e por aí vai. Durante muitos anos me deram essa tarefa ali, para essa pessoa de olharas coisas do Maranhão, entendeu? Aí assim. Tem coisas que a gente não tem como não enxergar, né? Não dá para não ver e não enxergar e assim, enxergar principalmente a dor do outro. Sabe o que mais dói? É saber que tem gente vivendo aquilo, né? [a poluição]. A minha indignação, o que dói é mais o fato do outro que não respira direito, sabe? Que mora lá e que tem que tá tirando o pó todo dia de dentro da casa. Isso é que dói e se eu tenho uma ferramenta, se eu tenho um caminho para mostrar isso, então não me custa absolutamente nada vir daqui de São Luis, daqui de São Luís são 600 km. É logo ali. E a gente vem sempre que for preciso, entendeu?⁸⁹

⁸⁹ Tatajuba (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 11 de março de 2023.

Tatajuba explica que conhece a região há muito tempo e que acompanhou ao longo dos anos o aumento do desmatamento e a instalação dos empreendimentos. A floresta está dando lugar aos vilarejos e empreendimentos, sendo tomada pela poluição, como é o caso de Piquiá de Baixo.

O jornalista possui uma longa trajetória profissional no veículo e certa liberdade para sugerir e cobrir pautas socioambientais, como as relacionadas a Piquiá de Baixo. O veículo onde ele trabalha costuma dar espaço a matérias sobre Meio Ambiente, mas estas focam mais na natureza do que nos impactos ou denúncias.

No caso da reportagem sobre a comunidade, ele observou que os moradores continuavam residindo em casebres de madeira. A situação da poluição ainda persistia e, em conversas com os moradores, surgiu a questão do reassentamento (novo bairro em construção para 312 famílias).

Há grande expectativa em relação ao processo de reassentamento e ao novo bairro. Tatajuba também mencionou que não estava muito claro quem era responsável pelos atrasos nas obras: se era a falta de recursos ou a má gestão por parte da Associação de Moradores, responsável pela administração da obra. Da mesma forma, não estava claro quem deveria arcar com os custos da obra: as siderúrgicas, as empresas, a Vale ou os governos.

Chegar até o conjunto [habitacional] foi uma consequência da matéria. Conversa ali, bate um papo acolá e vai vendo, sabe? o sofrimento de cada um, das pessoas que tinham atestado médico, pessoas que ficavam fazendo nebulização o tempo inteiro... Recentemente, eu passei por Piquiá e dei uma olhada naquelas casas [do reassentamento], onde eu estive e elas estão lá do mesmo jeito e eu disse que eu voltaria. Voltaria, por isso assim, sabe? para que a gente veja o resultado do trabalho de todo mundo [...]. Nosso jornalismo é um jornalismo de resultado.⁹⁰

O que Tatajuba chama de jornalismo de resultado consiste em acompanhar o processo até que o problema seja resolvido ou, pelo menos, minimizado. No caso de Piquiá de Baixo, ele explica que Piquiá de Baixo nunca saiu do foco. Inicialmente, era apenas mais uma visita à comunidade, mas depois ele foi apurar mais e produzir a reportagem. Tatajuba explica que nunca sai da redação com uma pauta pronta, ele vai "buscar o que existe lá".

Era mais uma visita, era mais uma viagem até lá [Piquiá], sabe? E assim, foi conversando como sempre, funciona no meu trabalho, por exemplo, geralmente, nas minhas pautas é mais ou menos assim: eu não saio com uma

⁹⁰ Tatajuba (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 11 de março de 2023.

pauta pronta, eu vou buscar o que tem lá, sabe? Se eu for fazer uma entrevista contigo, eu não vou buscar uma resposta tua, eu vou em busca de respostas, de coisas que você vai me contar e é assim em Piquiá de Baixo. Chego lá, bato na porta. Qual é a aflição? Tá tudo bem? E se tiver tudo bem a gente vai passar que tá tudo bem. Entendeu? Não há algo intencional. Em Piquiá de Baixo porque as voltas eu já sei o que que eu vou encontrar, entendeu? É mais ou menos assim é uma sequência desse trabalho, para ver se conserta porque ninguém consegue, de 30 anos de luta e a gente não conseguiu ser ouvido ainda, entendeu? É mais ou menos assim, não teve uma pauta, assim como a maioria [das vezes].⁹¹

O processo de apuração iniciou com os moradores de Piquiá. Posteriormente, Tatajuba entrou em contato com as demais fontes. Na época em que fez as gravações na comunidade, ele recebeu suporte de uma assessora de imprensa local. Ele explica que ouviu todos os atores envolvidos e todos os lados da situação. Isso fica evidente na reportagem, uma vez que as falas se limitam ao nível declaratório: a comunidade afirma que chegou antes das siderúrgicas, enquanto as siderúrgicas afirmam que as pessoas chegaram depois das indústrias. No entanto, não é possível verificar qual dos dois lados está falando "a verdade", mas sim que cada ator (empresas e moradores) está apresentando sua versão da verdade.

Tanto as siderúrgicas quanto a SEMA dizem, na reportagem, que os licenciamentos ambientais estão funcionando conforme a legislação exige. Quando pergunto se Tatajuba chegou a questionar ou pedir algum documento que comprovasse o fato, ele explica que as respostas dos órgãos correspondem às versões deles sobre o assunto e que a força da imagem, principalmente dos impactos sofridos pelos moradores, não deixa dúvida de que algo de errado está acontecendo. Afinal, se as siderúrgicas e a SEMA estão cumprindo seus deveres, por que a poluição e o impacto ainda persistem para os moradores de Piquiá? Na TV, o poder da imagem ultrapassa qualquer contexto narrativo.

Pode ter licença ambiental, pode ter licença de operação, pode ter atestado de saúde para as pessoas todas, a força da imagem daquela senhora varrendo o chão, daquele [homem] tirando a camada de minério ou da fumaça, defuligem, de carvão de dentro de casa ou tirando do teto. Qualquer que seja o documento. Qualquer que seja a versão, sabe? Eu só tenho que botar as versões [...]. A verdade tá na força daquela imagem, entendeu? Da vida da dona Maria [e dos impactos que ela sofre].⁹²

Tatajuba acredita que foi a força da imagem e a dor dos moradores da comunidade que levaram a reportagem a ser exibida no principal telejornal da emissora, que possui projeção

⁹¹ Tatajuba (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 11 de março de 2023.

⁹² Tatajuba (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 11 de março de 2023.

nacional. Para que uma reportagem local/regional seja veiculada na edição nacional, é necessário que ela seja aprovada pelo chefe da filial e pelo diretor executivo.

A apuração e edição da reportagem levaram alguns dias, e todo o processo foi acompanhado pelos editores do jornal. São eles que conhecem a abordagem que será adotada na edição do dia. Na TV, o trabalho é realizado em equipe, desde a captação da imagem até a edição final, incluindo o ajuste do texto e da voz.

Tatajuba ressalta que é importante ouvir sempre os dois lados e ser justo (não imparcial). O direito de resposta é um preceito do jornalismo e também pode evitar problemas com a justiça, devido a algo ter sido dito de maneira errada pela reportagem. Desse modo, ele alcança um feito: fazer com que as siderúrgicas se pronunciem sobre o fato por meio de um representante (e não por uma nota protocolar). Nas reportagens de Castanheira e Jatobá, que também abordam Piquiá de Baixo, as siderúrgicas foram acionadas, mas simplesmente não responderam, nem mesmo por meio de uma nota de assessoria de imprensa.

A sétima reportagem analisada foi publicada em fevereiro de 2020, em um veículo independente de projeção nacional que se dedica principalmente a reportagens investigativas sobre política, corrupção, Meio Ambiente, segurança pública e tecnologia. É assinada por Sumaúma e trata das relações do governo Flávio Dino (PCdoB) com as violações de direitos sofridas pela comunidade de Cajueiro.

Na ocasião da publicação da reportagem, Flávio Dino era governador do Estado do Maranhão e já haviam se passado cerca de seis meses desde a ação violenta de desalojamento das famílias de Cajueiro, ocorrida em agosto de 2019.

Dentre as reportagens analisadas, esta é a mais longa e aquela que possui o maior número de fontes documentais. Pela descrição do ambiente e dos acontecimentos, fica evidente que o repórter esteve no local para apuração e, em alguns momentos, foi testemunha ocular dos acontecimentos. É possível perceber o esforço em explicar e contextualizar a rede de ações governamentais que levaram aos despejos dos moradores da comunidade.

A reportagem conta com diversas fontes, incluindo cidadãos das comunidades, autoridades do poder público (como o governador estadual), assessorias de imprensa (SEMA - Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Comunicação Social e Assuntos Políticos), documentos (decretos, relatórios e pesquisas), especialistas (pesquisadores) e reedição de matérias e reportagens de outros sites. Embora a reportagem apresente um maior número de fontes documentais, as fontes cidadãs (moradores) possuem uma posição hierárquica, ou seja, são utilizados os relatos e descrições dos moradores para analisar as ações do governo estadual.

Além do caso de Cajueiro, a reportagem também aborda a situação das comunidades de Jambuca e Batista, localizadas nos municípios de Bacabeira (MA). Essas comunidades enfrentam uma situação semelhante à de Cajueiro, pois estão ameaçadas de desapropriação pelo governo estadual para implantação de projetos com investimentos estrangeiros. No entanto, as comunidades de Bacabeira conseguiram impedir o avanço desses projetos, o que não ocorreu em Cajueiro.

Dentre as reportagens online, essa é aquela que mais utiliza o recurso do hiperlink, com um total de 52 links para outras páginas da internet incorporados ao texto. Não foi possível determinar em qual editoria ou seção a reportagem foi publicada. No veículo em questão, existem 10 editorias, incluindo Meio Ambiente e Direito. Como recursos visuais, são utilizadas uma colagem, uma ilustração e uma foto colorida, creditada ao fotógrafo da Folhapress.

O veículo onde a reportagem foi publicada conta com uma equipe de jornalistas investigativos, tem foco em temas sociais e editoria para pautas de Meio Ambiente, não possui sede no Maranhão, mas recebe reportagens e sugestões de pautas de jornalistas correspondentes. Trata-se da versão brasileira de um veículo estrangeiro e foi criado há 7 anos.

Sumaúma explicou que já possuía uma relação próxima com a comunidade e acompanhava a situação em Cajueiro há pelo menos 3 anos. Esteve presente na reintegração de posse em agosto de 2019 e testemunhou a situação descrita. Além disso, desenvolveu uma amizade com uma das moradoras que defendem o território. Por acompanhar outros casos de violações de direitos humanos no Maranhão, o jornalista observou um padrão de atuação do governo Flávio Dino em relação às comunidades e aos grandes empreendimentos. Conseqüentemente, começou a coletar documentos sobre diferentes casos, muitas vezes utilizando a Lei de Acesso à Informação (LAI) e bancos de dados públicos.

Existia uma narrativa comum a esses casos e a essas violências? E aí, eu entendi que sim. Ofereci a pauta para [veículo] dizendo: Olha tem aqui uma situação. A história principal seria a história de Cajueiro, que tem uma história mais recente, que teve uma cobertura da imprensa, na época muito grande, e teve uma reação do governo, no sentido de apagamento, de ocultamento muito grande também, inclusive de perseguição mesmo das pessoas que tentaram denunciar essas violências, né? Então resolvi oferecer, construir essa pauta e oferecer para o [veículo] e eles aceitaram e eu fiz a matéria.⁹³

Sumaúma pontou que o processo de apuração e produção da reportagem foi longo, com muitos detalhes, muitas idas e vindas, muita checagem. Documentos e entrevistas foram as

⁹³ Sumaúma (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 4 de março de 2023.

principais ferramentas de apuração utilizadas e no texto se complementam.

Em geral, eu tenho uma história e dando base para essa história, muitas vezes, aparecem os documentos. No caso de Cajueiro e dessas outras histórias que estão aí, primeiro eu tive acesso às histórias. Me contaram mais ou menos por cima. E aí, eu fui atrás quando o [veículo] deu o ok para eu fazer a matéria [...], fui conversar com as fontes e tudo mais. É esse processo de entrevista, de sentar, conversar, decupar [transcrever], fazer anotações, retomar alguns assuntos, voltar na comunidade mais uma vez para verificar, para checar. A outra etapa é a questão dos documentos que, para mim, [...] são essenciais porque os documentos [...] eles estão aí para garantir a legalidade dos processos, supostamente para garantir a legalidade... Só que em processos ilegais os documentos não garantem a legalidade, eles provam e documentam a ilegalidade, né? Tem uma coisa que eu sempre digo e que tem funcionado: ninguém consegue mentir o tempo todo sobre o mesmo assunto para todo mundo, alguma ponta vai ficar de fora e os documentos costumam trazer isso. Então os documentos eles ajudam não a provar o que as fontes estão dizendo, mas a mostrar que o que as fontes estão dizendo é tão real, é tão verdadeiro que até o poder público produziu provas afirmando isso, só que produziu provas contra ele mesmo.⁹⁴

Entre o período de apuração, escrita e divulgação da reportagem foram necessários cerca de 6 meses. O veículo é rigoroso na checagem de cada informação. O processo de checagem segue alguns passos: o repórter fez uma primeira versão do texto, uma estrutura a partir do que conseguiu apurar e antes de enviar a primeira versão para a editora ou para o editor, voltou à comunidade e apresentou o texto. Checou se as informações estavam corretas e se a comunidade se sentia representada. Sumaúma explica que essa checagem com a comunidade não é uma exigência do veículo, mas uma necessidade enquanto profissional, principalmente para garantir que as informações relatadas estejam mais próximas da realidade da comunidade.

Depois dessa primeira checagem, o texto foi enviado para uma primeira edição com uma editora próxima e que tinha conhecimento do assunto. Momento para cortar texto, tirar dúvidas e fazer uma série de marcações que o repórter precisou responder. Em seguida, o texto foi enviado para um segundo editor, mais distante da pauta e do repórter, que desempenha o papel do próprio leitor que vai ler a matéria no site e não possui conhecimento prévio. Esse editor apontou uma série de dúvidas e fez uma nova edição, realizando cortes ou adições. Sumaúma explica que é necessário que ele comprove todas as informações, coloque os links, mostre documentos e áudios com trechos destacados.

Após o segundo editor e as alterações feitas pelo repórter, o texto passou pelo setor jurídico do veículo, que buscou inconsistências jurídicas ou de provas mencionadas no texto. Por fim, o material passou pela revisão ortográfica e de estilo. Segundo Sumaúma, é um

⁹⁴ Sumaúma (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 4 de março de 2023.

processo penoso, mas necessário. "Essa matéria passou por várias revisões, muitas coisas foram cortadas e eu tive que comprovar cada uma, né? Porque mesmo comprovando, já podemos enfrentar processos, imagine sem comprovar. Então é isso, todas as grandes matérias do veículo passam por esse processo". (SUMAÚMA, 2023)⁹⁵.

Na ocasião em que foi veiculada, a reportagem teve muita repercussão tanto dentro quanto fora do Estado. Blogs de esquerda e o próprio Flávio Dino (PCdoB) afirmaram que havia uma campanha difamatória em curso contra ele. Sumaúma relata ter conhecido das represálias à reportagem por meio de colegas e amigos, uma vez que não utiliza redes sociais. Segundo o repórter, um político maranhense vinculado ao partido de Dino entrou em contato com o editor chefe do veículo para reclamar e acusar a reportagem de ser mentirosa. Entretanto, não apresentou elementos para desmentir o conteúdo. Outro ponto importante é que o governo, embora tenha sido procurado durante a produção da reportagem, só se pronunciou após a publicação do texto. Portanto, o posicionamento do governo foi incluído quatro dias depois que o texto já estava no ar.

A última análise não trata-se propriamente de uma reportagem, mas de um memorial online sobre Cajueiro, o "Raízes de Cajueiro"⁹⁶: Guardiões do Território, da história e da vida" produzido por um coletivo de comunicadores e organizações que apoiam a comunidade. O site foi lançado em agosto de 2020, quando completou um ano dos despejos violentos ocorridos em agosto de 2019.

As narrativas em texto, imagens e vídeos têm foco nas histórias e relatos de cinco moradores antigos da comunidade que ainda resistem no território. Elas se dividem em três seções: História, Pertença e Raízes (esta última não possui texto publicado). As publicações, realizadas entre agosto de 2020 e agosto de 2021, estão em ordem cronológica, do mais recente para o mais antigo.

Embaúba é uma das comunicadoras que faz parte do coletivo que contribuiu com as produções do memorial sobre Cajueiro. Ela explica que foi uma demanda que surgiu dos próprios moradores. Além dos impactos socioambientais, a comunidade também sofre com a disputa narrativa exercida pelas empresas interessadas na instalação do Porto São Luís, que retratam os moradores como pessoas contrárias ao desenvolvimento, "invasores", "posseiros", que estão atrapalhando a geração de empregos e o progresso.

Assim, o memorial aborda outros aspectos da cobertura de conflitos socioambientais

⁹⁵ Sumaúma (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 4 de março de 2023.

⁹⁶ Ver: <https://raizesdocajueiro.wordpress.com/>

que são a dimensão do pertencimento ao território, da preservação da natureza e dos modos de vida tradicionais, elementos totalmente ignorados pelos governos e empreendimentos. As narrativas são informativas, mas não se concentram apenas no conflito ou na denúncia das violações, mas também em aspectos do chamado bem viver⁹⁷ e da justiça ambiental.⁹⁸

Os textos não são assinados, exceto por dois relatos de moradores que estão na seção "Pertença" e possuem apenas o primeiro nome dos moradores, identificados como "raiz de Cajueiro": Carlos e Ezequias. Os moradores são as principais fontes dos textos e vídeos, mas também há fontes documentais, como documentos do MP. Os textos são acompanhados por colagens e fotografias coloridas.

Na seção Quem Somos, temos:

Somos raízes do Cajueiro: Ezequias, Joca, Davi, Lucilene e Carlos, e lutamos para nos manter fincados em nosso território ancestral. Nós amamos essa terra e, apesar de todas as violências e pressões que sofremos, seguimos resistindo. Fazemos parte da história e da raiz desse lugar. Nesse site e também no Instagram @raizesdocajueiro, vamos contar a história silenciada do Cajueiro, suas raízes, suas lutas, suas esperanças. Seguimos firmes na Resistência! (RAIZES DO CAJUEIRO, 2023)

O memorial reúne os relatos e as vivências dos moradores e busca trazer o aspecto humano do conflito socioambiental, na perspectiva de quem vive no território. Os textos são escritos na primeira pessoa do singular (eu) ou na primeira pessoa do plural (nós). Compõem o memorial:

Dois relatos: “Eu nunca comprei um quilo de camarão na cidade. Eu tiro tudo é daqui”; “Eu tenho sentimento pela natureza”. Um vídeo legendado em inglês, seguido de texto em português e inglês, cujo título é #CajueiroNaoEsqueceDia12, com duração de 5 minutos e 13 segundos.

O vídeo traz imagens dos moradores (entrevistas) e também de arquivo (imagens do dia 12 de agosto, quando ocorreu a reintegração de posse em Cajueiro). Uma linha do tempo com acontecimentos de 2014, 2015, 2019 e 2021.

A reportagem “Resistência: como as mulheres da Resex Tauá-Mirim enfrentam o período

⁹⁷O bem viver propõe uma relação mais equilibrada e respeitosa entre os seres humanos e a natureza, com base na solidariedade, na cooperação, na reciprocidade e na interdependência. Esse conceito engloba não apenas as dimensões econômicas e materiais da vida, mas também as dimensões sociais, culturais e espirituais. Esse conceito tem origem nas culturas indígenas da América Latina e representa uma alternativa ao modelo ocidental de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e na exploração dos recursos naturais. Ver em: ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 2019.

⁹⁸A justiça ambiental refere-se “aos princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo.” (ACSELRAD, HERCULANO, PÁDUA, 2004).

pandêmico agravado pelos conflitos agrários”, aborda as ações realizadas pelas mulheres durante o período pandêmico, ao mesmo tempo contextualiza os conflitos e as vivências dos moradores, a partir da memória.

Embaúba explica que acompanha a situação da comunidade de Cajueiro desde 2018, devido a um trabalho institucional que desenvolveu em um movimento social de quebradeiras de coco babaçu. A jornalista pontua que a vivência nesse movimento lhe mostrou a importância dos coletivos de comunicação.

[...] esses coletivos de comunicação eles são determinantes para as lutas, né? Principalmente quando o conflito tá muito tensionado, tá muito forte porque são esses coletivos de comunicação que vão fazer com que aquela notícia de um determinado Estado que não é veiculado naquele momento pelos meios tradicionais e que, com o coletivo do contexto não consegue fazer com que ecoe... esses coletivos de outras outros estados, outras redes eles conseguem fazer com que essa notícia circule no país todo e foi justamente o que aconteceu com o Cajueiro.⁹⁹

No caso da comunidade, Embaúba aponta também o trabalho de pesquisa realizado pelo GEDMMA e pelo Tijupá¹⁰⁰ (organização da sociedade civil voltada a agroecologia) em Cajueiro sobre as transformações e impactos sofridos a partir da instalação dos grandes empreendimentos. Além de grupos e movimentos que trabalham, analisam e atuam no local, como a CPT, MIQCB¹⁰¹, o próprio GEDMMA e o Tijupá.

[...] você vê movimentos com diversas frentes, hora acadêmica que é o pessoal do GEDMMA, fazendo todo uma avaliação ali, né? de mudança, de transformações, do impacto ambiental social e também movimentos ali como as quebradeiras de coco que tentavam resgatar toda aquela identidade da mulher quebradeira de coco que tinha ali... o pessoal da Tijupá com a agricultura familiar, com a agroecologia. Estavam ali trabalhando, fazendo assim o acompanhando daquela comunidade, só que era uma comunidade que vinha sofrendo já de uma forma muito intensa a pressão do capital dentro da própria comunidade.¹⁰²

Sobre o coletivo Raízes de Cajueiro, Embaúba destaca que a iniciativa surgiu dos próprios moradores. Durante o acompanhamento na comunidade, foram realizadas oficinas de comunicação, nas quais os moradores, especialmente os mais jovens, aprenderam técnicas de comunicação popular para relatar os acontecimentos de maneira informativa.

O memorial também foi uma forma de manter a comunidade em destaque e trazer uma

⁹⁹ Embaúba (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 7 de março de 2023.

¹⁰⁰ Ver: <https://www.tijupa.org.br/>

¹⁰¹ Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Ver: <https://www.miqcb.org/>

¹⁰² Embaúba (pseudônimo) em entrevista cedida a pesquisadora, via Zoom no dia 7 de março de 2023.

perspectiva diferente. O coletivo é composto por jornalistas, comunicadores e integrantes de movimentos que acompanham a comunidade, além dos próprios moradores.

De maneira geral, a cobertura das duas comunidades sempre aborda o viés do conflito e da denúncia. Além disso, tratam de atualizações ou do aspecto de novidade em relação aos casos. As reportagens publicadas em veículos especializados aprofundaram mais o tema, utilizando mais fontes e tendo, em geral, um maior tempo de apuração. A cobertura do Raízes de Cajueiro se diferencia ao apresentar, principalmente, a perspectiva dos moradores e suas vivências no território, não se limitando apenas à denúncia ou ao conflito.

QUADRO 4 – RESUMO DA ANÁLISE DAS REPORTAGENS

Reportagens	Vínculos do repórter (Vínculos do repórter e local de apuração)	Fontes (Origem da informação e fontes utilizadas)	Características da publicação e dos veículos (Composição do produto e aspectos dos veículos)	Crítérios de noticiabilidade utilizados
Reportagem 1 Publicada em 2019 Trata sobre os acidentes com escória (munha) e outras violações em Piquiá.	É assinada pela repórter (Castanheira). A jornalista fez a cobertura diretamente da comunidade. Dadas as características do veículo onde foi publicado se intui que se trata de uma enviada especial com experiência em reportagens investigativas.	15 fontes consultadas, entre fontes humanas e documentais. Informações obtidas principalmente de primeira mão, fornecida por fontes do tipo poder público, institucional especializadas, não convencional, cidadãos e assessoria de imprensa. Informações de segunda mão, obtidas a partir de relatórios e outros documentos públicos. As fontes cidadãos em primeiro, em maior número e com mais espaço que as demais fontes.	Reportagem publicada na seção Jornalismo. Tipo de veículo: independente e especializado em denúncias de violações de direitos humanos e investigações sobre cadeias produtivas. Veículo do sudeste, sem sede ou matriz no MA. Conta com a colaboração de jornalistas investigativos com longa atuação profissional na cobertura desse tipo de temática. Recursos visuais utilizados: vídeo com duração de 3'05" que reforça o que está sendo dito na reportagem escrita; seis fotografias coloridas de autoria de fotógrafo do veículo.	Conflito e novidade. Além do conflito, a reportagem ganha caráter de novidade ao relacionar a lama de rejeito (em Brumadinho) com a lama que queima (em Piquiá de Baixo) e as violações causadas pela mineradora Vale nas duas localidades.

<p>Reportagem 2</p> <p>Trata sobre a falta de cumprimento de recomendações do relatório da FIDH a respeito de Piquiá de Baixo.</p>	<p>É assinada pela repórter (Jatobá).</p> <p>Repórter não teve acesso ao local da apuração.</p> <p>Profissional era estagiária na época da publicação da reportagem.</p>	<p>5 fontes consultadas.</p> <p>Informações obtidas principalmente de segunda mão. Tipos de fontes utilizadas: Institucionais, cidadã e documental.</p>	<p>Foi publicada na seção Últimas notícias.</p> <p>Tipo de veículo: comercial e regional. Veículo não possui editoria sobre Meio Ambiente nem espaço voltado a grandes reportagens.</p> <p>Recursos visuais utilizados: três fotos coloridas creditadas à FIDH.</p>	<p>Conflito e novidade.</p>
<p>Reportagem 3</p> <p>Trata sobre a ausência de pronunciamento de Bolsonaro, em Assembleia Geral da ONU (PL), sobre a comunidade de Piquiá citada em relatório</p>	<p>A reportagem é assinada pela repórter (Jacarandá).</p> <p>Jornalista não esteve na comunidade para a escrita da reportagem, mas mora geograficamente perto de Açailândia e conhece Piquiá.</p> <p>Jacarandá é correspondente do veículo.</p>	<p>9 fontes consultadas, entre fontes humanas e documentais.</p> <p>Informações obtidas principalmente em primeira mão por fontes do tipo cidadã, especializada, assessoria de imprensa, institucional, poder público e documental.</p>	<p>Foi publicada na editoria de Direitos Humanos</p> <p>Tipo de veículo: independente com projeção nacional e sede em São Paulo e que não possui sede no Maranhão.</p> <p>O veículo cobre temas diversos entre eles direitos humanos, cultura, política e saúde.</p> <p>Recursos visuais utilizados: quatro fotografias creditadas a Justiça nos Trilhos e ao fotógrafo Marcelo Cruz.</p>	<p>Foca no conflito e na novidade.</p>
<p>Reportagem 4</p> <p>Trata sobre um ano de despejo de moradores e o lançamento de um memorial online sobre a comunidade de Cajueiro.</p>	<p>A reportagem é assinada pela repórter (Jacarandá).</p> <p>A jornalista não esteve na comunidade para a escrita da reportagem, nem conhece a comunidade pessoalmente.</p> <p>Repórter é correspondente do veículo.</p> <p>Embora não conheça Cajueiro pessoalmente acompanha a situação da comunidade por meio de organizações, movimentos e pesquisadores que</p>	<p>A principal fonte é o próprio memorial online, mas a reportagem também apresenta fontes cidadãs, especializada e institucional</p>	<p>Foi publicado na editoria de Direitos Humanos.</p> <p>Tipo de veículo: independente com projeção nacional e sede em São Paulo e que não possui sede no Maranhão.</p> <p>O veículo cobre temas diversos entre eles direitos humanos, cultura, política e saúde.</p> <p>Recursos visuais utilizados: cinco fotografias de diferentes autorias, a maioria reprodução do memorial sobre a comunidade.</p>	<p>Os critérios de noticiabilidade também são o conflito e a novidade.</p>

	atuam no território.			
Reportagem 5 Trata sobre a luta de Cajueiro contra a construção do porto privado.	É assinada pelo repórter (Maçaranduba) Matéria foi produzido por agência própria do jornalista e depois vendido ao veículo. Jornalista esteve no local para gravar as imagens.	O enfoque está em fontes cidadãs, principalmente no relato de três moradores antigos que permanecem na comunidade mesmo com as investidas da empresa.	Foi publicada em abril de 2018, na editoria Geral Tipo de veículo: independente com projeção nacional e sede em São Paulo e que não possui sede no Maranhão. O veículo cobre temas diversos entre eles direitos humanos, cultura, política e saúde. É um material especial em vídeo produzido por uma agência paulista independente. Foi publicada com um texto de quatro parágrafos que faz uma pequena introdução ao tema. O vídeo tem duração de 12'19" O contexto sobre a situação de Cajueiro aparece ao longo do vídeo como pequenos textos. São utilizadas imagens de arquivos, gravações e recurso alternativo (câmera escondida)	Conflito e novidade
Reportagem 6 Trata sobre as violações em Piquiá e a demora nas obras do reassentamento.	É assinada pelo repórter (Tatajuba). Fica clara a presença do profissional no local.	As informações foram obtidas principalmente em primeira mão por meio de fontes humanas e documentais. Sendo fontes cidadãs, especialista, institucionais, assessorias de imprensa e documentais. As fontes cidadãs aparecem primeiro na reportagem e falam por quase dois minutos, as demais fontes são distribuídas ao longo do vídeo, sendo que ao final ficaram apenas as notas de assessorias de imprensa dos órgãos e empresas.	Veiculada em dezembro de 2020 em telejornal de abrangência nacional. Foi produzida por equipe local de filial maranhense do veículo. A reportagem está disponível em vídeo e em texto (sendo que este é uma transcrição exata do vídeo) A reportagem tem 5'29" As imagens focam principalmente em mostrar os impactos e efeitos da poluição na vida dos moradores, as obras do novo bairro e o processo de produção do ferro gusa. Utilizou recursos visuais como animações dos documentos, imagens de arquivo e gravadas no local. O veículo que produziu a reportagem é filiado maranhense de um grupo brasileiro de	Conflito e novidade

			conglomerado de mídia.	
<p>Reportagem 7</p> <p>Trata sobre as relações do governo Flávio Dino (PCdoB) com as violações de direito sofridas pela comunidade de Cajueiro.</p>	<p>É assinada pelo repórter (Sumaúma)</p> <p>Jornalista esteve no local para a escrita da reportagem, sendo testemunha ocular de cenas relatadas no texto.</p> <p>Profissional é freelancer.</p>	<p>A reportagem conta com fontes cidadãs, poder público, assessoria de imprensa, documentos, especializada e reedição.</p> <p>Fontes documentais estão em maior número na reportagem, mas as fontes cidadãs estão em posição hierárquica, ou seja, parte-se dos relatos e da descrição dos acontecimentos por parte dos moradores para destrinchar a rede de ações do governo estadual.</p>	<p>Foi publicada em fevereiro de 2020, não é possível verificar em qual editoria.</p> <p>Tipo de veículo: independente de projeção nacional que se dedica principalmente a reportagens investigativas sobre política, corrupção, Meio Ambiente, segurança pública e tecnologia.</p> <p>Na ocasião da publicação da reportagem, havia se passado cerca de seis meses da ação violenta de desalojamento de famílias de Cajueiro, ocorridas em agosto de 2019.</p> <p>Dentre as reportagens web esta é a que mais utiliza o recurso do hiperlink. Ao todo, o texto apresenta 52 hiperlinks.</p> <p>Como recursos visuais são utilizados: uma colagem, uma ilustração e uma foto colorida creditada a fotógrafo da Folhapress.</p> <p>O veículo onde a reportagem foi publicada conta com uma equipe de jornalistas investigativos, tem foco em temas sociais e editoria para pautas de Meio Ambiente, não possui sede no Maranhão, mas recebe reportagens e sugestões de pautas de jornalistas correspondentes.</p>	<p>Conflito</p>
<p>Memorial Raízes de Cajueiro</p>	<p>Não possui assinatura dos jornalistas e dos comunicadores.</p> <p>As produções foram uma demanda da própria comunidade e moradores participaram das produções.</p>	<p>A principal fonte dos materiais são os próprios moradores.</p>	<p>O memorial foca em trazer a perspectiva dos próprios moradores em relação não apenas ao conflito, mas também da vivência no território.</p>	<p>Utiliza os critérios de conflito, entretanto o foco é falar de memória e bem viver.</p>

Fonte: Autora (2023)

Os autores e teorias sobre o Jornalismo Ambiental utilizados nesta pesquisa destacam o papel cívico e engajado dos jornalistas que cobrem Meio Ambiente. A partir da análise das reportagens e das entrevistas, ficou claro o posicionamento dos jornalistas ambientais em prol das duas comunidades. Destaca-se a função informativa da cobertura, que, segundo Bueno (2007), está relacionada ao fornecimento de materiais sobre posturas, processos e modelos que afetam, no caso, as comunidades de Piquiá de Baixo e Cajueiro.

A cobertura sobre as duas comunidades não consegue alcançar a amplitude das funções pedagógica e política do Jornalismo Ambiental, uma vez que foca mais na denúncia. Além disso, os atores envolvidos e causadores das violações (empresas e governos) não demonstram papel ativo para solucionar os problemas e conflitos socioambientais. Isso fica evidente na forma como esses atores se comportam em relação aos jornalistas e às reportagens: com a falta de respostas ou a utilização de notas institucionais protocolares.

Os jornalistas que atuam na cobertura de conflitos estão comprometidos em conscientizar e mobilizar os cidadãos e em pautar as temáticas nos veículos, mas esbarram nas limitações das próprias instituições e organizações jornalísticas. Ademais, precisam enfrentar trabalhos precarizados e a falta de interesse demonstrada em veículos comerciais com as temáticas sobre Meio Ambiente.

CONCLUSÕES

A Constituição Federal de 1988 prevê que é de responsabilidade do poder público e da coletividade proteger os recursos naturais e a integridade dos ecossistemas, garantindo assim o direito a um ambiente saudável, equilibrado e de uso comum (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

No panorama constitucional de governança e políticas públicas no Brasil, “os marcos de proteção e fiscalização ambiental e o direito à terra estão intrinsecamente conectados, afetando especialmente povos e comunidades tradicionais” (CUNHA, 2022, p. 39). Assim, garantir informações precisas sobre riscos, políticas e planejamentos afetam diretamente os ecossistemas e aqueles que trabalham e vivem nos territórios.

O jornalismo contribui para a transparência e o controle social, fatores importantes para a garantia dos direitos à informação e ao Meio Ambiente. É imprescindível que as informações sobre obras, grandes projetos, políticas públicas e programas ambientais estejam disponíveis à população, em especial, aos que são ou serão diretamente impactados por todas essas ações.

O Meio Ambiente tem sido uma pauta cada vez mais recorrente no jornalismo atual, e por um bom motivo: a crescente preocupação com a saúde do planeta e as mudanças climáticas que afetam diretamente a vida humana. Entretanto, em nosso país a cobertura sobre Meio Ambiente ainda não é uma realidade em todos os veículos jornalísticos. Além disso, estudos mostram que o tema não é tratado com a profundidade e contexto necessários, o que não permite entender a real dimensão dos desastres e conflitos socioambientais e sua relação com o modelo econômico exploratório.

No Maranhão, muitos desses conflitos nem chegam a ser noticiados ou são noticiados de maneira superficial. Frequentemente é apontado como um Estado brasileiro onde há escassez de notícias e de veículos. Esse fenômeno é conhecido como "deserto de notícias", caracterizado pela falta de cobertura jornalística sobre determinadas regiões ou temas relevantes.

No entanto, a escassez de notícias no Maranhão não significa que não haja acontecimentos relevantes na região. Pelo contrário, o Estado possui uma rica diversidade cultural e histórica, além de problemas sociais e econômicos que merecem atenção da imprensa nacional e regional.

Os jornalistas ambientais, ao investigar e divulgar conflitos ambientais, tais como os que verificamos em Piquiá e Cajueiro, esbarram não apenas nas problemáticas ambientais, mas também na dinâmica do modelo de desenvolvimento exploratório e em interesses econômicos.

Isso ocorre principalmente em veículos comerciais, que estão presente no Estado do Maranhão, neste caso, a cobertura dos conflitos se concretiza a partir da atuação dos jornalistas que tem interesse pela temática. Além disso, por se tratar de conflitos com muitos anos de duração é difícil trazer a contextualização necessária e de maneira resumida.

Os conflitos socioambientais no Maranhão ainda recebem mais cobertura e espaço em veículos independentes e que estão fora do Estado do que em veículos comerciais regionais. Isso se deve a fatores como: 1- o interesse que esses veículos especializados possuem em ampliar suas coberturas para mais regiões do país. 2 - Mais tempo, estrutura e suporte que fornecem aos jornalistas. 3 – Jornalistas que cobrem situações de conflitos estão mais sujeitos a perigos, violências e retaliações, principalmente se são da localidade. 4 – Os veículos especializados, em geral, possuem mais alcance do que os veículos locais. 5 – O espaço para os temas ambientais ainda é limitado nos veículos comerciais do Estado. 6 - As organizações e movimentos que atuam junto às comunidades impactadas buscam maior amplitude e alcance para os temas e encontram mais espaço nos veículos especializados.

Quanto ao perfil dos jornalistas que cobriram as duas comunidades temos: 1 – profissionais com conhecimento prático do Jornalismo Ambiental, isto é, não possuem uma formação especializada, mas usam as ferramentas do jornalismo e a vivência para atuar na área. 2 - jornalistas que cobrem principalmente temas sociais, principalmente aqueles ligados aos direitos humanos. 3 – que possuem em média 10 anos de experiência profissional. 4 – e moram em grandes centros. 5 – A maioria acompanha a situação das comunidades para além da produção das reportagens. 6 – São profissionais que atuam principalmente em veículos independentes que possuem especialidade de cobertura em Meio Ambiente e/ou direitos humanos.

De modo geral, a cobertura sobre os conflitos socioambientais no Maranhão não trouxe aspectos de contextualização, isto é não ligam o conflito aos projetos de desenvolvimento instalados no Maranhão. Não localizam as comunidades como pertencentes a Amazônia. Nem forneceram algum apontamento de possível solução ao problema, focando principalmente nas denúncias. Por outro lado, todas as reportagens focaram na dimensão humana dos conflitos, isto é, em geral é a fonte cidadã a que tem mais espaço nas reportagens, bem como os impactos aos seres humanos.

A dimensão humana é ainda mais evidente quando o jornalista esteve presente fisicamente no local, ou quando há maior relação de proximidade geográfica. Moradores, pessoas impactadas e especialistas são as principais fontes das reportagens. Empresas e

governos, em geral, pouco falam, não respondem aos pedidos de informação dos jornalistas ou o fazem de maneira protocolar.

Na falta de informações e dados oficiais do governo Estadual e órgãos responsáveis por questões ambientais, são as organizações e movimentos sociais que estão presentes nos territórios que sistematizam e fornecem informações que dão base a produção das reportagens. Desse modo, elas têm papel essencial na cobertura dos conflitos no Estado, muitas vezes é a partir da atuação desses atores que os jornalistas tomam conhecimento dos conflitos.

As principais ferramentas utilizadas pelos jornalistas para apuração das reportagens foram: o bloco de notas (informações prévias sobre as comunidades e os conflitos), a entrevista (presencial ou por telefone), sites de busca (para pesquisar as informações sobre as comunidades), banco de dados (para encontrar informações e estatísticas relevantes) e relatórios (principalmente de organizações e movimentos sociais).

Pedidos de informações via Lei de Acesso à Informação quase não aparecem entre as ferramentas, mas quando utilizada deram subsídio para levantamento de documentos. O não uso se deve principalmente à falta de experiência ou de conhecimentos sobre a LAI por parte dos jornalistas, a dificuldade de adicionar a ferramenta na dinâmica de trabalho e a falta de respostas dos órgãos aos pedidos de informação já enviados. A falta de informações e de respostas governamentais e oficiais é inclusive, um dos principais desafios relatado por jornalistas na cobertura dos conflitos socioambientais no Estado.

Em resumo, ao que concerne a cobertura de conflitos socioambientais no Estado, os jornalistas ambientais precisam lidar com a complexidade dos temas, a falta de dados precisos e confiáveis, a pressão de diferentes atores sociais, como governos, empresas e organizações da sociedade civil. Precisam estar atentos aos desafios do contexto em que estão trabalhando e as limitações ligadas a própria produção jornalística como tempo, espaço e importância que os veículos dão a cobertura jornalística sobre a temática.

Dessa forma, a presente pesquisa busca contribuir para a área do Jornalismo Ambiental, em especial ao que se refere a cobertura de conflitos socioambientais, principalmente no Maranhão. Acreditamos que são necessárias mais pesquisas em JA que busquem responder questões sobre os desafios e estratégias dos jornalistas ambientais que cobrem conflitos e violações de direitos humanos, levando em consideração também as percepções desses profissionais a respeito da sua prática profissional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO -ABRAJI. Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil. ABRAJI, 2021.

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004a.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b.

ABRAMOVAY, R. **Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. São Paulo: Elefante, 2022. 112 p.

AGUIAR, D. **A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul**. Um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: Actionaid e FASE, 2017.

AMAZÔNIA. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: < <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/amazonia> > . Acesso em: 01 Mai. de 2023.

ARCANGELI, S. C. **Cajueiro: a luta de uma comunidade pelo direito de existir**. Sundermann. São Paulo, 2020.

BELMONTE, R. V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. Revista Brasileira de História da Mídia, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: < <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656/3817> >. Acesso em: 10 de Dez. de 2022.

BELMONTE, R. V. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, p. 15-48, 2004.

BODART, C. das N.; MADALENA, C. P. O papel do discurso na legitimação de grandes projetos industriais: os jornais locais e a Companhia Siderúrgica de Ubú/ES. In: III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade; **I Simpósio Internacional Discurso, Identidade e Sociedade: dilemas e desafios na contemporaneidade**, 2012, Campinas. Anais eletrônicos. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/BODART_CRISTIANO_DAS_NEVES.pdf >. Acesso em: 04 de Fev. de 2023.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm#art47 >. Acesso em: 3 de Mar. de 2022.

BUENO, W. da C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 15, 2007.

BUENO, W. da C. O jornalismo ambiental circula na arena da ciência e da política. **Anuário**

Unesco/Metodista de Comunicação Regional, v. 13, n. 13, p. 113-126, 2009.

Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/AUM/article/view/2196/2118> >. Acesso em: 23 de Jan. de 2023.

BUENO, W. da C. Jornalismo ambiental e transparência corporativa: o marketing verde como estratégia de mistificação. **Revista Ação Midiática**, UFPR, v. 1, n. 2, 2011.

BUENO, W. da C. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, n. 1, p. 21-41, 2017.

CAMANA, Â. Conflitos ambientais: Uma pauta central para o jornalismo. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho *et al* (Org). **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre, RS: Metamorfose, 2018.

CARVALHO, F.C. de; CIDADE, L. C. F. Grandes projetos, gestão do território e efeitos ambientais no Maranhão. **Espaço & Geografia**, v. 14, n. 1, p. 29-51, 2011. ISSN 1516-9375. Disponível em:< <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegrafia/article/view/39885>>. Acesso em: 7 Jan. 2023

CARVALHO, M. S.; PINHEIRO, R. A. **Dário Bossi**: Direitos ambientais são direitos humanos. In: GERALDES, E. C.; DOS REIS, R.C. (Org.). Um grito no ar: Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais. 1ª ed. Brasília: FAC-UnB, 2017. P.76-85. Disponível em: <https://faclivros.files.wordpress.com/2018/07/umgritonoar_2020.pdf>. Acesso em: 15 Jan. de 2023.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Organizadores: Marcio Zonta e Charles Trocate. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015. 160 p. : il. - (A questão mineral no Brasil: v. 1).

COLOMBO, E. M. Jornalismo Ambiental: sua história e conceito no contexto social. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS, 2-6 de setembro de 2010. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-2674-1.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CPT. Relatório Conflitos de Terra no Brasil. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia, 2020a. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0> Acessado: 12 de mai. de 2022.

CPT. Atlas da Questão Agrária, Territorial e Ambiental do Brasil 2020. Comissão Pastoral da Terra: Contexto Fundiário - Situação das Terras. Goiânia: CPT, 2020b. 114 p.

CPT. Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico. Goiânia: CPT (org.); 2020. 116 p. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/atlas-de-conflitos-socioterritoriais-pan-amazonico>>. Acesso em: 15 Jan. 2023.

CUNHA, L. B. e B. Violações dos direitos de povos tradicionais e as barreiras de acesso à informação ambiental: uma análise em transparência ativa. In: Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas (Org). **A LAI é 10: o Brasil após uma década da lei de acesso à**

informação. 1. ed. São Paulo: Abraji. 2022.

DEL VECCHIO-LIMA, M.; LIRA, A. O. Reportagens investigativas e cobertura diária sobre meio ambiente: requisitos para a busca de qualidade no jornalismo ambiental. Anais. Abraji, VII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, Online, 2020. Disponível em: <https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/7b482548-b8ad-41ce-aea9-3afc9c31a2e6/template_abraji_2020.doc.pdf>. Acesso em 5 de Jan. 2023

DE OLIVEIRA¹, Sarah Almeida; DE MELLO, Eduardo Vieira; DE PEIXOTO, O. M. N. Zonas de sacrifício e (in) justiça ambiental: construção de espaços marginalizados em Volta Redonda (RJ). **Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade-ANPPA**. Natal, RN, Brasil, 2017.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas. 2009.

GARCIA, A. B.A. *et al.* Reserva Extrativista de Tauá-Mirim: um espaço de resistência e luta por reconhecimento legal. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2021, São Luís. Anais eletrônicos [...] São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2021. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1203_1203612ede753be29.pdf>. Acesso em: 10 Mar. 2023.

GIRARDI, I. M. T. *et al.* A pesquisa em jornalismo ambiental na região Sul do Brasil. Anais do 11º. Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo, Brasília, 2013a.

GIRARDI, I. M.T. *et al.* O olhar do jornalismo sobre a Economia Verde: estudo a partir da cobertura da Rio+20 pelos portais G1, UOL e Terra, Líbero (FACASPER), v. 16, p. 71-80, 2013b. Disponível em:<<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/205/181>>. Acesso em 9 de Dez. 2022.

GIRARDI, I. M. T.; CAMANA, Â.; LOOSE, E. B. Panorama da pesquisa em Jornalismo Ambiental no Brasil: o estado da arte nas dissertações e teses entre 1987 e 2010. Intexto, n.34, p. 362-384, 2015. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58452/35501>>. Acesso em: 10 de Out. 2022

GIRARDI, I.M. T. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de Jornalismo Ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho *et al* (Org). **Jornalismo ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre, RS: Metamorfose, 2018.
EMBAÚBA. Entrevista. [07 de março de 2023] Entrevista cedida a Idayane da Silva Ferreira. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - FIDH. **Brasil: quanto valem os direitos humanos?** [S.l.]: FIDH, 2011.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - FIDH. **Piquiá foi à luta: um balanço do cumprimento das recomendações para abordar as violações aos direitos humanos relacionadas à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia**. [S.l.]: FIDH, 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS– FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**: FENAJ, 2022.

FERREIRA, F. D. **Mídia e poder político**: a disputa entre grupos políticos pelas concessões de canais de televisão sob a oligarquia Sarney no Maranhão. 2018. 269f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

FERREIRA, I. da S; PINHEIRO, R. A. Piquiá em Açailândia-MA: a luta pelos direitos humanos e a conquista do reassentamento coletivo. **Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos**, AMERJ. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://bitly.com/HODVGe>>. Acesso em: 10 de jan.de 2022.

FERREIRA, I. S. Um forte pé no chão, no território: atuação da Justiça nos Trilhos na promoção de direitos humanos em comunidades impactadas pelo setor de mineração e siderurgia no MA, 2021. In C. Brustolin, J. M. S. Palacios, M. L. O. Contreras, & S. C. da Silva (Eds.), Anais do 1 Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas: "povos, comunidades e natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório" (Vol. 4, pp. 219-238). São Luís, MA: EDUFMA, 2021.

FIGUEIREDO, M. A. V. de. TV Difusora: a política na história da televisão no estado do Maranhão – 1962 a 1991. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GONÇALVES, F. E. A Lei de Acesso à Informação como ferramenta de apuração: uma análise do uso da LAI por jornalistas. 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.

HOHLFELDT, A. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação. In HOHLFELDT, A., MATINO, L.C., FRANÇA, V. V. (Orgs.), Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências (8ª ed., pp. 15-28). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HOLANDA, J. S. P. de; KÄÄPÄ, P.; COSTA, L. Miranda. Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 45, 2022.

IBGE. População no último censo [2020]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/acailandia/panorama>>. Acesso em: 10 Jan. 2023.

IBGE. População estimada [2021]. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>>. Acesso em: 10 Jan. 2023.

JACARANDÁ. Entrevista. [13 de março de 2023] Entrevista cedida a Idayane da Silva Ferreira.

JATOBÁ. Entrevista. [28 de fevereiro de 2023] Entrevista cedida a Idayane da Silva Ferreira.

JÚNIOR SANT'ANA, H. A. Conflitos sócio-ambientais no Maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, MA, 2009.

LAZO, A. B. F. *et al.* Acesso à informações sobre o plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm. São Paulo: Artigo 19, v. 19, 2020.

Disponível em:

<<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/prov0180.pdf>>. Acesso em:

15 Jan. 2022.

LAMONTAGNE, Annie. Impactos discursivos: conflitos socioambientais e o licenciamento da UHE Estreito. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

MAÇARANDUBA. Entrevista. [10 de março de 2023] Entrevista cedida a Idayane da Silva Ferreira.

MADEIRA FILHO, W. Trilhos e trilhas: Estratégias de resistências dos coletivos rurais em Açailândia (MA) no entorno da duplicação da Estrada de Ferro Carajás-São Luís. **Revista científica Internacional InterSciencePlace**, Niterói, RJ, ano 24, n 10, jan/mar. 2013.

MECHLER, A. L. E. Lei de Acesso à Informação: Uma ferramenta para um bom jornalismo. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2017.

MEDITSCH, E. Jornalismo é uma forma de conhecimento? (Conferência proferida em 1997). *In: Biblioteca online de Ciência da Comunicação*. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>> Acesso em: 05 de mai. 2022.

MENDONÇA, B. R.; MARINHO, S. C. Cajueiro revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção. 2016. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/5141/3150>>. Acesso em: 14 Fev. 2023

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. *In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas. 2009, p. 271-277.

NOBRE, A. K. de L. Do problema público à reparação: mobilização em torno do reassentamento de moradores de um bairro contaminado pelo ferro gusa na Amazônia maranhense. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia (SOL). Departamento de Ciência Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/12273>>. Acesso em: 20 Dez. 2022.

OLIVEIRA, A. B. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. *Geosul*, v. 34, n. 71, p. 301-327, 2019.

PAES, R. da C.; SARMENTO, P. S. de M.; PONTES, A. N. Análise da cobertura de sites jornalísticos da América do Sul, Europa e Ásia sobre os povos indígenas atingidos pela UHE Belo Monte. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 44, p. 103-129, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/interc/a/znGnGZYbfHHZRWyBq9kTTTrt/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 15 de Dez. de 2022.

PEREIRA, A. *et al.* O grito e a beleza em Piquiá de Cima e a Baixo. *In: BRUSTOLIN, C. et al (Org.). Liberdade caça jeito: a história de todos na história de cada um*. São Luís EDUFMA, 2019.

PINTO, D.; MONZONI NETO, M.; ANG, H. Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes. 2 ed. São Paulo: FGV-EAESP/ FGVces, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25936/grandesobrasdaamazonia_documentoCompleto2018_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 Dez. de 2022.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Editora Fiocruz, 2013.

PORTO, M. F. *et al.* MA: comunidade do Cajueiro luta contra construção de porto em seu território. **Mapa dos conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil**, 2015. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidade-do-cajueiro-luta-contr-construcao-de-porto-em-seu-territorio/>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

PORTO, M. F. *et al.* MA: Poluição causada por atividade siderúrgica ameaça existência da Comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia. **Mapa dos conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-industria-guseira-contaminacao-da-agua-falta-de-seguranca-e-condicoes-improprias-a-vida-e-a-saude-dos-moradores-do-distrito-industrial-de-pequia-acailandia/>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

ROUGEMONT, L. dos S.; GÓMEZ, J. R. M. A Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto (Vale do Ribeira) no contexto dos conflitos gerados pela construção de barragens. *pegada-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/922/1057>>. Acesso em: 15 de Fev. de 2023.

REIS, A. R. dos. A construção discursiva da Comunidade do Cajueiro, em São Luís - MA: a disputa pelo espaço e os direitos fundamentais na mídia local. São Luís, 2022. 159 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4414>>. Acesso em: 12 Dez. 2022.

RUSCHEINSKY, Aloisio. Informação, meio ambiente e atores sociais: mediação dos conflitos socioambientais. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 3, p. 232-247, 2010.

SAMPAIO, R. C.; FONTES, G. S.; FERRACIOLI, P. Molduras de uma tragédia anunciada: enquadramentos do desastre de Mariana. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, p. 55-72, 2017.

SANTOS, R. L. dos. O Projeto Grande Carajás-PGC-e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz. Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/UCG, v. 2, p. 1-22, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2330/1/Raimundo%20Lima%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: 28 de Fev. de 2023.

SANTOS, M. L. S. Direitos Humanos e Empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero. *Justiça nos Trilhos*, 2020. Disponível em: <https://justicanostrilhos.org/wp-content/uploads/2021/07/Relat%C2%A2rio_JnT_PORTUGUES-versao-para-divulgacao-

[9473938.pdf](#)>. Acesso em: 28 Fev. 2023.

SANTOS, L. Justiça nos Trilhos: redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S.A. na Amazônia. 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em:< <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/12273>>. Acesso em: 20 Dez. 2022.

SILVA BARROS, P.; SEVERO, L.; SILVA, C.; CARNEIRO, H. A ponte do Abunã e a integração da Amacro ao Pacífico. Brasília: Ipea, 2021. 30 p. (Nota Técnica, n. 35). Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10771/1/NT_35_Dinte_APonte_do_Abuna.pdf> . Acesso em: 04 Mar. 2023.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091/1830>>. Acesso em: 12 Dez. 2022.

SILVA, G.; MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico.

RuMoRes, São Paulo, v. 10, p. 18-36, 2011a. Disponível em:<

<https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51250/55320>>. Acesso em: 20 Nov. 2022.

SILVA, G.; SOARES, R. de L. O método Análise de Cobertura Jornalística e o acontecimento noticioso da doença do ex-presidente Lula. **RuMoRes**, v. 7, n. 14, p. 80-97, 2013. Disponível em:<

<https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69431>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SILVA, T. Os atos de escolha na apuração jornalística. In: SILVA, G.; VOGEL, D.; SILVA, T. (Org.). Apuração, redação e edição jornalística. Florianópolis: Editora da UFSC, 2022.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/241140/Apuracao_redacao_e_edicao_jornalistica-Ebook_20out2022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de Dez. 2022.

SOUSA, J. P. A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**, v. 1, 2008. Disponível em:<

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>> . Acesso em: 30 de mar. de 2022.

SOUZA, F. D. dos S. Rotina jornalística do Núcleo de Comunicação da Rede Justiça nos Trilhos. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social).

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz: MA, 2016.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas. 2009. p. 54-59.

SUMAÚMA, Entrevista. [4 de março de 2023] Entrevista cedida a Idayane da Silva Ferreira.

TATAJUBA. Entrevista. [11 de março de 2023] Entrevista cedida a Idayane da Silva Ferreira.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. Ed.

Florianópolis: Insular, 2008.

USINA - CTAH. As vacas têm para onde ir, o povo do Piquiá não: o reassentamento do

Piquiá de Baixo e os caminhos do desenvolvimento brasileiro. **USINA - CTAH**, 2016.
Disponível em:< <http://www.usina-ctah.org.br/reassentamentopiquia.html>>. Acesso em: 20 de Jan 2023.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Conflitos Ambientais. 2010. Disponível em: <
[https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI - Conflitos Ambientais.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf)>. Acesso em:
20 de Out. 2022

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

1.1 Título da pesquisa

Processos de apuração jornalística na cobertura dos conflitos socioambientais Piquiá de Baixo e Cajueiro entre 2015 e 2021

1.2 Instituição

Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM-UFMA)

1.3 Identificação da proponente

Idayane da Silva Ferreira

1.4 Orientadora

Dra. Roseane Arcanjo de Pinheiro, professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM-UFMA)

Você é convidada a participar da pesquisa **“Processos de apuração jornalística na cobertura dos conflitos socioambientais Piquiá de Baixo e Cajueiro entre 2015 e 2021”**, de Idayane da Silva Ferreira (PPGCOM-UFMA), sob orientação da professora Dra. Roseane Arcanjo Pinheiro (PPGCOM – UFMA).

- a) A presente pesquisa tem por objetivo compreender as características da cobertura do Jornalismo Ambiental no Maranhão a partir dos conflitos socioambientais de Piquiá de Baixo (Açailândia – MA) e Cajueiro (São Luís – MA), entre 2015 e 2021. Transversalmente, busca-se entender os desafios enfrentados pelos jornalistas ambientais que cobrem a temática no Estado desde a produção das pautas, a escolha das técnicas de apuração e checagem até a construção das matérias.
- b) O presente estudo é uma pesquisa qualitativa na qual adota-se o aporte teórico-metodológico sobre newsmaking (WOLF, 2005) e a metodologia de Análise de Conteúdo Jornalístico.
- c) Sua participação nessa pesquisa consistirá em narrar detalhes da sua trajetória profissional e os desafios enfrentados na cobertura dos conflitos socioambientais em Piquiá de Baixo (Açailândia – MA) e Cajueiro (São Luís – MA). Serão feitas de uma a duas entrevistas. A segunda, caso for preciso, será para tirar dúvidas ou solicitar acréscimos e ocorrer por e-mail. A entrevista será feita online, pela plataforma Zoom, com duração de até 120 minutos (2 horas).
- d) As questões norteadoras/perguntas serão feitas durante a entrevista, sendo de direito do entrevistado não responder perguntas que gerem desconforto

e) Os principais benefícios da pesquisa são contribuir para o entendimento sobre as práticas do Jornalismo Ambiental no Maranhão e fortalecer a cobertura de conflitos socioambientais, bem como o acesso a dados ambientais no Estado.

f) Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos, previsto nas Resoluções CNS 466/12 e 510/16, mas há ações para minimizá-los:

- Você terá a garantia de esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa, a respeito dos procedimentos;
- Você poderá desistir de participar ou retirar seu consentimento, sua recusa não trará prejuízo na relação com a pesquisadora ou com a instituição envolvida.
- Você poderá expressar o desejo de não responder às perguntas, quando envolverem temas ou situações sensíveis ou traumáticas.
- Você terá a garantia de que seus dados serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação e privacidade, pois os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Serão adotados números na redação da pesquisa, sem os nomes dos entrevistados.
- Você terá a garantia de que os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa e os resultados poderão ser apresentados em revistas e eventos científicos.
- Você receberá a resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
- Você não terá nenhum gasto financeiro referente à pesquisa realizada.
- Você terá direito a receber uma via deste termo assinada pelo pesquisador responsável.
 - Você está participando de uma pesquisa que foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisada Universidade Federal do Maranhão.

Mediante qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com Idayane da Silva Ferreira, pesquisadora responsável, através do telefone e Whatsapp: (99) 8405-3815 ou por e-mail: idyaneferreira@gmail.com. Ou com o Comitê de Ética da Universidade Federal do Maranhão, situado na Avenida dos Portugueses, 1966, CEB Velho, Bairro: Bacanga, CEP: 65.080-805, em São Luís-MA, Os contatos da Comissão de Ética são: telefone: (98) 3272-8708 e email: cepufma@ufma.br.

Eu, _____,

RG

nº _____ autorizo a utilização das informações cedidas por mim para a

pesquisa “Processos de apuração jornalística na cobertura dos conflitos socioambientais Piquiá de Baixo e Cajueiro entre 2015 e 2021”.

Informo que recebi explicações sobre o teor da pesquisa incluindo os objetivos, o método a ser utilizado para aquisição dos dados, de que não haverá danos pessoais, físicos ou morais e que minha identidade não será divulgada, respeitando os princípios éticos da pesquisa.

Imperatriz, 05 de março
de 2023.

Idayane da Silva Ferreira
Pesquisadora responsável

APÊNDICE B – Roteiros de entrevistas com os jornalistas ambientais

Questionário da pesquisa – Sumaúma

Geral

Dados da(o) entrevistada(o): Nome, idade, cidade em que nasceu e cidade em que reside atualmente, veículo.

Linha de força 1: Trajetória profissional e o Jornalismo Ambiental

- a) Resuma a sua trajetória profissional: sua formação e os veículos de comunicação em que já trabalhou/trabalha atualmente.
- b) A partir da sua experiência profissional, como avalia a importância dada pelos veículos aos temas ambientais tais como mudanças climáticas e conflitos socioambientais?
- c) Você possui alguma formação voltada à cobertura de questões ambientais ou o seu contato com essas temáticas veio por meio da experiência prática?
- d) Como você compreende o Jornalismo Ambiental?
- e) Na sua opinião, quais são as características necessárias ao jornalista/comunicador que cobre a área?

Linha de força 2: Produção das reportagens

- a) Gostaria que você me contasse um pouco de como a pauta sobre Cajueiro chegou até você (ou como você chegou até a pauta). Você já tinha alguma relação de proximidade com a situação da comunidade?
- b) Como foi o processo de apuração da reportagem? (ferramentas utilizadas, tempo de apuração, contato com as fontes)
- c) Como foi a escrita do texto? Ele passou por revisão/edição por parte do veículo em que seria publicado?
- d) A reportagem que você produziu foi publicada em fevereiro de 2020, cerca de 5 meses após o despejo das famílias e ela trouxe repercussão nacional para o caso. Flávio Dino, então governador do MA, chegou a publicar em suas redes sociais que estava em curso uma “campanha difamatória” contra ele, financiada com dinheiro dos EUA. Você chegou a sofrer algum tipo de ataque ou represália por conta da reportagem?
- e) Na sua opinião, qual papel organizações e movimentos que apoiam comunidades como Cajueiro tem para a cobertura de temas ambientais, em especial que envolvem conflitos?

Linha de força 3 – Uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) e os dados do governo estadual sobre os conflitos

- a) Na reportagem fica claro que você usou a Lei de Acesso à Informação como ferramenta de apuração, o que você também indica nas respostas ao formulário inicial.

Desde quando você utiliza a LAI? Quais vantagens e desvantagens você encontra em sua utilização?

- b) Além da LAI que outras ferramentas você utiliza quando precisa ter acesso a dados ambientais?
- c) Como você avalia o acesso a informações e dados ambientais que são fornecidos pelo governo do Maranhão?
- d) É comum governos e seus órgãos, bem como as próprias empresas envolvidas em disputas e conflitos socioambientais utilizarem notas declaratórias, por vezes de maneira protocolar. Ou até mesmo não responderem aos pedidos de resposta dos jornalistas, como ocorre na reportagem que você escreveu. Na sua avaliação, o quanto esse recurso pode demonstrar falta de transparência desses atores?
- e) A partir da sua experiência profissional, descreva desafios que você enfrenta ou já enfrentou fazendo a cobertura de temas ambientais.
- f) Temos visto uma escalada de violência contra jornalistas e defensores de direitos humanos e meio ambiente. Como exemplo disso, recentemente acampamos os desdobramentos do caso Bruno e Dom, assassinados por defenderem a causa indígena. Como você encara essa situação? Você acredita que jornalistas que cobrem conflitos ambientais estão ainda mais sujeitos a sofrerem violência?
- g) Que dicas você daria para jornalistas iniciantes que tem interesse em cobrir temáticas ambientais?

Por fim: Algo mais que esta pesquisadora deixou de abordar e que você gostaria de acrescentar?

Questionário da pesquisa – Jacarandá

Geral

Dados da(o) entrevistada(o): Nome, idade, cidade em que nasceu e cidade em que reside atualmente, veículo.

Linha de força 1: Trajetória profissional e o Jornalismo Ambiental

- a) Resuma a sua trajetória profissional: sua formação e os veículos de comunicação em que já trabalhou/trabalha atualmente.
- b) A partir da sua experiência profissional, como avalia a importância dada pelos veículos aos temas ambientais tais como mudanças climáticas e conflitos socioambientais?
- c) Você possui alguma formação voltada à cobertura de questões ambientais ou o seu contato com essas temáticas veio por meio da experiência prática?
- d) Como você compreende o Jornalismo Ambiental?
- e) Na sua opinião, quais são as características necessárias ao jornalista/comunicador que cobre a área?

Linha de força 2: Produção das reportagens

- a) Você lembra como as pautas chegaram até você? Você já tinha proximidade com as comunidades de Piquiá de Baixo e de Cajueiro?

- b) Como foi o processo de apuração das reportagens? (ferramentas utilizadas, tempo de apuração, contato com as fontes)
- c) Como foi a escrita do texto? Ele passou por revisão/edição por parte de algum superior?
- d) Na sua opinião, qual papel organizações e movimentos que apoiam comunidades como Piquiá de Baixo tem para a cobertura de temas ambientais, em especial que envolvem conflitos?

Linha de força 3 – Uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) e os dados do governo estadual sobre os conflitos

- a) No formulário inicial que lhe enviei, você respondeu que conhece e já utilizou a LAI. Desde quando você utiliza a LAI? Quais vantagens e desvantagens você observa na sua utilização?
- b) Quais ferramentas você utiliza para ter acesso a dados ambientais?
- c) Como você avalia o acesso a informações e dados ambientais que são fornecidos pelo governo do Maranhão?
- d) É comum governos e seus órgãos, bem como as próprias empresas envolvidas em disputas e conflitos socioambientais utilizarem notas declaratórias, por vezes de maneira protocolar. Ou até mesmo não responderem aos pedidos de resposta dos jornalistas, como ocorre na reportagem que você escreveu. Na sua avaliação, o quanto esse recurso pode demonstrar falta de transparência desses atores?
- e) A partir da sua experiência profissional, descreva desafios que você enfrenta ou já enfrentou fazendo a cobertura de temas ambientais.
- f) Temos visto uma escalada de violência contra jornalistas e defensores de direitos humanos e meio ambiente. Como exemplo disso, recentemente acampamos os desdobramentos do caso Bruno e Dom, assassinados por defenderem a causa indígena. Como você encara essa situação? Você acredita que jornalistas que cobrem conflitos ambientais estão ainda mais sujeitos a sofrerem violência?
- g) Que dicas você daria para jornalistas iniciantes que tem interesse em cobrir temáticas ambientais?

Por fim: Algo mais que esta pesquisadora deixou de abordar e que você gostaria de acrescentar?

Questionário da pesquisa - Jatobá

Geral

Dados da(o) entrevistada(o): Nome, idade, cidade em que nasceu e cidade em que reside atualmente, veículo.

Linha de força 1: Trajetória profissional e o Jornalismo Ambiental

- a) Resuma a sua trajetória profissional: sua formação e os veículos de comunicação em que já trabalhou/trabalha atualmente.
- b) A partir da sua experiência profissional, como avalia a importância dada pelos veículos aos temas ambientais tais como mudanças climáticas e conflitos socioambientais?
- c) Você possui alguma formação voltada à cobertura de questões ambientais ou o seu contato com essas temáticas veio por meio da experiência prática?
- d) Como você compreende o Jornalismo Ambiental?

- e) Na sua opinião, quais são as características necessárias ao jornalista/comunicador que cobre a área?

Linha de força 2: Produção das reportagens

- a) Você me disse que na época em que escreveu a reportagem sobre Piquiá de Baixo (2019) era estagiária. Você se lembra como chegou a essa pauta? Se já tinha algum contato com o tema ou com a comunidade?
- b) Como foi o processo de apuração da reportagem? (ferramentas utilizadas, tempo de apuração, contato com as fontes)
- c) Como foi a escrita do texto? Ele passou por revisão/edição por parte de algum superior?
- d) Na sua opinião, qual papel organizações e movimentos que apoiam comunidades como Piquiá de Baixo tem para a cobertura de temas ambientais, em especial que envolvem conflitos?

Linha de força 3 – Uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) e os dados do governo estadual sobre os conflitos

- a) No formulário inicial que lhe enviei, você respondeu que conhece a LAI, mas que não a utiliza para a apuração jornalística. Você poderia explicar o porquê?
- b) Quais ferramentas você utiliza para ter acesso a dados ambientais?
- c) Como você avalia o acesso a informações e dados ambientais que são fornecidos pelo governo do Maranhão?
- d) É comum governos e seus órgãos, bem como as próprias empresas envolvidas em disputas e conflitos socioambientais utilizarem notas declaratórias, por vezes de maneira protocolar. Ou até mesmo não responderem aos pedidos de resposta dos jornalistas, como ocorre na reportagem que você escreveu. Na sua avaliação, o quanto esse recurso pode demonstrar falta de transparência desses atores?
- e) A partir da sua experiência profissional, descreva desafios que você enfrenta ou já enfrentou fazendo a cobertura de temas ambientais.
- f) Temos visto uma escalada de violência contra jornalistas e defensores de direitos humanos e meio ambiente. Como exemplo disso, recentemente acampamos os desdobramentos do caso Bruno e Dom, assassinados por defenderem a causa indígena. Como você encara essa situação? Você acredita que jornalistas que cobrem conflitos ambientais estão ainda mais sujeitos a sofrerem violência?
- g) Que dicas você daria para jornalistas iniciantes que tem interesse em cobrir temáticas ambientais?

Por fim: Algo mais que esta pesquisadora deixou de abordar e que você gostaria de acrescentar?

Questionário da pesquisa - Maçaranduba

Geral

Dados da(o) entrevistada(o): Nome, idade, cidade em que nasceu e cidade em que reside atualmente, veículo.

Linha de força 1: Trajetória profissional e o Jornalismo Ambiental

- a) Resuma a sua trajetória profissional: sua formação e os veículos de comunicação em que já trabalhou/trabalha atualmente.
- b) A partir da sua experiência profissional, como avalia a importância dada pelos veículos aos temas ambientais tais como mudanças climáticas e conflitos socioambientais?
- c) Você possui alguma formação voltada à cobertura de questões ambientais ou o seu contato com essas temáticas veio por meio da experiência prática?
- d) Como você compreende o Jornalismo Ambiental?
- e) Na sua opinião, quais são as características necessárias ao jornalista/comunicador que cobre a área?

Linha de força 2: Produção das reportagens

- a) Como a pauta sobre Cajueiro chegou até você? Você já tinha alguma proximidade com a situação da comunidade?
- b) Como foi o processo de apuração do documentário? (ferramentas utilizadas, tempo de apuração, contato com as fontes)
- c) Antes da divulgação do material, ele passou por revisão? Esse material foi exibido aos moradores?
- d) Você continuou acompanhando o caso de Cajueiro após a produção do material?
- e) O documentário foca principalmente nos relatos dos moradores, ao mesmo tempo em que contextualiza por meio de pequenas notas a parte da empresa e do Governo do Maranhão. No texto que vai junto com o documentário é informado que a reportagem entrou em contato com a empresa, mas não obteve resposta até o fechamento. Vocês tentaram contato com o governo do Estado também para comentar os fatos abordados no documentário?
- f) Houve algum tipo de ataque ou represália após a divulgação do documentário?
- g) Você acredita que em questões ambientais e de conflitos, o jornalista/comunicador demarca sua posição ou deve buscar a chamada “imparcialidade jornalística”?
- h) Na sua opinião, qual papel organizações e movimentos que apoiam comunidades como Cajueiro tem para a cobertura de temas ambientais, em especial que envolvem conflitos?

Linha de força 3 – Uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) e os dados do governo estadual sobre os conflitos

- a) No formulário inicial que lhe enviei, você respondeu que conhece a LAI e a utiliza como ferramenta de apuração. Desde quando você utiliza a LAI? Quais vantagens e desvantagens você encontra em sua utilização?
- b) Quais outras ferramentas você utiliza quando precisa levantar dados ambientais?
- c) Como você avalia o acesso a informações e dados ambientais que são fornecidos pelo governo do Maranhão?
- d) É comum governos e seus órgãos, bem como as próprias empresas envolvidas em disputas e conflitos socioambientais utilizarem notas declaratórias, por vezes de maneira protocolar. Ou até mesmo não responderem aos pedidos de resposta dos jornalistas. Na sua avaliação, o quanto esse recurso pode demonstrar falta de transparência desses atores?
- e) A partir da sua experiência profissional, descreva desafios que você enfrenta ou já enfrentou fazendo a cobertura de temas ambientais.
- f) Temos visto uma escalada de violência contra jornalistas e defensores de direitos humanos e meio ambiente. Como exemplo disso, recentemente acampamos os desdobramentos do caso Bruno e Dom, assassinados por defenderem a causa indígena. Como você encara essa situação? Você acredita que jornalistas que cobrem conflitos ambientais estão ainda mais

sujeitos a sofrerem violência?

- g) Que dicas você daria para jornalistas iniciantes que tem interesse em cobrir temáticas ambientais?

Por fim: Algo mais que esta pesquisadora deixou de abordar e que você gostaria de acrescentar?

Questionário da pesquisa – Embaúba (Coletivo Raízes de Cajueiro)

Geral

Dados da(o) entrevistada(o): Nome, idade, cidade em que nasceu e cidade em que reside atualmente, veículo.

Linha de força 1: Trajetória profissional e o Jornalismo Ambiental

- Resuma a sua trajetória profissional: sua formação e os veículos de comunicação em que já trabalhou/trabalha atualmente.
- A partir da sua experiência profissional, como avalia a importância dada pelos veículos aos temas ambientais tais como mudanças climáticas e conflitos socioambientais?
- Você possui alguma formação voltada à cobertura de questões ambientais ou o seu contato com essas temáticas veio por meio da experiência prática?
- Como você compreende o Jornalismo Ambiental?
- Na sua opinião, quais são as características necessárias ao jornalista/comunicador que cobre a área?

Linha de força 2: Produção das reportagens

- O Raízes do Cajueiro se propõe a relatar as violações de direitos a partir da perspectiva dos moradores. Como surgiu a iniciativa e como ela está atualmente?
- Como foi o processo de apuração dos materiais? (ferramentas utilizadas, tempo de apuração, contato com as fontes)
- A série de materiais (entre textos e vídeos) traz documentos do MPE e do próprio governo do MA, mas busca principalmente aprofundar sobre o tema a partir dos relatos dos moradores. Alguns textos são assinados por moradores. Como foi o processo de escrita dos textos?
- Na sua opinião, qual papel organizações e movimentos que apoiam comunidades como Piquiá de Baixo tem para a cobertura de temas ambientais, em especial que envolvem conflitos?

Linha de força 3 – Uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) e os dados do governo estadual sobre os conflitos

- No formulário inicial que lhe enviei, você respondeu que conhece a LAI, mas que não a utiliza para a apuração jornalística. Você poderia explicar o porquê?
- Quais ferramentas você utiliza para ter acesso a dados ambientais?
- Como você avalia o acesso a informações e dados ambientais que são fornecidos pelo governo do Maranhão?
- A partir da sua experiência profissional, descreva desafios que você enfrenta ou já enfrentou fazendo a cobertura de temas ambientais.
- Temos visto uma escalada de violência contra jornalistas e defensores de direitos humanos e

meio ambiente. Como exemplo disso, recentemente acampamos os desdobramentos do caso Bruno e Dom, assassinados por defenderem a causa indígena. Como você encara essa situação? Você acredita que jornalistas que cobrem conflitos ambientais estão ainda mais sujeitos a sofrerem violência?

- f) Que dicas você daria para jornalistas iniciantes que tem interesse em cobrir temáticas ambientais?

Por fim: Algo mais que esta pesquisadora deixou de abordar e que você gostaria de acrescentar?

Questionário da pesquisa - Tatajuba

Geral

Dados da(o) entrevistada(o): Nome, idade, cidade em que nasceu e cidade em que reside atualmente, veículo.

Linha de força 1: Trajetória profissional e o Jornalismo Ambiental

- f) Resuma a sua trajetória profissional: sua formação e os veículos de comunicação em que já trabalhou/trabalha atualmente.
- g) A partir da sua experiência profissional, como avalia a importância dada pelos veículos aos temas ambientais tais como mudanças climáticas e conflitos socioambientais?
- h) Você possui alguma formação voltada à cobertura de questões ambientais ou o seu contato com essas temáticas veio por meio da experiência prática?
- i) Como você compreende o Jornalismo Ambiental
- j) Na sua opinião, quais são as características necessárias ao jornalista/comunicador que cobre a área?

Linha de força 2: Produção das reportagens

- a) Você se recorda como essa pauta chegou até você?
- b) Ao longo dos anos você já realizou outras reportagens sobre Piquiá. Desde quando você acompanha a situação da comunidade?
- c) Como foi o processo de apuração da reportagem? (ferramentas utilizadas, tempo de apuração, contato com as fontes)
- d) Sua reportagem passou por alguma revisão?
- e) Embora haja alguns documentos que são apresentados na reportagem (como MP, o relatório da ONU e a carta da CNBB) muitas das informações ficam no âmbito da declaração (o sindicato diz que as siderúrgicas estão funcionando com a licença em dia e a SEMA confirma, por exemplo). Você chegou a pedir acesso a algum documento que comprovasse o que estava sendo dito?
- f) Você buscou ouvir todas as partes envolvidas (moradores, empresas e o governo, além da Caixa etc.) e a reportagem tem uma duração significativa (5 minutos). Você acredita que tenha conseguido abordar durante esse tempo a complexidade da realidade vivida na comunidade?
- g) Você chegou a sofrer alguma represália por conta da reportagem?
- h) Na sua opinião, qual papel organizações e movimentos que apoiam comunidades como Piquiá de Baixo tem para a cobertura de temas ambientais, em especial que envolvem conflitos?

Linha de força 3 – Uso da Lei de Acesso à Informação (LAI) e os dados do governo estadual

sobre os conflitos

- a) No formulário inicial que lhe enviei, você respondeu que conhece a LAI e que já usou como ferramenta de apuração. Desde quando você começou a usar a LAI? Quais vantagens e desvantagens você encontra na sua utilização?
- b) Quais ferramentas você utiliza para ter acesso a dados ambientais?
- c) Como você avalia o acesso a informações e dados ambientais que são fornecidos pelo governo do Maranhão?
- d) É comum governos e seus órgãos, bem como as próprias empresas envolvidas em disputas e conflitos socioambientais utilizarem notas declaratórias, por vezes de maneira protocolar. Ou até mesmo não responderem aos pedidos de resposta dos jornalistas. Na sua avaliação, o quanto esse recurso pode demonstrar falta de transparência desses atores?
- e) A partir da sua experiência profissional, descreva desafios que você enfrenta ou já enfrentou fazendo a cobertura de temas ambientais.
- f) Temos visto uma escalada de violência contra jornalistas e defensores de direitos humanos e meio ambiente. Como exemplo disso, recentemente acampamos os desdobramentos do caso Bruno e Dom, assassinados por defenderem a causa indígena. Como você encara essa situação? Você acredita que jornalistas que cobrem conflitos ambientais estão ainda mais sujeitos a sofrerem violência?
- g) Que dicas você daria para jornalistas iniciantes que tem interesse em cobrir temáticas ambientais?

Por fim: Algo mais que esta pesquisadora deixou de abordar e que você gostaria de acrescentar?

